BR AN, BSB. AA3. PSS, 403, fl 1/193

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
FUNAI

Brasília - DF.

Memo nº 290/75 - DGPC — Em, 23.06.75

Do Diretor do DGPC

Ao Excelentíssimo Senhor Presidente da FUNAI

Assunto solicitação (faz)

Aciti
Sig. B.
2/6/75.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

O DGPC, necessitando de complementação do levantamento Antropológico do PI Dourado, propõe a Vossa Excelência, a contratação dos serviços técnicos profissionais das Antropólogas Márcia Serra Ribeiro e Lília Maria Bitencourt Guterres Vale, durante o mês de julho próximo.

O contrato terá duração de um mês, percebendo cada Antropólogo a importância de Cr$ 6.000,00 (seis mil cruzeiros), devendo ser apresentado ao Departamento um estudo de viabilidade para a elaboração do Projeto sócio-econômico para aquela comunidade, o qual será submetido à consideração de Vossa Excelência.

As Antropólogas foram apresentadas ao Departamento pela Professora Lux Vidal, da Universidade de São Paulo, conforme entendimentos anteriores, sendo que foram custeadas as passagens aéreas para Lília Maria Bitencourt Guterres Vale, no trecho São Paulo/Brasília/São Paulo Memo. 278/DGPC/75, e para Márcia Serra Ribeiro de Brasília para São Paulo, Memo 283/DGPC/75, uma vez que a mesma veio por conta própria, devendo posteriormente ser solicitado o reembolso.

Por outro lado, informo que a Antropóloga Lília Maria, após a conclusão dos trabalhos será possívelmente contratada para elaboração e coordenação do aludido projeto.

4239
25/06/75

FUNAI - SEC/GAB
Nº 26.6.75
ASSINATURA

PSS.403, fl. 2/193

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

As despesas poderão fluir da atividade 81.484. (CRIO) .2554/15.00 projetos de Estudos e Pesquisas.

Atenciosamente,

GEORGE DE CERQUEIRA LEITE ZARUR, PhD
Diretor do DGPC

JAM/hff

Informou-se Zarur: as despesas correrão à conta da verba ex. 81.484.2554 - Projetos de Estudos e Pesquisas - 15.00, do DGPC.
30.VI.75

Encaminhe-se, de ordem, à PJ solicitando minutar os contratos de acordo a fim de serem submetidos à apreciação do Sr. Presidente.

José de Aguiar
CHEFE DO GABINETE
30.VI.75

FUNAI - PROCURADORIA JURÍDICA
ENTRADA
Procedência: CHEFE/GAB
Data: 30-06-75
SECRETÁRIO

MEMO Nº 290/75-DGPC, de 09.07.75

MARCIA SENA RIBEIRO

Sr. RUBENS mandou pedir o Curriculum Vitae de LILIA BITENCOURT GUTERRES VALLE em São Paulo. Aguarde-se

Em 17.07.75

O Assistente JOSÉ DE MELLO informou não ter chegado ainda o Curriculum.

Em 31.08.76.

Em 22.09.76, Sr. RUBENS informa que o C V ainda não chegou, acredita que virá.

Em 22.09.76

Em 30.11.76 - arquivado devido falta do C V

PSS.403, p. 4/193

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICO PROFISSIONAIS, QUE ENTRE SI FAZEM A FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO E A ANTROPÓLOGA LÍLIA MARIA BITENCOURT GUTERRES VALE, OBJETIVANDO A REALIZAÇÃO DE LEVANTAMENTO/SÓCIO-ECONÔMICO AS COMUNIDADES INDÍGENAS DO PI-DOURADOS-MT.

Por este instrumento particular, a FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO, entidade de direito privado, instituida de acordo com a Lei n. 5.371, de 05 de dezembro de 1967, com sede em Brasília, Distrito Federal, aqui chamada abreviadamente FUNAI, representada pelo seu Presidente, ISMARTH DE ARAÚJO OLIVEIRA, contrata os serviços técnico-profissionais da antropóloga LÍLIA MARIA BITENCOURT GUTERRES VALE, brasileira, solteira, portadora da Carteira de Identidade n. 238289 , CPF n. 051203498, doravante nomeada CONTRATADA, mediante cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objetivo do presente contrato é a locação dos serviços técnico-profissionais da CONTRATADA, visando a realização do levantamento antropológico do PI-DOURADOS, Município do mesmo nome, no Estado de Mato Grosso, de modo a possibilitar a FUNAI definir a implantação de um Projeto Sócio-Econômico para as comunidades indígenas que lá habitam.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

O prazo de vigência do presente contrato é de 40 (quarenta) dias, contados a partir de 1º de julho do corrente ano.

CLÁUSULA TERCEIRA-DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além da atividade estabelecida na cláusula pri

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

primeira, obriga-se a CONTRATADA a:

a) observar as orientações e determinações emanadas da Presidência da FUNAI, e, do DGPC ao qual ficará subordinada, em razão dos serviços a serem executados;
b) fazer prestação de contas proveniente de despesas que porventura venha a executar em decorrência dos serviços contratados, inclusive aquelas relativos a transporte, alimentação e pousada;
c) apresentar relatório sobre os serviços ora contratado.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA FUNAI

Em contra prestação aos serviços profissionais aqui contratados, compromete-se a FUNAI, a pagar a CONTRATADA, a quantia de Cr$ 6.00000 (SEIS MIL CRUZEIROS), o qual será efetuado mediante a entrega do relatório final, pelo CGPC - conta 81.484.2554 - Projetos de Estudos e Pesquisas.

CLÁUSULA QUINTA

Compromete-se ainda a FUNAI a:

a) fornecer transporte à CONTRATADA, para locomoção e execução dos serviços naquela área;
b) indenizar as despesas comprovadas relativas a alimentação e pousada.

PARÁGRAFO ÚNICO

As despesas aqui previstas correrão a conta referida na cláusula anterior.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Fede-

Jonathan L.

PSS. 403, p. 6/193

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

03

Federal, para dirimir qualquer dúvida decorrente do presente contrato.

E, por estarem de acordo, assinam o presente em 04 (quatro) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo.

Brasília, 01 de julho de 1975.

ISMARTH DE ARAÚJO OLIVEIRA
Presidente da FUNAI

LÍLIA MARIA BITENCOURT GUTERRES VALE
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

PUBLICADO (A) NO
SEP/BA/FUNAI 032
de 17/07/75

M. I. - FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

RADIOTELEGRAMA RECEBIDO

PSS.403, p. 7/193

DE CGRANDE NR 23 PLS 65 DT 070676 HS 13,00

RECEBIDO DE 128 070676 ÀS POR

ENDEREÇO

CONFIDENCIAL CH ASI FUNAI BSB UU

PCI - Brasília D.F.
Serviços Rádio Comunicações
PPI - 21
CONTROLE Nº 69972

TEXTO E ASSINATURA

NR 32/9A DR DE 070676 - TRANSCREVO VOSSORIA TEOR RDG 31/9A DR DE HOJE DIRIGIDO DGO PT (NR 31/9A DR DE 070676 PT INFO VOSSORIA FOI DETIDA PARA AVERIGUACOES VG CERCA 16,30 HRS LOCAL ULTIMA SEXTA FEIRA DIA 04-06 PELO PRIMEIRO RC SEDIADO BELA VISTA VG ANTROPOLOGA LILIAN BITTENCOURT VG ESTAVA EXECUTANDO TRABALHOS PERIFERIA MUNICIPIO ANTONIO JOAO ET BELA VISTA PT CONSULTANDO ESTA DR COMO PROCEDER VG DEVIDO NAO POSSUIR ARQUIVOS NENHUMA DOCUMENTACAO RESPEITO VG RECORRI VIA TELEFONICA GAB PRES VG TENDO SIDO ESCLARECIDO - PELO SR RUBENS /DGPC VG MESMA ENCONTRAVA -SE COM AUTORIZACAO PESQUISA VENCIDA DEZ/75 PT POSTERIORMENTE SENHOR PRESIDENTE EXPEDIU ORIENTACAO AH RESPEITO PT DEL 9A DR.

MINISTÉRIO DO INTERIOR-FUNAI - Sec. de Segurança e Informações
Protocolo Sigiloso
Em 08/06/76
N.: 588

Seg. Pus.
28-6-76.

de analista Laranja
15/8/76.
Ciente, Arquive-se.

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

(3) (três)
PSS. 403, fl. 8/193

CONFIDENCIAL

07/06/76

CH ASI/FUNAI CONFIDENCIAL - U

32/9ª/76 07 06 76 TRANSCREVO VOSSORIA TEOR RD 31/9ª/76 DE HOJE DIRIGIDO DGO PT " INFO VOSSORIA FOI DETIDA PARA AVERIGUAÇÕES VG CERCA 16:30 HORAS LOCAL ULTIMA SEXTA FEIRA DIA 04/06 PELO 10º RC SEDIADO BELA VISTA VG ANTROPOLOGA LILIAN BITTENCOURT VG ESTAVA EXECUTANDO TRABALHOS PERIFERIA MUNICIPIO ANTONIO JOÃO ET BELA VISTA PT CONSULTADO ESTA DR COMO PROCEDER VG DEVIDO NÃO POSSUIR ARQUIVOS NENHUMA DOCUMENTAÇÃO RESPEITO VG RECORRI VIA TELEFONICA GAB PRES VG TENDO SIDO ESCLARECIDO (PELO SR RUBENS) DGPC VG MESMA ENCONTRAVA-SE COM AUTORIZAÇÃO PESQUISA VENCIDA DEZ/75 PT POSTERIORMENTE SENHOR PRESIDENTE EXPEDIU ORIENTAÇÃO AH RESPEITO PT "N SDS DEL 9ªDR/FUNAI gpds

CONFIDENCIAL

Para Arquivo Expedidor por Destinatário

PSS.403, fl.9/193

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

CONFIDENCIAL

07/06/76
Estação de Rádio PP1-28

DIR/DGPC

441/9ªDR/76 07 06 76

SOL FINEZA VOSSORIA VERIFICAR POSSIBILIDADE ENCAMINHA - MENTO ESTA DR VG OCASIÃO EXPEDIÇÃO AUTORIZAÇÕES PARA PESQUISAS ET PERMANENCIA PESSOAS AREAS INDIGENAS VG CO' PIAS REF AUTORIZAÇÕES FIM ESTA DR POSSA CONHECER ET ACOMPANHAR TRABALHOS EXECUTADOS AREAH SUA JURISDIÇÃO PT SDS DEL 9ªDR/FUNAI

Para Arquivo Expedidor por Destinatário

CONFIDENCIAL

M. I. - FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

RADIOTELEGRAMA RECEBIDO

(2)

PSS.403, p. 10/193

09 06 76

DE BRASILIA NR 246 PLS 39 DT 09-06 HS 1038

RECEBIDO DE PPI-21 09-06-76 ÀS 1115 POR JA AF

ENDEREÇO

9ª DR CGR MT

CONFIDENCIAL

CONTROLE Nº 1315

TEXTO E ASSINATURA

(461)

243/DGPC DE 08-06-76 INFORMAMOS QUE EH DE NOSSO CONHECIMENTOS AH PRESENÇA DA ANTROPOLOGA LILIAN VG NOS PAITRANYTERAN VG PARA CONCLUIR POR SUA CONTA O TRABALHO INICIADO QUANDO CONTRATADA PELA FUNAI PT

SDS

Resp. RD/461/9ªDR
DIR DGPC
de 15-6-76 AM

Pere — pt Cunha pt Sol rifo pe entrega
cer pro FUNAI para permanencia da antropologa acima indica
pt Sds —

(1) PSS 403, p. 11/193

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

CONFIDENCIAL

FUNAI
Estação de Rádio PP1-28

15 06 76

DIR DGPC/BSB

461/9ªDR 15 06 76

RERA 243/DGPC DE 08/06 PT CIENTE PT SOL INFO Nº AUTORIZAÇAO PRES FUNAI PARA PERMANENCIA REF ANTROPOLOGA AREA INDIGENA PT SDS DEL 9ª DR

CONFIDENCIAL

Para Arquivo Expedidor por Destinatário

M. I. - FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

RADIOTELEGRAMA RECEBIDO

PSS.403, fl. 12/193

(5) Sigiloso

22 06 76

DE BRASILIA NR 628 PLS 30 DT 22-6 HS 1815

RECEBIDO DE PPI-21 22-06-76 ÀS 1825 POR JA IV

ENDEREÇO

9ª DR CGR MT

CONFIDENCIAL

CONTROLE Nº 1395

TEXTO E ASSINATURA

Nº 254/DGPC DE 16-06-76 INF VSª QUE ANTROP LILIAN DITERDURT ESTA CREDENCIADA PELA FUNAI FAZER PESQUEISAS NOS PAI TAVYNERAN PT DGPC

S/ ordem - Arquivar.
Em 22/6/76.

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

pss. 403, p. 13/193

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO
9ª DELEGACIA REGIONAL

MINISTÉRIO DO INTERIOR-FUNAI - Protocolo Sigiloso Em 30/06/76 N. 681 - Seção de Segurança e Informações

MINISTÉRIO DO INTERIOR - FUNAI - 9ª DELEGACIA REGIONAL

INFORMAÇÃO Nº 013/9ªDR/76

1. DATA : 22/JUNHO/76
2. ASSUNTO : INGRESSO DE ANTROPÓLOGA EM ÁREAS INDIGENAS, SEM AUTORIZAÇÃO PRES/FUNAI.
3. ORIGEM : 9ªDR/FUNAI
4. REFERÊNCIA : -
5. ÁREA : CENTRO-OESTE
6. DIFUSÃO ANTERIOR: NÃO HOUVE
7. DIFUSÃO : ASI/FUNAI
8. ANEXOS : Rd. 441/9ªDR de 07/06/76 ao DGPC/FUNAI;
Rd. 461/9ªDR de 15/06/76 ao DGPC/FUNAI;
Rd. 032/9ªDR-Conf. de 07/06/76 à ASI/FUNAI;
Rd. 243/DGPC de 08/06/76 à 9ªDR/FUNAI;
Rd. 254/DGPC de 16/06/76 à 9ªDR/FUNAI;
Portaria nº 120/N de 05/07/73, que regulamenta visitas e pesquisas em áreas indigenas.

---

1) No dia 04/06/76, a 9ªDR foi solicitada a INFORMAR se tinha conhecimento que a Antropóloga Lilia Maria Bitencourt Gutterrez Valle, se encontrava a serviço da FUNAI, executando trabalhos na periferia da região de Antonio João-MT.

2) Efetuada a busca nos arquivos desta Delegacia, onde nada foi encontrado que a credenciasse efetuar trabalhos junto aos indios pertencentes à jurisdição da 9ªDR, tendo em consequência, naquela oportunidade, entrado em contato direto com o Departamento Geral do Patrimônio Comunitário, que, via telefônica, afirmou haver a FUNAI, contratado os trabalhos de Lilia Maria Bitencourt Guterrez Valle, aluna da Universidade de São Paulo, por um período que expirou nos meados de Dezembro/75, mas que, o Departamento tinha conhecimento de que a mesma estava dando continuidade a seus trabalhos, por conta própria.

Aug. Fl.
29/11/76.

Ouvi-lo Aug, sobre o DGPC o nº e data da autorização constante do Rd 254/DGPC

CONFIDENCIAL

Fls. 9/7/76.

CONFIDENCIAL

3) Não satisfeito com os esclarecimentos prestados, em virtude da Antropóloga em causa estar atuando em uma "Area de Segurança Nacional", no mesmo momento foram solicitadas orientações direta do Exmº. Sr. Presidente da FUNAI, que afirmou, considerando que o prazo de pesquisa concedido já havia expirado, a mesma deveria requerer nova autorização, dentro das normas em vigor, para reestudo da FUNAI, da conveniência da continuidade de seus trabalhos.

4) A par das providências efetuadas, via telefônica, devido a urgência que o caso requeria, a Delegacia posteriormente visando elucidar melhor o problema e dotar a DR de condições de um contrôle e acompanhamento dos trabalhos de pessoas estranhas a seu quadro de servidores, expediu os seguintes expedientes ao Departamento Geral do Patrimônio Comunitário: Radiogramas nºs 441/9ªDR e 461/9ªDR de 07 e 15/06/76, respectivamente e Radiograma nº 032/9ªDR/Confidencial de 07/06/76, ao Chefe da Assessoria de Segurança e Informações da FUNAI, tendo recebido em resposta, os Radiogramas nºs 243/DGPC e 254/DGPC de 08 e 16/06/76, respectivamente.

5) No dia 15/06/76, a Universitária Lilia Maria Bitencourt Valle compareceu à séde desta Delegacia, relatando que estivera detida por um dia por Autoridades da cidade de Bela Vista-MT, alegando que havia sido apontada na região como traficante de drogas, por haver tomado conhecimento de que a área indigena do Projeto Pay Tavyterã, localizado próximo à Fazenda Pysyry, nas imediações de Esperanza, no Paraguai, estaria sendo visitada por brasileiros da fronteira, com objetivo de "escravizar indios", para trabalhos em fazendas no Brasil.

6) Acrescentou, na ocasião, que tem conhecimento de que, além dela, visitou o Projeto Pay Tavyterã, o Missionário Revdº Saulo Camilo, da Missão Evangélica, ligado à Missão Alemã de Pirajui, devido seu casamento com moça Missionária Alemã, que atualmente reside em Amambai-MT.

7) A 9ªDR esclareceu à Antropóloga Lilia, a qual já tinha conhecimento do expediente (DGPC), de que o mesmo não a creden-

CONFIDENCIAL

PSS.403, p. 15/193

CONFIDENCIAL

cia a efetuar trabalhos em áreas indígenas, mormente na "faixa de fronteira", e que toda autorização para pesquisa é privativa do Exmº. Sr. Presidente da FUNAI, em documento padronizado.

8) Seguem anexos ao presente, fotocópias da documentação versando sobre o caso, para análise e orientação geral sobre o assunto, para evitar problemas futuros de ingressos de pessoas para pesquisa em áreas indígenas, sem o cumprimento das normas em vigor.

O destinatário é responsável pela manutenção do sigilo deste documento (Art. 62 - Dec. n.º 60.417,67) regulamento para salvaguarda de assuntos sigilosos.

CONFIDENCIAL

ASI/FUNAI
N.º 461/75
EM 08/07/75

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
FUNAI

PSS.403 fl. 16/193

Brasília - DF.

Memo nº 290/75 - DGPC — Em, 23.06.76

Do Diretor do DGPC

Ao Excelentíssimo Senhor Presidente da FUNAI

Assunto solicitação (faz)

Autorizo
Aug Fr.
2/7/75

Excelentíssimo Senhor Presidente,

O DGPC, necessitando de complementação do levantamento Antropológico do PI Dourado, propõe a Vossa Excelência, a contratação dos serviços técnicos profissionais das Antropólogas Márcia Serra Ribeiro e Lília Maria Bitencourt Guterres Vale, durante o mês de julho próximo.

O contrato terá duração de um mês, percebendo cada Antropólogo a importância de Cr$ 6.000,00 (seis mil cruzeiros), devendo ser apresentado ao Departamento um estudo de viabilidade para a elaboração do Projeto sócio-econômico para aquela comunidade, o qual será submetido à consideração de Vossa Excelência.

As Antropólogas foram apresentadas ao Departamento pela Professora Lux Vidal, da Universidade de São Paulo, conforme entendimentos anteriores, sendo que foram custeadas as passagens aéreas para Lília Maria Bitencourt Guterres Vale, no trecho São Paulo/Brasília/São Paulo Memo. 278/DGPC/75, e para Márcia Serra Ribeiro de Brasília para São Paulo, Memo 283/DGPC/75, uma vez que a mesma veio por conta própria, devendo posteriormente ser solicitado o reembolso.

Por outro lado, informo que a Antropóloga Lília Maria, após a conclusão dos trabalhos será possívelmente contratada para elaboração e coordenação do aludido projeto.

Nº 394
25/06/75

FUNAI - SEC/GAB
Nº 26.6.75
ASSINATURA

PSS.403, p. 17/193

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

As despesas poderão fluir da atividade 81.484. [illegible]
.2554/15.00 projetos de Estudos e Pesquisas.

Atenciosamente,

GEORGE DE CERQUEIRA LEITE ZARUR, PhD
Diretor do DGPC

JAM/hff

Informamos ao Zarur as despesas correrão à conta da verba ex 81.484.2554 - Projetos de Estudos e Pesquisas - 15.00, do DGPC.
30.VI.75

Encaminhe-se, de ordem, à PJ solicitando minutas de convênios de acordos a fim de serem submetidos à apreciação do Sr. Presidente.

José de Aguiar
CHEFE DO GABINETE
30.VI.75

FUNAI - PROCURADORIA JURÍDICA
ENTRADA
Procedência: CHEFE/GAB
Data: 30-06-75
SECRETÁRIO

CONFIDENCIAL

PSS. 403, f. 18/193

MINISTÉRIO DO INTERIOR - FUNAI - 9ª DELEGACIA REGIONAL

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
- 9ª DR. -

Of. n.º 16/9ªDR/CONFIDENCIAL — Campo Grande, Mt.

Do: Delegado da 9ªDR — Em : 28.06.76

Ao: Sr. Chefe da Assessoria de Segurança e Informações/FUNAI

Assunto : Documento (ENCAMINHA)

MINISTÉRIO DO INTERIOR-FUNAI - Protocolo Sigiloso Em 30/06/76 N. 677 - Ass. de Segurança e Informações

Encaminho a V.Sa, o PB nº 210/76-WV, de 21/06/76, para conhecimento e providências necessárias por essa Assessoria, visando o atendimento do mesmo.

Esclareço a V.Sa, que os dados que esta Delegacia pôde colher, sobre o presente caso, foram objetos da INFORMAÇÃO nº 013/9ªDR/76.

Na oportunidade, renovo a V.Sa, os protestos de alta estima e distinta consideração.

Gerson da Silva Alves
Gerson da Silva Alves
Delegado da 9ª DR/FUNAI

O destinatário é responsável pela manutenção do sigilo deste documento (Art. 62 - Dec. n.º 60.417 de 11/3/67) regulamento para salvaguarda de assuntos sigilosos.

Aug. Jus. 30/11/76.

Jamalita Aug. Jus. 09-7-76.

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

PSS. 403, p. 19/193

nistério do Exército
Exército
REGIÃO MILITAR
ARTEL GENERAL
IR - 2.ª SEÇÃO

CAMPO GRANDE - MATO GROSSO

Em, 21 de JUNHO de 1976

PEDIDO DE BUSCA N.º 210 / 76- WV

1. ASSUNTO : LILIA MARIA BITENCOURT GUTERREZ VALLE
2. ORIGEM : 9ª RM
3. DIFUSÃO : II EX - CIE - 9ª DR/FUNAI
4. DIFUSÃO ANTERIOR
5. REFERÊNCIA
6. ANEXO

1. DADOS CONHECIDOS

a. LILIA MARIA BITENCOURT GUTERREZ VALLE, filha de RICARDO GUTERREZ VALLE e ÁUREA GUTERREZ VALLE, nascida em 31 MAR 47, portadora das Carteiras de Identidade nº / / / 049237, expedida pela Secretaria de Segurança Pública / de SÃO PAULO, e, 1G-779136, expedida pelo M Ex.

b. Alega ser antropóloga e encontra-se em íntimo contato / com as comunidades índias, no Sul de Mato Grosso e no / PARAGUAI.

2. DADOS SOLICITADOS

a. O que constar nessa AI sobre a epigrafada;

b. Outros dados julgados úteis.

Quem tomar conhecimento deste assunto fica responsável por seu sigilo (Art 62 do R S A S/ 67, aprovado pelo Decreto 60.417 de 11 Março 67)

CONFIDENCIAL

Reginalda
Datilografar o presente documento
e encaminhar cópias todas PIS e
Processo - urgente.

geli - atenção
PSS. 403, p. 20/193

CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
DELEGACIA - CUIABÁ - MT
PROTOCOLO Nº 0948
09 de 07 de 1974
Assinatura

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

FUNAI

PORTARIA Nº 120/N, de 05 de julho de 1973.

REGULAMENTA A VISITA E PESQUISA EM ÁREA INDÍGENA

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO, no uso das atribuições que lhe confere os Estatutos,

RESOLVE:

1. Toda e qualquer pessoa estranha ao quadro de servidores da Fundação Nacional do Índio e/ou qualquer entidade Nacional, estrangeira ou internacional que pretende visitar áreas do Território Nacional habitada pelos indígenas, terão que obter, para esse fim, a necessária licença, de acordo com o Decreto nº 65.057/69 e a legislação ou regulamentos inerentes ao IPHAN, além do deferimento da FUNAI.

2. A licença a que se refere o ítem anterior deverá ser pleiteada mediante requerimento do interessado ou interessados dirigido ao Presidente da FUNAI;

2.1. - O requerimento de licença poderá ser individual ou coletivo.

2.2. - No caso de requerimento coletivo, deverá o mesmo ser subscrito por um representante do grupo interessado e conter a relação de todos os integrantes;

CONFIDENCIAL

PSS.403, p. 21/193

2.2.1. - Na relação exigida no ítem anterior deverão constar, para cada um dos integrantes do grupo:

a) nome por extenso;
b) idade;
c) sexo;
d) nacionalidade;
e) estado civil;
f) endereço;
g) instituição a que pertence;
h) apresentação de documentos de identificação individual, inclusive fotocópia do passaporte, para os estrangeiros;
i) apresentação de estatutos ou outro documento válido, no caso de pessoas jurídicas;

3. - Em qualquer dos casos previstos no ítem 2.1., o requerimento deverá especificar:

a) o caráter científico ou documental da visita;
b) a área (ou áreas) objeto da visita;
c) a data prevista para o início da visita;
d) duração aproximada da visita (tempo de permanência na área ou em cada uma das áreas a visitar);
e) programa de trabalho a ser realizado, inclusive roteiro de filmes, se for o caso;
f) os recursos de que disponha o requerente ou o grupo para efeito de orientação, segurança e meios de locomoção na área a visitar;
g) o material e equipamento do requerente ou de todos os componentes do grupo;

PSS.403; p. 22/193

h) o conhecimento do requerente, do grupo ou da instituição, no tocante ao grupo indígena e à área a visitar;

i) os métodos de ação no tocante ao comportamento do indivíduo ou do grupo para conquistar e manter boas relações com os indígenas.

4. - A concessão de licença dependerá do cumprimento, individualmente, das seguintes exigências:

I - apresentação de atestado médico de que não é portador de moléstia infeto-contagiosa;

II - submissão a medidas preventivas de afecção por moléstias endêmicas nas áreas a visitar;

III - posse de remédios, instrumentos e materiais de uso comum destinados à proteção da saúde;

IV - a FUNAI só concederá licença quando respeitada a prioridade ou exclusividade de especialista brasileiro que esteja trabalhando no assunto.

5. - As licenças a pessoas, grupos e organizações para a produção, com finalidades comerciais ou científicas de documentário fotográfico e/ou cinematográfico sobre os índios, seus costumes e respectivo meio ambiente, só serão concedidas pelo Presidente da FUNAI, após o necessário parecer do Conselho Indigenista, respeitadas as exigências do Decreto nº 65.057.

6. Todas as pessoas físicas, grupos de pessoas e entidades nacionais, estrangeiras ou internacionais que vierem a ser autorizadas a proceder estudos e recolher documentação em áreas indígenas, se obrigarão a cumprir os preceitos do Decreto nº 65.057, de 26.08.69, que regula expedições científicas no País, comprometendo-se a fornecer à FUNAI:

PSS. 403, p. 23/193

a) cópia de relatório dos trabalhos de campo realizados no máximo até 6 meses após o término da visita;

b) exemplares de publicações, filmes, fotografias ou gravações de quaisquer espécie, resultantes dos trabalhos realizados;

c) colaboração, na medida em que a FUNAI for necessitando na orientação para elaboração dos programas de desenvolvimento comunitário para os grupos indígenas por eles pesquisados;

6.1 - As pessoas físicas, grupos de pessoas ou instituições nacionais, estrangeiras ou internacionais, somente obterão novas autorizações de pesquisa em áreas indígenas brasileiras, se comprovarem o cumprimento do que preceitua o ítem anterior, excetuando-se a letra c do mesmo ítem, por envolver problema ético;

6.2 - Em se tratando de pessoas físicas e/ou jurídicas estrangeiras e/ou internacionais, é indispensável a recomendação da Embaixada Brasileira instalada no País de origem, que remeterá do Ministério das Relações Exteriores toda a documentação recebida para ser entregue à FUNAI, com a finalidade de estudo e autorização;

6.3 - A renovação de visita de pessoas ou entidade só será permitida quando tiverem sido respeitadas as determinações do presente Regulamento e cumpridas suas exigências nos prazos estabelecidos.

7. - Cabe ao Departamento Geral de Planejamento Comunitário, por intermédio da sua Divisão de Estudos e Pesquisas, emitir parecer sobre todos os pedidos de autorização para pesquisas;

CONFIDENCIAL

7.1 - Cabe ao DGO, através dos Delegados Regionais, dos Chefes de Ajudâncias, Administradores de Parques e Reservas Indígenas e dos Chefes de Postos Indígenas, a fiscalização da ação das pessoas, grupos de pessoas ou instituições nacionais, estrangeiras ou internacionais que venham a ser autorizados a proceder estudos em suas respectivas áreas de atuação, comunicando à Direção Superior o que for observado.

8. - Fica revogada a Portaria nº 66, de 20 de setembro de 1968.

ass. OSCAR JERONYMO BANDEIRA DE MELLO
PRESIDENTE

PFAM.

CONFIDENCIAL

M. I. - FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

RADIOTELEGRAMA RECEBIDO

PSS. 403, p. 25/193

DE CGR NR 31 PLS 90 DT 12/07 HS 1750

RECEBIDO DE PP128 ÀS 121805 POR PNF/PC

ENDEREÇO: CH ASI FUNAI/BSB CONFIDENCIAL

DPF - Brasília - D.F. Serviço Rádio Comunicações JUL 76 PPL-21 CONTROLE Nº 80532

TEXTO E ASSINATURA:

NR. 42/9A.DR DE 120776 - TRANSCREVO VSA TEOR MEU RD 41/9A.DR CONFIDENCIAL DE HOJE DIRIGIDO SR. DIRETOR DGO ABRASPAS COMPLEMENTANDO RD 31/DGO CONFIDENCIAL DE 070676 SOL FINEZA VOSSORIA INTERCEDER JUNTO ESCALAO COMPETENTE VG SENTIDO SUSTAR DEFINITIVAMENTE TRABALHO ANTROPOLOGA LILIA BITENCOURT VG DEVIDO INCONVENIENCIA SUA PRESENCA AREA ESTA DR PT ESCLARECO VOSSORIA REF ANTROPOLOGA REALIZA TRABALHOS ERRANTE SEM PARADA FIXA ET EM FAIXA FRONTEIRA VG OCASIONANDO PROBLEMAS AUTORIDADES AQUELA AREA ET ESTA DR VG QUE NAO POSSUE CONDICOES ACOMPANHAR SEU TRABALHO ANALISADO COMO SUSPEITO FECHASPAS PT SDS - DEL. 9A.DR

MINISTÉRIO DO INTERIOR-FUNAI - Protocolo Sigiloso Em 13/07/76 N.º 711 - Seção de Segurança e Informações

Rd. 120/gab/P. de 12-7-

Cmte. Adj. Jud. 13-7-76

PSS. 403, p. 26/193

TELEGRAMA

Nome e cargo do Expedidor fechando o texto. Escrever separando as palavras com 2 espaços.

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

CONFIDENCIAL

CARIMBO DA ESTAÇÃO

PREÂMBULO

Espécie: OFICIAL | Número | Data | Hora

Origem | Palavras | Via a seguir

INDICAÇÕES DE SERVIÇO TAXADAS

HORA DA TRANSMISSÃO

INICIAIS DO OPERADOR

ENDEREÇO

9ADR - CONFIDENCIAL

TEXTO A TRANSMITIR

N.o DE — — —

120/GAB/P 12 07 76 INFORMO ANTROPOLÓGA LEILIAN /// BITENCOURT VALLE PROIBIDA INGRESSAR AREA INDIGENA PT CASO MESMA APAREÇA AREA VG FAZER ENTREGA PF OU UNIDADE EXERCITO PRÓXIMA PT SDS ISMARTH OLIVEIRA PRESIDENTE FUNAI ////////// //

Ciente. Aug.
Jud. 13/7/76

Assinatura ou rubrica do expedidor

PSS. 403, p. 97/193

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - **FUNAI**
Gabinete do Presidente

127/76

- Sol. ao Gen. Ismarth fazer um rádio p/ a 9ª DR determinando, em melhor forma, a permanência da antropóloga Lilian Bitencourt Valle

- O CIE já em busca. A referida antropóloga tem ligações com elementos subversivos em S. Paulo - vive também metida com problemas de maconha, está agindo em Belo Hte. e

PSS. 403, f. 28/193

CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
- 9ª DR. -

Of. n.º 18/9ªDR/CONFIDENCIAL — Campo Grande, Mt.

Do: Delegado da 9ªDR/FUNAI — Em: 14.07.76

Ao: Sr. Chefe da ASI/FUNAI

Assunto: Cópia de Informação (ENCAMINHA)

Servimo-nos do presente, para encaminhar a V.Sa, cópia da Informação nº 15/9ªDR/76, cuja original foi encaminhada ao Sr. Chefe da IIª Seção do Estado Maior/9ªRM , em 14.07.76.

Na oportunidade, aproventamo-nos do ensejo' para renovar a V.Sa, protestos de alta estima e distinta consideração.

Gerson da Silva Alves
Gerson da Silva Alves
Delegado da 9ª DR/FUNAI

MINISTÉRIO DO INTERIOR-FUNAI
Protocolo Sigiloso
Em 21.7.76
N.º 774/76
Seção de Segurança e Informações

O desmembramento é responsável pela manutenção do sigilo deste documento (Art. 62 - Dec. n.º 60.417 de) regulamento para salvaguarda de assuntos sigilosos.

analista Sig.
Jul. 21-7-76.

CONFIDENCIAL

Ciente 21/7/76

CONFIDENCIAL

PSS.403, fl. 29/193

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO
9ª DELEGACIA REGIONAL

INFORMAÇÃO Nº 015/9ªDR/76

1. DATA : 13/JULHO/76
2. ASSUNTO : INGRESSO DE ANTROPÓLOGA EM ÁREAS INDIGENAS, SEM AUTORIZAÇÃO PRES/FUNAI.
3. ORIGEM : 9ªDR/FUNAI
4. REFERÊNCIA : INFÃO Nº 013/9ªDR/FUNAI
5. ÁREA : CENTRO-OESTE
6. DIFUSÃO ANTERIOR: ASI/FUNAI/BSB
7. DIFUSÃO : E-II/9ªRM
8. ANEXOS : Rdg. nº 12/GAB/P de 12/07/76
" " 243/DGPC de 08/06/76
" " 254/DGPC de 16/06/76
" " 441/9ªDR de 07/06/76
" " 461/9ªDR de 15/06/76
Of. nº 16/9ªDR/Conf. de 28.06.76
Infão nº 013/9ªDR de 22/06/76

---

1) Encaminhamento da documentação elaborada pela 9ªDR, versando sobre a Antropóloga Lilia Maria Bitencourt Guterrez Valle e cópia do Oficio 16/9ªDR/Confidencial de 28/06/76, que encaminhou o PB 210/76-WV/9ªRM, diretamente à ASI/FUNAI/BSB, objetivando obter maiores esclarecimentos sobre o assunto.

2) Encaminhamento ainda do RD 12/GAB/P de 12/07/76, do Exmº. Sr. Presidente, proibindo terminantemente o ingresso da referida Antropóloga em áreas indigenas.

3) A Presidencia da FUNAI, autorizou a aquisição de uma viatura para servir o Posto Indigena Amambai, a cujo encargo está a vigilância de grande faixa de fronteira, por onde normalmente perambulam grupos indigenas, ainda sem o devido contrôle e responsabilidades da FUNAI.

O destinatário é responsável pela manuteução do sigilo deste documento (Art. 62 - Dec. n.º 60.417,67 ... amento para salvaguarda de ...tos sigilosos.

CONFIDENCIAL

PSS. 403, p. 30/193
Proc n.º FNI/ 3379/76
Fls 10
Rubrica fosa

Rio de Janeiro, 15 de novembro de 1977

Ilma. Sra. Delvair Melatti
Chefe da Divisão de Estudos e Pesquisas
DGPC - FUNAI
Ed. Alvorada - 6º andar
S.C.S. - Brasilia - DF.

Sra. Chefe

Venho solicitar à FUNAI autorização para permanecer na área em que residem índios guarani do subgrupo Kayová, nas proximidades das cidades de / Bela Vista e Ponta Porã, MT, durante o período entre os dias 15/12/77 e 15/3/78, para continuar uma pesquisa que lá iniciei em 1974.

Esta pesquisa focaliza pequenos bandos de guarani desaldeados, e porisso a situação é um tanto ou quanto peculiar, pois pelo que me consta a FUNAI se faz representar na área apenas na Vila de Campestre (vinculada à IX DR), embora existam famílias Kayová em várias outras localidades, vivendo em propriedades privadas de terceiros.

Sendo assim, talvez seja mais conveniente que a autorização seja feita / de forma a me permitir trabalhar junto aos Kayová da fronteira, estejam eles vivendo nessa pequena área vinculada à FUNAI, Campestre, ou em outros povoados e fazendas da região, nos municípios de Ponta Porã, Antonio João, Bela Vista e Jardim, em Mato Grosso.

Por outro lado, se houver tempo, gostaria também de passar rapidamente pelo Posto Indígena de Dourados, para conectar duas famílias da região acima mencionada, que estavam radicadas lá há um ano e meio, mas talvez já tenham se mudado. Da mesma forma, outras dessas famílias podem estar residindo em Dourados atualmente, e me interesso pelos motivos do deslocamento.

Anexo a esta solicitação envio os atestados de vacina exigidos e um re-

PSS. 403, p. 31/193
Proc n.º FNI 331/76
Fls 11
Rubrica

sumo da pesquisa que venho realizando, e de seus objetivos. Anexei também a cópia de um relatório que fiz para a FAPESP (de onde fui bolsista), no qual constam as observações realizadas durante minha última visita ao campo, em 1976; serve para esclarecer alguns pontos pouco desenvolvidos no / resumo do trabalho.

Achei desnecessário enviar o meu currículo, uma vez que já existe no Departamento Pessoal dessa Fundação, pois em 1975 fui contratada para fazer um levantamento no Posto Indígena de Dourados. Àqueles dados teria a acrescentar apenas que atualmente sou professora de Antropologia na Universidade / Federal Fluminense, e resido à Rua Assis Brasil, 96/501, 20.007, Rio de Janeiro.

Sem mais, coloco-me à sua inteira disposição para quaisquer esclarecimentos e eventual colaboração.

Atenciosamente,

Lilia Valle

PSS. 403, p. 32/193

PROC. Nº FNAI 33/77/10
Fls. 85
Rubrica

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
FUNAI

Da chefe:

A continuação da pesquisa é de grande interesse uma vez que a antropóloga está trabalhando com índios desaldeiados que não contam com a assistência da FUNAI.

A pesquisa servirá de base para um posterior trabalho da FUNAI junto a estes índios ou famílias indígenas dispersas ou, famílias em propriedades privadas de terceiros da região de Campestre, em Mato Grosso.

DEP 28 11 77

Da Pogedo

Sr. Diretor

De acordo. Após expedir a autorização, solicito encaminhar à DDC e ASPLAN para conhecimento e possível auxílio na elaboração de [illegible] os Guarani.

Fundação Nacional do Índio
Departamento Geral de Assuntos Comunitários

[illegible]
Chefe [illegible] e Estudos e Pesquisas

PSS. 403, p. 33/193

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
FUNAI

Preliminarmente, encaminhe-se ao Ilmo.Senhor Chefe da ASI, solicitando conhecimento.

Em, 02/dez./77

MINTER - Fundação Nacional do Índio
Dept°. Geral de Planejamento Comunitário

José Alves de Melo
Diretor

Wad autorizo a anuência solicitada.

Em, 05.12.77

Ismarth de Araújo Oliveira
Presidente da FUNAI

Ciente.

Retifica-se ao DGPC.

05/12/77.

João Bezerra de Mello
Asse Ch da ASI/FUNAI

PSS. 403, p. 34/193

CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO — **FUNAI**

MINISTÉRIO DO INTERIOR - FUNAI - Ass. em Informações

179-L/77

05.12.77

DADOS S/PESSOA FÍSICA (LILIA MARIA BITENCOURT GUTERREZ VALE)

ASI/FUNAI

PROC. FUNAI/BSB/03379/76

CENTRO-OESTE

-

PRESIDENTE/FUNAI

-

Em atenção ao Processo da referência, informamos que os REGISTROS EXISTENTES nesta Assessoria, CONTRA-INDICAM a autorização pleiteada, bem como a permanência da Antropóloga LILIA MARIA BITENCOURT GUTERREZ VALE em área indígena.

TODA E QUALQUER PESSOA QUE TOME CONHECIMENTO DE ASSUNTO SIGILOSO FICA, AUTOMATICAMENTE, RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO DE SEU SIGILO (Art. 12 do Decreto nº 79.099/77 Regulamento para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos)

CONFIDENCIAL

PSS. 403, p. 35/193

TELEGRAMA

Nome e cargo do Expedidor fechando o texto. Escrever separando as palavras com 2 espaços.

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

Proc n.º FNI/ 337/76
Fls. 02 - x -
Rubrica

CARIMBO DA ESTAÇÃO

Preâmbulo

Espécie: OFICIAL | Número ..... | Data ..... Hora .....
Origem ..... | Palavras ..... | Via a seguir .....

INDICAÇÕES DE SERVIÇO TAXADAS

HORA DA TRANSMISSÃO

INICIAIS DO OPERADOR

Endereço

ANTROPOLOGA LILIA MARIA BITENCOURT G.VALE
RUA ASSIS BRASIL VG 96 AP&2 501
RIO DE JANEIRO

TEXTO A TRANSMITIR

N.º 111/DGPC DE 30 — 12 — 77 —— CUMPRIMENTANDO VOSSORIA INFORMO SUA CARTA DATADA QUINZE NOVEMBRO CORRENTE ANO /////////. RENOVANDO PEDIDO PARA INGRESSO AREA INDIOS GUARANI //// SUBGRUPO KAYOVAH VG FOI INDEFERIDO PT SDS JOSEH ALVES MELO DIRETOR DGPC/FUNAI ////////////////////////////////

RBSL/mk

Assinatura ou rubrica do expedidor

QG/9.ª R M
2.ª SEÇÃO

PRONTUÁRIO N.º

NOME: LILIA MARIA BITENCOURT GUTERRES VALLE
FILIAÇÃO: Ricardo Guterres Valle e Aurea Guterres Valle.
D L N: 31 Mar 47 -
EST CIVIL: Solteira IDENT: 049237-SSP/SP e 1G-779136-M Ex
PROFISSÃO: Antropóloga
LOCAL DO TRABALHO:
RESIDÊNCIA:
OUTROS DADOS:

9.ª REGIÃO MILITAR — 2ª Seção — EMG

HISTÓRICO

A nominada foi detida pela AI/10º RC, por estar em contato direto com as comunidades indígenas do sul de MATO GROSSO e do PARAGUAI, em situação irregular. (INFO 391/76 de 16 Jun 76, da 4ª DC)

Tendo em vista os dados conhecidos descritos acima, foi solicitado o que constasse sobre a mesma, ao II Ex, CIE e 9ª DR/FUNAI. (PB 210/76-WV, de 21 Jun 76, da 9ª RM).

A epigrafada residia à Rua Oscar Freire nº 232, casa 6 - S.PAULO, juntamente com VERA LUCIA SILVA BELIZARIO, onde homiziou RENATO PEIRÃO LEAL, elemento que no dia 01 Mai 74, tentou assaltar um posto de gasolina.

Em diligências, realizadas posteriormente, na referida residência, foi encontrada certa quantidade de maconha pertencentes às referidas moças, bem como livros de literatura subversiva. (INFO 1132/76-LS, de 5 Jul 76 do II Ex).

A nominada foi presa em flagrante, como incurso no Art 281 do Código Penal. (TLX 1037-E2/LS de 15 Jul 76, do II Ex)

A FUNAI proibiu terminantemente o ingresso da mesma em áreas indígenas (INFO 15/9ª DR de 13 Jul 76, da 9ª DR)

A epigrafada foi ouvida em meados de Jun 76 pelo 10º RC, por suspeita de ação subversiva no meio dos índios da reserva CAMPESTRE nas proximidades de ANTONIO JOÃO/MT.

Alegou ser antropóloga e estar fazendo levantamento sobre a tribo de índios de CAMPESTRE. Não portava nenhum documento que a indentificasse como tal nem apresentou permissão da FUNAI para permanecer no local. Em seu poder foram encontrados:- três cartas de ANTONIO JOÃO, com anotações e atualizações; uma carta fornecida pelo Gov. PARAGUAIO onde constam alguns nomes indígenas; um ofício da USP/FAFI datado de 08 Abr 76, assinado pela Professora LUZ B. VIDAL, Chefe do

PSS. 403, p. 37/193

PRONTUÁRIO Nº _____ FL. 02.

HISTÓRICO

Museu Antropológico de S. PAULO, envelopes de cartas recebidas de A. BITENCOURT - Rua Barão do Rio Branco nº 1406 - CAMPO GRANDE/MT, endereçadas à Posta Restante de PONTA PORÃ/MT; uma autorização do Consulado Paraguaio de PONTA PORÃ/MT; um envelope endereçado à Posta Restante de PONTA PORÃ/MT procedente de 1800 SKYLINE SOULEVARD WOODSIDE CALIFORNIA 94062 - USA; vários cadernos com anotações de nomes de pessoas e lugares; um levantamento das Fazendas da região de ANTONIO JOÃO com nome dos proprietários e suas áreas; uma relação datilografada dos índios brasileiros e paraguaios.(INFO 299/76-HL, de 28 Jul 76 da 9ª RM)

A nominada não mais se encontra na área, tomando destino ignorado. (INFO 491/76 de 17 Ago 76, da 4ª DC)

A mesma compareceu no QGR/9 solicitando autorização para realizar pesquisa entre os índios da região de PONTA PORÃ E BELA VISTA. Em consequência foi solicitada informação a respeito da solicitante. (TLX 845-E2 de 29 Dez 77, da 9ª RM)

A autorização solicitada pela mesma foi negada pelo Exmº Sr Presidente da FUNAI em face de registros que contra-indicam suas atividades. (TLX SNº DA FUNAI/BSB)

A mesma persiste adentrar em áreas indígenas na área do 10º RC. Entretanto face seus antecedentes, onde houve lavratura de flagrante por porte de maconha e de literatura subversiva. É contra-indicada sua presença na área. (INFO 001/78-OA de 03 Jan 78, da 9ªRM)

9ª REGIÃO MILITAR — 2ª Seção — EMG

PSS. 403, p. 38/193

Ilmo. Sr. Gal. Ismarth de Araujo Oliveira
D.D. Presidente da Fundação Nacional do Índio
Brasília - D.F.
Rio de Janeiro, 10/3/78

Senhor Presidente

Venho cumprimentá-lo e pedir sua atenção para alguns problemas, relacionados à minha pessoa, que urgem ser esclarecidos e/ou resolvidos.

Na mesma semana em que recebi o seguinte telegrama: NR 411/DGPC DE 30/12/77 CUMPRIMENTO VOSSORIA INFORMO SUA CARTA DATADA QUINZE NOVEMBRO CORRENTE ANO RENOVA(N)DO PEDIDO PARA INGRESSO AREA INDIOS GUARANI SUBGRUPO KAYOVAH VG FOI INDEFERIDO PT SDS JOSE ALVES MELO DIRETOR DGPC/FUNAI, verifiquei também a existência, nos arquivos de um Regimento de Cavalaria da 9ª RM sediado em Campo Grande, de um documento que proibe minha entrada em território indígena desde julho de 1976, fato que nunca me foi comunicado oficialmente.

Não cheguei a ler o documento, de forma que não sei sua exata procedência, e muito menos sua fundamentação. Esta ordem, entretanto, só pode ter sido desencadeada a partir de acontecimentos que tiveram lugar quando de minha estada entre os Paĩ/Kayová da fronteira Mato Grosso/Paraguai, / no primeiro semestre de 1976.

No dia 4/6/76, pela manhã, fui detida na Colonia Agrícola Municipal de Damakuẽ (cerca de 200 regionais e 3 unidades familiares Kayová), Município de Bela Vista, MT, por membros da segurança do 10º Batalhão de Cavalaria da 9ª RM, sitiado na cidade de Bela Vista, sob "suspeita" e para "averiguações", como laconicamente me comunicaram. Imagino que nada tenha sido averiguado que justificasse as suspeitas que nunca se deram ao trabalho de me informar, pois fui liberada e reconduzida à Damakuẽ na mesma noite, após passar um dia lamentável.

Sei que nessa data consultaram a FUNAI a respeito de meu trabalho, e que o assunto continuou em pauta nesta Fundação, pois possuo uma cópia do seguinte rádio endereçado à 9ª DR: Nº 243/DGPC DE 08-06-76 INFORMAMOS QUE EH DE NOS-

14-3-78

SO CONHECIMENTO AH PRESENÇA DA ANTROPOLOGA LILIAN VG NOS PAI-TRANYTERAN VG PARA CONCLUIR POR SUA CONTA O TRABALHO INICIADO QUANDO CONTRATADA PELA FUNAI PT SDS DIR DGPC.

Este rádio me foi entregue em 16/6/76 pelo então Delegado da 9ª DR, Dr. Gerson Alves da Silva, para legitimar de alguma forma minha presença entre os índios Paĩ/Kayová de fazendas e pequenos povoados rurais, caso voltasse a ser abordada por órgãos de segurança. Mas, sentindo-me bastante / nervosa, acabei voltando para São Paulo alguns dias depois, / sem ter concluido o levantamento que estava fazendo, trabalho este que ainda preciso realizar.

A decisão de proibir minha entrada em território indígena é, portanto, posterior à minha estada em campo e, a meu ver, só pode estar ligada a informações mal interpretadas ou erroneas que eventualmente tenham chegado à fundação / que o Senhor encabeça. Assim, a série de fatos que estou relatando tem por objetivo fazer com que tal medida seja reconsiderada.

É preciso esclarecer, Senhor Presidente, ter / sido já a segunda vez que fui detida por órgãos de segurança daquela faixa de fronteira, onde existe muito contrabando. Em 1974, quando estava pela primeira vez em Campestre, nucleo indígena sobre o qual informei esta fundação em relatório datado de 3/11/74, fui detida por dois policiais da Delegacia de Antonio João, Município onde se situa Campestre, vila rural / onde um índio, o Cap. Alziro, possuia menos de 1 ha. de terra e liderava uma pequena comunidade.

No dia seguinte, 12/2/74, o Delegado Tito conduziu-me ao quartel de Ponta Porã onde, depois de esperar cerca de duas horas, fui liberada por um Capitão que disse ter / sido um engano e que, para evitar ocorrências desse tipo, seria interessante eu me reportar às autoridades regionais competentes sempre que voltasse, pois eu lhe disse que provavelmente continuaria a estudar os Paĩ-Kayová.

Em fins de 1973 fora convidada, juntamente com um colega de faculdade, Rubens de Almeida, para conhecer o trabalho de desenvolvimento comunitário que vinha sendo realizado pelo Projeto Paĩ-Tavyterã no Paraguai. Acabara de concluir o / Curso de Ciências Sociais da FFLCHUSP e necessitava definir o projeto de pesquisa em que me engajaria como estudante de An-

tropologia. Visitei algumas comunidades paraguaias e resolvi então iniciar uma pesquisa de carater experimental em Campestre, no lado brasileiro.

Este trabalho, que venho desenvolvendo intermitentemente, configurou-se melhor com os dados recolhidos no P.I. Dourados em julho de 1975 quando, contratada juntamente com a antropóloga Márcia Serra Ribeiro pela FUNAI, realizei / um levantamento sobre as condições socio-econômicas da população, que seria base para um projeto de desenvolvimento das comunidades indígenas desse posto. Necessito terminá-lo, mas o fato de não ter acesso às áreas Kayová em condições de segurança pessoal é um grande obstáculo.

Em 1974, da mesma forma que em 1976 quando finalmente voltei àquela zona, todos os meus papéis - diários e anotações de campo, correspondencia pessoal, livros, etc. - / foram apreendidos e examinados, as casas das famílias indígenas que me hospedavam foram cuidadosamente revistadas e os índios foram interrogados, nada tendo sido verificado que desabonasse meu trabalho.

Nas duas vezes, depois de solta, fiquei sabendo através da população local, curiosa e solidária, que houveram denuncias e que corriam diversas estórias a meu respeito. Em 1974, em Campestre, na mais exótica dessas estórias eu teria matado o marido e fugido para a fronteira; na versão mais acatada eu estaria lá para procurar "enterro", moedas de ouro enterradas ou perdidas durante a Guerra do Paraguai.

Semelhantes boatos chegaram rapidamente até / ao quartel de Bela Vista, pois em 16/2/74 fui procurada, também para "averiguações", por uma patrulha do 10º Batalhão de Cavalaria. Mostrei meus documentos e informei que já fora presa quatro dias antes, tendo ficado tudo esclarecido. Fizeram algumas perguntas e foram confirmar minhas declarações com o Delegado Tito, como fiquei sabendo posteriormente.

Um antropólogo leva muito a sério tais estórias, Senhor Presidente, não só pelos conteudos e formas que destacam, mas também pelo processo de contágio, pois o circuito de espalhamento de notícias ou boatos é pleno de significado sociológico. Nas sociedades onde predominam as relações face à face, como no caso dos Paĩ/Kayová e da propria sociedade

rural brasileira, é indispensável conhecer a estrutura desse sistema de comunicações. Nesse sentido os dois incidentes em que me vi envolvida foram bastante ricos de informação.

Em 1976 corria que eu era professora dos índios, mas as denuncias, feitas por dois moradores de Damakuê que acompanhavam os tres militares à paisana na hora da prisão, eram, segundo uns, de contrabando (carros? ou toxicos?) e, segundo outros, de subversão. As circunstancias foram alarmantes, porque eu já era suficientemente bem conhecida pelas autoridades regionais para que houvesse possibilidade de "engano", como da vez anterior.

Devido às "recomendações" que recebera em // 1974, a primeira coisa que fiz ao voltar, no dia 13/4/76 // foi passar na Delegacia de Antonio João, avisando que pretendia ficar quatro meses entre os índios, dos dois lados da fronteira. Uma semana depois fui, conforme me aconselhara o Delegado Tito, fazer o mesmo no quartel de Bela Vista, onde o Oficial de Dia ouviu minha estória, tomou nota de meus documentos e endereço, e disse que eu poderia ficar tranquila.

Depois disso voltei expontaneamente mais // duas vezes àquele quartel. Primeiro para levar um índio doente à enfermaria, e depois para consultar os arquivos a respeito de acontecimentos relacionados aos índios. Nessa ocasião eu estava voltando para Campestre via Bela Vista, pois precisava passar na Prefeitura para pegar um mapa; no dia anterior, 27/5/76, tivera uma entrevista com o Delegado da --- FUNAI em Campo Grande.

Passei toda a manhã pesquisando na biblioteca do quartel e, quando voltei depois do almoço fui chamada pelo Cap. Barseli, o mesmo que me prendeu poucos dias depois em Damakuê, para o que me pareceu inicialmente uma conversa informal mas logo se transformou num verdadeiro interrogatório. Ele estava informado a respeito da presença de estranhos entre os índios, queria saber detalhadamente todos os meus / passos, fez várias perguntas sobre as duas ocasiões (17/4 e 24/4/76) em que eu atravessara a fronteira com os índios para ir a festas em Pysyry, e insistia em dizer que os guarani fumavam e plantavam maconha, o que não é do meu conhecimento, e vai de encontro a toda a literatura etnografica existente, que o aconselhei a consultar.

Saí de lá bastante irritada mas, como minha situação era perfeitamente legal e todas as respostas que dera / poderiam ser facilmente comprovadas, sem ver motivos para maiores preocupações até o dia 4/6. O que houve então, a meu ver, foi um uso pouco humano e econômico, em termos de racionalidade, de força policial, pois teria sido incomparavelmente mais simples entrar em contato com a FUNAI ou investigar devidamente minha atuação na área antes de me prender.

Pysyry, atualmente Colonia Nacional, é a comunidade Paí mais próxima e estreitamente vinculada à Campestre. Como não existe condução ou estrada, normalmente se vai a pé, pelo mato, e eu não vejo porque o Cap. Barseli estranhou tanto estes meus passos... Cheguei a permanecer 10 dias lá em / 1974 e 5 dias agora, em janeiro de 1978; em 1976, porém, só / tive oportunidade de ir lá para participar de duas chichas para as quais fora convidada, e que já mencionei.

No mes de maio missionários evangélicos também estiveram em Campestre e foram a Pysyry. Soube também, através do Dr. Hans Wicker, coordenador do Projeto Paí-Tavyterã, que alguns brasileiros haviam tentado contratar índios de Pysyry para trabalhar na Amazonia. Transmiti esta informação ao Delegado da 9ª DR, pois pensei que poderiam tentar fazer o mesmo do lado brasileiro.

Devo dizer ainda que, ao me soltar na noite de 4/6/76, o Cap. Barseli avisou que eu precisava me apresentar à 9ª DR e que, se futuramente pretendesse voltar àquela área, deveria me reportar primeiramente ao Serviço de Relações Públicas da 9ª RM para conseguir um aval. Com esta intenção segui para Campo Grande em fins de dezembro de 1977, enquanto aguardava um comunicado oficial da FUNAI em resposta à minha carta de 15 de novembro.

Em Campo Grande fiquei sabendo, depois de algumas instâncias e através do Ten. Cel. Marcant, ligado à segurança (não sei exatamente sua função nem a sigla do quartel em que trabalha), que como brasileira possuidora de documentos e livre poderia ir ou ficar onde bem entendesse, e que o Exército não tinha nada a ver com os meus movimentos. No entanto ele deixou bem claro que para trabalhar em condições de segurança eu precisaria ter uma autorização da FUNAI.

PSS. 403, p. 43/193

Como brasileira, documentada e livre, tenho também o direito de trabalhar, e escolhi atividades ligadas à pesquisa. Atualmente sou professora de Antropologia no Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, mas continuo vinculada ao Curso de Pós-graduação em Antropologia da Universidade de São Paulo, onde minha orientadora é a Profa. Dra. Lux B. Vidal.

A Dra. Lux pode atestar que, dada à natureza desse trabalho de pesquisa, à metodologia empregada e à características do próprio grupo, só poderei escrever a dissertação de Mestrado em cima de dados a serem levantados entre os Paí/Kayová que vivem nos municípios de Antonio João, Bela Vista e Ponta Porã, onde não existem áreas reservadas à população indígena (não sei o status legal de Campestre nesse momento), e no P.I. Dourados.

Para esclarecer melhor o assunto solicito à / V.Exa. uma audiência ainda para o mes de março, pois tenho a máxima urgência em resolver esta situação, que prejudicou bastante o andamento de meu trabalho de campo. Conto com a sua / compreensão e aguardo uma comunicação da FUNAI para a minha / residência, fixando a data.

Respeitosamente,

Lilia Valle

Lilia Valle
Rua Assis Brasil, 96/501
Rio de Janeiro - 20.007

CONFIDENCIAL

PSS. 403, p. 44/193

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

MINISTÉRIO DO INTERIOR - FUNAI - Ass. Seg. Informações

INFORMAÇÃO N.º 034-L/78

1.	DATA	:	27.03.78
2.	ASSUNTO	:	DADOS S/PESSOA FÍSICA (LILIA MARIA BITENCOURT GUTERREZ VALE)
3.	ORIGEM	:	ASI/FUNAI
4.	REFERÊNCIA	:	PROC. FUNAI/BSB/03379/76
5.	ÁREA	:	CENTRO-OESTE
6.	DIFUSÃO ANTERIOR	:	-
7.	DIFUSÃO	:	PRESIDENTE/FUNAI
8.	ANEXO	:	

Em atenção ao despacho de V.Exa., às fls nº 89, do Processo da referência, esta Assessoria ratifica os termos da Informação nº 179-L/77-ASI/FUNAI, de 05.12.77, informando que os REGISTROS EXISTENTES, CONTRA-INDICAM a autorização pleiteada, bem como a permanência da Antropóloga LILIA MARIA BITENCOURT GUTERREZ VALE em área indígena.

TODA E QUALQUER PESSOA QUE TOME CONHECIMENTO DE ASSUNTO SIGILOSO FICA, AUTOMATICAMENTE, RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO DE SEU SIGILO (Art. 12 do Decreto nº 79.099/77 Regulamento para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos)

CONFIDENCIAL

RESERVADO PSS 403, fl. 45/193

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO — **FUNAI**

OF. Nº 017/78-ASI/FUNAI

Brasília-DF.,
Em 30.03.78

Senhor Comandante,

A Antropóloga LILIA MARIA BITENCOURT GUTERREZ VALLE, teve proibido o seu ingresso em área indígena, desde 1976, face à informações recebidas dessa RM.

Em março do corrente ano, a mesma voltou a insistir na autorização de retorno à área, apresentando o documento anexo.

Pelo mesmo, a FUNAI ficou na dúvida, face à citação de Oficiais da 9a.RM, e que, se verdadeiras, representariam a possibilidade do seu retorno, já que de acordo com parecer do Departamento da FUNAI responsável, a sua pesquisa é válida.

Para permitir a esta Presidência a tomada de decisão, solicito a V.Exa. apreciar o caso e informar à respeito.

Aproveito a oportunidade, para reiterar a V.Exa. protestos de consideração e apreço.

ISMARTH DE ARAÚJO OLIVEIRA
PRESIDENTE

Exmo. Sr.
Gen. ÉLIO JOÃO GOMES DA FONSECA
DD. Comandante da 9a. Região Militar
CAMPO GRANDE-MS

RESERVADO

CONFIDENCIAL

PSS. 403, p. 46/193

Ministério do Exército
II Exército
9ª Região Militar
Quartel General Regional/9

MINISTÉRIO DO INTERIOR - FUNAI
Protocolo Sigiloso
Em 10/05/78
Nº 183
ASI

Ofício nº 139/E2

CAMPO GRANDE/MT, 26 ABR 78

Do Cmt da 9a R M
Ao Sr Presidente da FUNAI
Assunto: Informação
(Presta)
Ref: a. Rd nº 12/Gab/P de 12 Jul 76, dessa/ Presidência
b. Rd S/Nº de 29 Dez 77, do Diretor do DGO/FUNAI.

Ciente. Arquive-se na ASI.

Osmarth de Araújo Oliveira
Presidente da FUNAI

1. Expediente originário desta Região Militar, em atendimento / ao Ofício nº 017/78 - ASI/FUNAI, de 30 Mar 78.

2. A antropóloga LILIA MARIA BITENCOURT GUTERREZ VALLE recebera autorização da Presidência da FUNAI, para realizar, em prazo limitado, estudos de tribos indígenas localizadas em área de interesse / da Segurança Nacional.

3. Ao findar o prazo inicial e ao tentar renová-lo, foi verificada a existência de registros que contra-indicavam tal concessão, / motivo pelo qual, essa Presidência houve por bem negar tal revalidação, o que foi feito com o rádio citado na referência "a".

4. Posteriormente, ao findar o ano de 1977, novamente aquela antropóloga esteve em contato com Oficiais desta RM; consultando essa Organização, foi reiterada decisão de "negar seu acesso a área indígena, pela Presidência da FUNAI, face a existência de registros que contra-indicavam suas atividades", segundo o que consta no radiograma da referência "b".

5. Face o acima exposto, este Comando esclarece à V Excia que,/ embora possuindo informações que desaconselhariam as atividades da marginada em "área de interesse da Segurança Nacional" na realidade, esta RM somente procurou atender a decisão emanada por essa Presi-/ dência, de acordo com os documentos referenciados.

Gen Div HÉLIO JOÃO GOMES FERNANDES
Comandante da 9a Região Militar

CONFIDENCIAL

15

. PSS.403, p. 47/193

RJOF BR
611344FNAI BR

SRA LILIA VALLE
RUA ASSIS BRASIL NR 96 - APT NR 501
RIO DE JANEIRO/RJ

NR 367/GAB DE 16.06.78 COMUNICO VOSSIA SEU REQUERIMENTO DATADO DE 10/MARCO ULTIMO VG SOLICITANDO PERMISSAO DESTA FUNDACAO PARA INGRESSAR AREA INDIGENA INDIOS PAI/KAYOVAH VG FOI INDEFERIDO PT SDS ISMARTH DE ARAUJO OLIVEIRA PRES/FUNAI //////////////////////

611344FNAI BR
935TXRJOF BR
611344FNAI BR
TRANS POR OAJUNIOR

Proc. FUNAI/BSB/0337 9/76.
Devolvido a Pres. em 21-6-78.
Ag. Fls. 21-6-78

EMBRATEL EMBRATEL EMBRATEL EMBRATEL

CONFIDENCIAL

PSS. 403, p. 48/193

Ministério do Exército
II Exército
9.ª REGIÃO MILITAR
QUARTEL GENERAL
EMR - 2.ª SEÇÃO

CAMPO GRANDE - MATO GROSSO

Em 23 de Ago de 1978

INFORMAÇÃO N.º 417/78-OA

1. **ASSUNTO** LILIA MARIA BITENCOURT GUTERRES VALLE
2. **ORIGEM** 9a RM
3. **DIFUSÃO** 9a DR/FUNAI
4. **DIFUSÃO ANTERIOR**
5. **REFERÊNCIA**
6. **ANEXO** Prontuário com duas folhas.

Para conhecimento dessa DR, esta AI encaminha o Prontuário anexo, versando sobre a epigrafada.

9.ª REGIÃO MILITAR — 2ª Seção — EMG

Pus conhecem.
Informar a DSI
Fls. 23/11/78

Quem tomar conhecimento deste assunto fica responsável por seu sigilo (Art 62 do R. S. A. S./67, aprovado pelo Decreto 60.417 de 11 Março 67).

AVP/SGT

CONFIDENCIAL

Pasta dos Lilás

PSS. 403, p. 49/193

CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
- 9ª DR -

Of. nº. 18/9ªDR/CONFIDENCIAL — Campo Grande - Mt.

Do: Delegado da 9ªDR — Em : 16.11.78

Ao: Ilmº.Sr. Assessor Chefe da ASI

Assunto: Encaminhamento (FAZ)

MINISTÉRIO DO INTERIOR - FUNAI - Protocolo Sigiloso Em 21/11/78 Nº 1053 ASS. DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

Estamos encaminhando a V.Sa. para conhecimento, fotocopia da INFORMAÇÃO nº 417/78-OA, oriunda da 9ª RM.

Ao ensejo, reafirmamos a V.Sa. protestos de consideração e aprêço.

José de Oliveira
Del. Reg. Substituto
9.ª Del. Regional/Funai
PORT/227/P de 18/04/74

aug. Ps.
21/11/78

CONFIDENCIAL

Pasta Lilia Valle

PSS. 403, p. 50/193

MINTER - FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

RADIOTELEGRAMA RECEBIDO URGENTE

DE GVR NR 70 PLS 80 DT 28/02 HS 1200

RECEBIDO DE PP134 ÀS 281352 POR PNF/GIL

SR. SUP ADM FUNAI/BSB

- MINTER -
FUNAI BRASÍLIA - DF
SETEL
2 MAR 1980
EP121 - BSB

CONTROLE Nº 7473

NP 175/11.DR DE 280280 - ACABO TOMAR CONHECIMENTO ATRAVES CASA INDIO RIO DE JANEIRO VG ANTROPOLOGA LILIA MARIA LITTENCOURT GUTERRES VALLE VG RESIDENTE RUA ALMIRANTE ALEXANDRINO NR. 284Ø VG APTO 3Ø2 VG SANTA TEREZA VG CONDUZIU ET MANTEM SUA RESIDENCIA CASAL INDIOS GUARANIS PROCEDENTES PI TUPINIQUINS PT ENCARECO VSA ACIONAR POLICIA FEDERAL RIO OBJETIVANDO [illegible] TORNAR INDIOS ALDEIA MAIOR URGENCIA POSSIVEL PT REFERIDA ANTROPOLOGA PERTENCE CENTRO TRATADOS INDIGENAS ET LH PROFESSORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE PT CARLOS ROBERTO GROSSI DEL. 11A.DR

FUNAI S A
Recebido em 28 02 80
Rubrica [illegible]

BR.AN, BSB.AA3.PSS.403, p.51/193

211-I
~~404~~
34/I

Ministério do Interior
Fundação Nacional do Índio - FUNAI
FUNAI/BSB/03379/76

PROCESSO Nº
03379 JUL 77 8 57
DSC/SPA - PROTOCOLO

PROCEDÊNCIA: - 9ª DELEGACIA REGIONAL - PROJETO KAINGANG

REFERÊNCIA: - RÁDIO 461/9ªDR 15:06:76

INTERESSADO: - LÍLIA MARIA BITENCOURT GUTERRES VAILE

ARQUIVO

ASSUNTO : - SOLICITA INFORMAÇÃO SOBRE AUTORIZAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA FUNAI REF. PERMANENCIA DA ANTROPÓLOGA EM ÁREA INDÍGENA.

Nº 211 DE 11/7/77

MOVIMENTAÇÃO

DESTINO	DATA	DESTINO	DATA
DGPC	06.07.76		
DOC	25.11.77		
DE	15/3/78		
DGO	24.7.78		

Pss. 403, p. 52/193

ASIATIQUE
No. 10447
05/12/

PSS. 403, p. 53/193

Proc. FUNAI/BSB/ 0337 9/76
FLS 03
Rubrica

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

DEL 9º DR - CGR

254/DGPC 16 06 76 INFORMAMOS VOSSORIA QUE ///////
ANTROPOLOGA LILIAN BITENCOURT ESTAH CREDENCIADA PELA /////
FUNAI FAZER PESQUISA NOS PAÎ-TAVYTERÃ PT SDS DIR DGPC///
//

O ORIGINAL FOI ASSINADO PELO Sr

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
DEPARTAMENTO GERAL DE PLANEJAMENTO COMUNITÁRIO

GEORGE DE CERQUEIRA LEITE ZARUR
Diretor do DGPC

DMM/mcca

Para Arquivo Expedidor por Destinatário

M. I. - FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO 217 II PSS.403, f.54/193

RADIOTELEGRAMA RECEBIDO

DE C.GRANDE NR 42 PLS 25 DT 15.06 HS 1050

RECEBIDO DE PP128 15.06 ÀS 1048 POR AF/JA

03379

ENDEREÇO: DGPC/BSB

FUNAI - Brasília - D.F. Serviços Rádio Comunicações 15 JUN 1976 PP 121

CONTROLE Nº 69710

NR 461/9A/DR DE 15.06.76 - RERA 243/DGPC DE 08.06.76 PT CIENTE PT SOL INFO NR AUTORIZACAO PRES FUNAI PARA PERMANENCIA REF ANTROPOLOGA AREA/ INDIGENA PT DEL 9A/DR CGR

TEXTO E ASSINATURA

Por ordem, encaminhe-se à Divisão de Estudos e Pesquisas. SEC/DGPC, 15/06/76.

Nº 224 DGPC 15/6/76 Rubrica

ASI/FUNAI N.º 1014/77 EM 05/12/77

MINTER - Fundação Nacional do Índio Departamento Geral de Planejamento Comunitário

SOUSA LOPES Chefe da Secretaria do DGPC

FUNAI - SEC/GAB N.º EM 15.3.78 ASSINATURA

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

DEL - 9ª DR/CGR

243 /DGPC 08 06 76

CONHECIMENTO A PRESENÇA DA
MÎ TAVYTERÃ VG PARA CONCLU
NICIADO QUANDO CONTRATADA

CCM/mma

Para Arquivo Expedidor - Geral

PSS.403, p. 55/193

Proc. FUNAI/BSB/ 03379/76
FLS 02
Rubrica

INFORMAMOS QUE EH DE NOSSO/////
ANTROPOLOGA LILIAN VG NOS/////
IR POR SUA CONTA O TRABALHO///
PELA FUNAI PT SDS DIR DGPC/)/)

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
DEPARTAMENTO GERAL DE PLANEJAMENTO COMUNITÁRIO

GEORGE DE CARQUEIRA LEITE ZARUR
Diretor do DGPC

PSS. 403, p. 56/193

Proc. FUNAI/BSB/ 03379/76
Fls 04
Rubrica

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICO PROFISSIONAIS, QUE ENTRE SI FAZEM A FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO E A ANTROPÓLOGA LÍLIA MARIA BITENCOURT GUTERRES VALE, OBJETIVANDO A REALIZAÇÃO DE LEVANTAMENTO/ SÓCIO-ECONÔMICO AS COMUNIDADES INDÍGENAS DO PI-DOURADOS-MT.

Por este instrumento particular, a FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO, entidade de direito privado, instituida de acordo com a Lei n. 5.371, de 05 de dezembro de 1967, com sede em Brasília, Distrito Federal, aqui chamada abreviadamente FUNAI, representada pelo seu Presidente, ISMARTH DE ARAÚJO OLIVEIRA, contrata os serviços técnico-profissionais da antropóloga LÍLIA MARIA BITENCOURT GUTERRES VALE, brasileira, solteira, portadora da Carteira de Identidade n. 238289 , CPF n. 051203498, doravante nomeada CONTRATADA, mediante cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objetivo do presente contrato é a locação dos serviços técnico-profissionais da CONTRATADA, visando a realização do levantamento antropológico do PI-DOURADOS, Município do mesmo nome, no Estado de Mato Grosso, de modo a possibilitar a FUNAI definir a implantação de um Projeto Sócio-Econômico para as comunidades indígenas que lá habitam.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

O prazo de vigência do presente contrato é de 40 (quarenta) dias, contados a partir de 1º de julho do corrente ano.

CLÁUSULA TERCEIRA-DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além da atividade estabelecida na cláusula pri

Proc. FUNAI/BSB/ 03379/76
Fls 05
Rubrica

PSS-403, f. 57/193

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

primeira, obriga-se a CONTRATADA a:

a) observar as orientações e determinações emanadas da Presidência da FUNAI, e, do DGPC ao qual ficará subordinada, em razão dos serviços a serem executados;
b) fazer prestação de contas proveniente de despesas que porventura venha a executar em decorrência dos serviços contratados, inclusive aqueles relativos a transporte, alimentação e pousada;
c) apresentar relatório sobre os serviços ora contratado.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA FUNAI

Em contra prestação aos serviços profissionais aqui contratados, compromete-se a FUNAI, a pagar a CONTRATADA, a quantia de Cr$ 6.00000 (SEIS MIL CRUZEIROS), o qual será efetuado mediante a entrega do relatório final, pelo CGPC - conta 81.484.2554 - Projetos de Estudos e Pesquisas.

CLÁUSULA QUINTA

Compromete-se ainda a FUNAI a:

a) fornecer transporte à CONTRATADA, para locomoção e execução dos serviços naquela área;
b) indenizar as despesas comprovadas relativas a alimentação e pousada.

PARÁGRAFO ÚNICO

As despesas aqui previstas correrão a conta referida na cláusula anterior.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Fede-

Jonathan L.

PSS-403, p. 58/193
Proc. FUNAI/BSB/ 03379/76
Fls. 06
Rubrica

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

Federal, para dirimir qualquer dúvida decorrente do presente contrato.

E, por estarem de acordo, assinam o presente em 04 (quatro) vias de igual teor, na presença das testemunhas a baixo.

Brasília, 01 de julho de 1975.

ISMARTH DE ARAÚJO OLIVEIRA
Presidente da FUNAI

LÍLIA MARIA BITENCOURT GUTERRES VALE
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

PUBLICADO (A) NO
SEP/BA/FUNAI 032
de 17 / 07 / 75

PSS. 403, p. 59/193
Proc. FUNAI/BSB/ 0337 8/76
Fls. 07
Rubrica

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

DEL - 9ª DR/CGR

243 /DGPC 08 06 76 INFORMAMOS QUE EH DE NOSSO///// CONHECIMENTO A PRESENÇA DA ANTROPOLOGA LILIAN VG NOS///// PAÎ TAVYTERÃ VG PARA CONCLUIR POR SUA CONTA O TRABALHO/// INICIADO QUANDO CONTRATADA PELA FUNAI PT SDS DIR DGPC/)/)

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
DEPARTAMENTO GERAL DE PLANEJAMENTO COMUNITÁRIO

GEORGE DE CARQUEIRA LEITE ZARUR
Diretor do DGPC

DMM/mma

Para Arquivo Expedidor por Destinatário

Proc. FUNAI/BSB/ 03379/76
FLS 08
Rubrica

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
FUNAI

PSS. 403, p. 60/193

De ordem, à Documentação

Maria José Braga
estagiária
BSB/8/7/76

Ciente:
M. C. Rocha
BSB, 08/7/76

PSS. 403, p. 61/193

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE SAÚDE E SANEAMENTO
DEPARTAMENTO DE SAÚDE DA COMUNIDADE
DIVISÃO DE ORGANIZAÇÃO SANITÁRIA

Os atestados de imunização não podem ser retidos.

(Art. 22 Dec. Fed. 49.947 de 21/1/61) Atestado de imunização para Varíola válido por 4 (quatro) ANOS.

CENTRO DE SAÚDE DE SANTA CRUZ

Unidade Sanitária .....

Anti-tifica

ATESTADO DE VACINAÇÃO ~~ANTIVARIÓLICA~~

Julia Vallee

de 30 idade, de cor branca, natural de Rio

residente [illegible] n.º ..... foi ..... vacinad...

no dia 17 de Novembro de 1972, tendo assim cumprido as disposições do Regulamento Sanitário.

Número de vacinas 1 no braço esquerdo

Isento de selo (Dec.-lei n.º 4.274 de 17-4-942)

Dr. .....
MÉDICO

Dra. Florinda Leal de Faria
MÉDICA
CRM-RJ nº 50 — CPF nº 14340867

Modelo - 48

IMPRENSA OFICIAL - RJ-73

PSS. 403, p. 62/193

Proc. n.º PNI/ 3379/76

Fls. 09

Rubrica

M. E. S. — D. N. S.

SERVIÇO NACIONAL DE FEBRE AMARELA

CERTIFICADO DE VACINAÇÃO ANTI-AMARÍLICA

Certifico que Lilia Valle Mayrink

nascido em 31 de Mar. de 1.947 foi vacinado contra a febre amarela em 16/11/73, no posto de São Paulo, com o lote n.º 770, procedente do Laboratório I.O.C.

CAMPANHAS DE SAÚDE PÚBLICA
16NOV73
SETOR - S. PAULO

Assinatura e função do vacinador

Carimbo do S. N. F. A.

(Vide o verso)

F. A. III - A
1.000.000 - 8 - 68

PSS. 403, p. 63/193

Êste certificado, quando ainda válido, poderá ser substituído por outro internacional, se seu possuidor tiver que viajar para paises que o exijam.

PSS. 403, p. 64/193

SECRETARIA DE SAÚDE

FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE MATO GROSSO

Atestado de Vacinação Antivariólica

Nome Lilia Maria Bittencourt G. Valle

de 29 anos de idade, de côr branca natural

de R. de Janeiro, residente à rua Assis Brasil

N.º 96 Ap. 501 cidade R. de Janeiro município

foi vacinado no dia 26 de Abril de 19 26

Dr. [signature]

MÉDICO

FUSMT-56

UNIDADE SANITÁRIA DE PONTA PORÃ

FUSMAT

300

PSS.403, p.65/193

PROC n.º FNI/ 3379/76
Fls. 10
RUBRICA

Rio de Janeiro, 15 de novembro de 1977

Ilma. Sra. Delvair Melatti
Chefe da Divisão de Estudos e Pesquisas
DGPC - FUNAI
Ed. Alvorada - 6º andar
S.C.S. - Brasilia - DF.

Sra. Chefe

Venho solicitar à FUNAI autorização para permanecer na área em que residem índios guarani do subgrupo Kayová, nas proximidades das cidades de / Bela Vista e Ponta Porã, MT, durante o período entre os dias 15/12/77 e 15/3/78, para continuar uma pesquisa que lá iniciei em 1974.

Esta pesquisa focaliza pequenos bandos de guarani desaldeados, e porisso a situação é um tanto ou quanto peculiar, pois pelo que me consta a FUNAI se faz representar na área apenas na Vila de Campestre (vinculada à IX DR), embora existam famílias Kayová em várias outras localidades, vivendo em propriedades privadas de terceiros.

Sendo assim, talvez seja mais conveniente que a autorização seja feita / de forma a me permitir trabalhar junto aos Kayová da fronteira, estejam eles vivendo nessa pequena área vinculada à FUNAI, Campestre, ou em outros povoados e fazendas da região, nos municípios de Ponta Porã, Antonio João, Bela Vista e Jardim, em Mato Grosso.

Por outro lado, se houver tempo, gostaria também de passar rapidamente pelo Posto Indígena de Dourados, para conectar duas famílias da região acima mencionada, que estavam radicadas lá há um ano e meio, mas talvez já tenham se mudado. Da mesma forma, outras dessas famílias podem estar residindo em Dourados atualmente, e me interesso pelos motivos do deslocamento.

Anexo a esta solicitação envio os atestados de vacina exigidos e um re-

PSS.403, p. 66/193
Proc n.º FNI 3379/76
Fls 11
Rubrica

sumo da pesquisa que venho realizando, e de seus objetivos. Anexei também a cópia de um relatório que fiz para a FAPESP (de onde fui bolsista), no qual constam as observações realizadas durante minha última visita ao campo, em 1976; serve para esclarecer alguns pontos pouco desenvolvidos no / resumo do trabalho.

Achei desnecessário enviar o meu currículo, uma vez que já existe no Departamento Pessoal dessa Fundação, pois em 1975 fui contratada para fazer um levantamento no Posto Indígena de Dourados. Àqueles dados teria a acrescentar apenas que atualmente sou professora de Antropologia na Universidade / Federal Fluminense, e resido à Rua Assis Brasil, 96/501, 20.007, Rio de Janeiro.

Sem mais, coloco-me à sua inteira disposição para quaisquer esclarecimentos e eventual colaboração.

Atenciosamente,

Lilia Valle

PSS.403, p. 67/193
Proc n.o FNI/ 3379/76
Fls. 12
Rubrica

RESUMO DO TRABALHO EM ANDAMENTO

O objetivo desta viagem é continuar uma pesquisa
que venho desenvolvendo desde 1974
entre os guarani do grupo Paĩ/Kayová.
Está vinculada às minhas atividades como aluna
do Curso de Pós-graduação em Antropologia Social na FFCLHUSP,
sob a orientação da Profa. Dra. Lux Boelitz Vidal.
Assim, no período que vai de 15/12/77 a 15/3/78
pretendo permanecer em Campestre (MT) e seus arredores,
verificando algumas informações e levantando outras,
necessárias à elaboração de minha dissertação de mestrado,
"Parentesco e Poder em algumas comunidades Te'yi".

1 - O GRUPO INDÍGENA

Te'yi (ver Relatório anexo, ítem II) é uma denominação bastante usada na área de pesquisa (abrange diversos bandos dispersos em um raio de até trinta, quarenta quilometros ao longo da estrada que liga as cidades fronteiriças de Bela Vista e Ponta Porã, MT) e também é, segundo o Summer Institute of Linguistics, a autodenominação usada pelos Kayová, subgrupo conhecido no Paraguai como Paĩ ou Tavyterã.

Os Paĩ/Kayová são, segundo Grünberg (1975:31) cerca de 14.000 indivíduos, sendo que aproximadamente metade dessa população vive no Departamento de Amambay onde, de acordo com o Censo Nacional paraguaio de 1974 os Paĩ constituiam um terço (1/3) da população rural. Os Kayová do sul de Mato Grosso são cerca de 6.000 pessoas. Não se tem notícia de migrações de carater messiânico ocorridas entre os Paĩ/kayová, ao contrario do que acontece com seus vizinhos, os Mbya e os Chiripá/Guarani.

A grande maioria dos Kayová vive em reservas indígenas. Existe porém um numero pequeno e indeterminado de famílias nas matas de grandes fazendas, em pequenos povoados rurais ou na periferia de cidades. São os bandos desterritorializados, à margem da administração indigenista. Na área acima mencionada

PSS. 403, p. 68/193

Proc n.o FNI/ 3379/76
Fls. 13
Rubrica

existem cerca de 150 Te'yi nessas condições.

2 - A EVOLUÇÃO DA PESQUISA

Comecei a trabalhar em Campestre com o objetivo de observar, ao nível do desempenho de papeis imbuidos de poder, as diferenças adaptativas entre estes bandos "independentes", os Kayová de um Posto da FUNAI (Dourados) e os Paĩ / de uma "comunidade" paraguaia (Pysyry), que supunha ser mais tradicionalista. Antes de proceder a comparações, porém, é preciso detectar as diferenças, e à medida em que fui conhecendo melhor os Paĩ/Kayová e a teoria antropológica estes objetivos foram se remodelando.

Em 1976 fiquei sabendo, através do Manual de Trabalho (1975:47) que Campestre se situava na área de dispersão de um "teko" (natureza, modo de ser, sistema, etc.) diferente daquele de Yvypyté, região considerada o centro/umbigo do mundo na cosmologia dos Paĩ-Tavyterã: "Los Tavyterã de la zona central distinguen a los Yvypytegua de los Mberyvogua (Rio Aquidabán) y los Yvypopygua en el Sur y en el Brasil (Avá Brasil)".

Ndyvaá, Panamby'y, Takuara e Pysyry, comunidades situadas na cabeceira e ao norte do Rio Aquidabán, são apontadas no Manual como pertencentes ao "teko / Mberyvo, o que talvéz também seja o caso dos bandos próximos à cabeceira do Apa. Campestre e Pysyry são comunidades onde, de acordo como levantamento que fiz, grande parte da população descende de antigos moradores da margem direita do Córrego Estrela (afluente do Apa que assinala a fronteira), da região onde "cerro" Marangatu era o principal marco sagrado.

Os Paĩ vivem na serra do Amambay e seu território é - ao contrario do da maioria dos Kayová, habitantes do planalto brasileiro - pontilhado por montanhas de pedra que teriam sido colocadas por Ñande Ru (Nosso Pai) quando fundou os primeiros "tekoha" (lugar do "teko") (Manual:47). Segundo o Capitão Alziro, de Campestre, os espíritos "donos" de "cerro" Marangatu e de outros morros / das proximidades "foram embora (para onde?) porque os "mbayri" (brancos) to-

PSS.403, p. 69/193

Proc n.o FNI 3379/76
Fls 13
Rubrica

maram conta da terra".

Embora o Manual dê a entender que Campestre faria parte do "teko Mberyvo", Alziro diz que "Tavyterãkura é a minha raça", fazendo questão de salientar que sua "raça" é diferente da dos Kayová ("outra qualidade de índio") de Dourados, a quem chama de "avá'uguai" (homens do campo), em oposição a avácerroguai" (homens do "cerro").

Está levantado o problema da diferenciação intergrupal, e cumpre investigar a especificidade desses diferentes "teko". Sabe-se muito sobre os guarani em geral, e muito pouco sobre suas características hermeneuticas. Minha contribuição nesse sentido será pequena, uma vez que até agora não aprendi a falar a língua - indispensável para aprofundar a pesquisa nesse sentido - nem caí nas boas graças de algum especialista ritual "aqueles que sabem" e por isso podem falar, ensinar.

3 - O TEMA DO TRABALHO

Na dissertação de mestrado, que passarei a comentar, quero ver se consigo estabelecer a especificidade e as ênfases estruturais do sistema de parentesco em vigor entre os bandos originários daquilo que teria sido até a década de trinta, o "tekoha" de "cerro" Marangatu. Para isso preciso ainda completar o levantamento dos descendentes das famílias de então (existiam "prá mais de dez chefes" de família extensa), analisar seus padrões de dispersão e de realinhamento.

Pretendo também prestar muita atencão nos contextos em que aparecem e em quais são as expressões usadas para chamamento, referência, etc. Variam conforme ego, evidentemente, mas também conforme o(s) ouvinte(s) e a situação. Os padrões dessas variacões podem apresentar informacões relevantes sobre os princípios que orientam o sistema de classificação de pessoas e de grupos sociais.

Os aspectos formais do parentesco, regras de casamento e implicações logicas subjacentes à economia da terminologia serão tratados de forma diferente da

PSS. 403, p. 70/193
Proc n.o FNI/ 3376/76
Fls 14
Rubrica

que aparece no Relatório anexo, ítem V. Os termos considerados serão aqueles realmente usados pelos Te'yi dessa microregião que, como vários outros grupos com que estive em contato até agora, de há muito guaranizaram certos termos / de origem latina.

Mas são os aspectos dinâmicos e polivalentes do parentesco que mais me interessam, já que a ideologia desse sistema - convem lembrar que nem todos os / parentes são iguais, e que a diferentes relações correspondem diferentes atitudes e expectativas - permeia toda a organização social, sendo extremamente importante nos contextos míticos, nos padrões de povoamento e no faccionalismo político.

É dada uma ênfase especial à parentela dos indivíduos que são nódulos importantes nas redes de relações sociais e/ou que se destacam na hierarquia social, aqueles que ocupam posições relacionadas ao poder. Penso em poder como "mana", como um aspecto de inúmeras relações sociais, e como algo que se pode exercer, distribuir, lutar por adquirir e perder nos processos políticos, aqueles ligados a interesses de ordem publica.

Concluo com algumas notas sobre a natureza da história e da memória, surgidas a partir de reflexões sobre o processo de transformação-continuidade dos guarani através do tempo. Recentemente o Pe. Meliá (1976) demonstrou, através da comparação e da análise de documentos históricos, que os Paĩ/Kayová descendem dos Itatines, grande nação guarani conhecida desde os primórdios da colonização do Paraguai. Este trabalho me esclareceu muitas duvidas, e será extensivamente citado e comentado.

4 - DADOS ETNOGRÁFICOS

Os guarani são horticultores e vivem em casas semelhantes às dos regionais mais pobres, cujo material varia conforme a região. Dispersas no mato, abrigam familias extensas ou familias nucleares e seus agregados. Geralmente os filhos casados constroem suas casas próximas à do pai, constituindo o que chamo de nucleo de família extensa, também constituidos pelas famílias de /

PSS.403, p. 71/193
Proc n.o FNI/ 3379/76
Fls. 16
Rubrica

irmãos, primos ou cunhados, sendo que nesses casos o chefe costuma ser o mais velho ou o marido da irmã (a confirmar).

Tais nucleos caracterizam-se pelo contato praticamente diário entre os moradores, pelo empréstimo ou troca obrigatória de alimentos e medicamentos, e pela distribuição de carne por todas as casas sempre que alguém consegue caçar mais que tres animais pequenos ou um de médio porte, ou então compra muito / "puxero" (carne de "terceira", ossos com um pouco de carne). São constituidos por no mínimo duas casas (cada família tem a sua própria roça), e o maior que encontrei até agora, na área de concentração da pesquisa foi o de Campestre, com cerca de quarenta pessoas.

Campestre é um grupo local inserido em um povoado rural, a Vila de Campestre (Município de Antonio João, MT), onde a maior parte dos trezentos habitantes são paraguais. O Cap. Alziro, seu líder, recebeu da Prefeitura uma quadra de dez lotes (a área total não chega a 1 ha, de modo que não há espaço para as roças) em 1968, quando foram intimados por um fazendeiro a abandonar o pequeno vale em que viviam há cerca de 20 anos, nas proximidades. Suas casas e / plantações foram queimadas.

Desde 1976 Campestre está vinculado à FUNAI, que mantém lá um atendente de / enfermagem e uma farmácia. Alziro é tido pelas autoridades nacionais (civis e militares) como o chefe de todos os bandos da região (cerca de 150 pessoas, além da população de Campestre), no nosso lado da fronteira. Ele as vezes assume esse papel, de modo que antes de conhecer melhor outros grupos eu também pensava assim. Sua autoridade, no entanto, restringe-se aos Te'yi de Campestre, seus parentes, embora eventualmente a aldeia possa incorporar famílias estranhas.

Neste caso o novo morador pede autorização ao Capitão para construir o rancho, vindo a se tornar um seguidor político: o núcleo de família extensa / transforma-se assim numa vizinhança. Tenho por hipótese que essa é a base / do processo de formação das vizinhanças politicamente centralizadas que têm surgido: o chefe é o "dono" da terra, controlador da ordem num território / cuja extensão em princípio não é fixa, e vai depender da localização das fa-

PSS.403, p. 72/193

Proc n.o FNI 3379/76
Fls 16
Rubrica

mílias a ele associadas.

5 - HIPÓTESES E MÉTODOS UTILIZADOS

Não sei se essa hipótese seria válida para um passado ainda recente, nem para as comunidades Paĩ além de Pysyry, mas serve para explicar a situação de chefia nas aldeias que se formaram no Posto Indígena de Dourados e a inexistencia de outros chefes nas circunvizinhanças de Campestre: Damakuê, Pirakuá e Bacaiuvá.

Nessas áreas a terra está dividida em propriedades particulares, de tal forma que não há possibilidade de alguém se estabelecer atualmente nas matas / sem a conivência do proprietário ou do administrador da fazenda, onde passam a trabalhar, geralmente apenas nos períodos de colheita ou de derrubada, / quando a necessidade de mão de obra é maior. Assim, a fixação na terra depende de uma relação patrão-cliente, e não de uma relação com o chefe que idealmente deve agir como um pai, ser bom e paciente, senão é abandonado por seus seguidores.

Queixas, e mesmo a arbitragem de pequenos conflitos são levados ao patrão ou ao capataz; em casos mais sérios recorre-se às autoridades locais. Nessa região a autoridade máxima é o Coronel do Batalhão de Cavalaria de Bela Vista. Dessa forma, quando não existe domínio sobre o território não existe, por assim dizer, lugar para a autoridade de um chefe nativo fora do âmbito familiar. Alguns indivíduos, no entanto, se destacam pelo prestígio; talvez devido ao domínio que possuem sobre determinados espíritos, mas nada sei sobre isso, por enquanto.

Os vínculos que unem estas famílias entre si e com as de Campestre, Pysyry e Cabeceira do Apa (bandos que deverei conectar em janeiro), bem como os conflitos que sugem, serão extensivamente discutidos. Nesse sentido apresentarei, da forma preconizada por Victor Turner (1957) e Van Velsen (1964), análise de duas ou tres situações cujo desdobramento estou ansiosa por conhecer. São casos que dizem respeito à cooperação e ao conflito entre parentes,

PSS.403, p. 73/193

Proc n.o FNI 3379/76
Fls 17
Rubrica

e às relações intercomunitárias.

Determinar a ordem e o "status" recíproco dessas comunidades -fronteiras grupais- é um problema delicado e ainda não satisfatoriamente resolvido, em que deverei trabalhar nos próximos meses. Para isso é indispensável fazer um mapeamento cuidadoso da população genealogicamente classificada, estabelecendo o local de nascimento, as residencias anteriores e os motivos de mudança de diversos indivíduos e famílias.

6 - BIBLIOGRAFIA

1957 - Turner, Victor. Schism and Continuity in an African Society: A Study of Ndembu Village Life. Manchester University Press.

1961 - Van Velsen. The Politics of Kinship: A Study in Social Manipulation among the Lakeside Tonga of Nyasaland. Manchester University Press.

1975 - Proyecto Paĩ-Tavyterã. Manual de Trabajo. Publicação interna.

1975 - Grünberg, Georg. "Dos modelos de economía rural en el Paraguay: Paĩ-Tavyterã y Koygua", in Estudios Paraguayos, vol. III, nº 1. Asunción.

1976 - Meliá, Grünberg e Grünberg. Los Paĩ-Tavyterã: Etnografia Guarani del Paraguay Contemporaneo. Centro de Estudios Antropologicos de la Universidad Catolica de Asunción.

Rio, novembro de 1977

Lilia Valle

PSS. 403, p. 74/193

Proc n.o FNV 3379/76
Fls 18
Rubrica

À F A P E S P

RELATÓRIO Nº 2

INSTITUIÇAO: Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciencias Humanas

DEPARTAMENTO: Ciencias Sociais

ÁREA: Antropologia Social

BOLSISTA: Lilia Valle

ORIENTADOR: Profa. Dra. Lux B. Vidal

PSS.403, p. 75/193

Proc n.o FNI 3379/76
Fls 19
Rubrica

Í N D I C E

PG.

I - Introdução . . . . . 1.

II - Identificação, denominação . . . . . 10.

III - Dados e hipóteses sobre o território e o passar do tempo . . . . . 18.

IV - Organização social e papéis de poder . . . . . 35.

V - Sistema de parentesco . . . . . 58.

APÊNDICE: Nomeclatura de parentesco Te'yi . . . . . 67.

BIBLIOGRAFIA . . . . . 69.

PSS. 403, p. 76/193

Proc n.o FNI/ 3379/76
Fls. 20
Rubrica

I - INTRODUÇÃO

O segundo e último relatório que apresento a esta Fundação baseia se em análise de material bibliográfico e de dados etnográficos / recolhidos no período entre 13 de abril e 28 de junho de 1976, ocasião em que permaneci em Campestre e outros lugarejos nos arredores do Município de Antonio João, M.T., dando continuidade a um trabalho iniciado há mais de tres anos com índios do grupo Paĩ/ / Kaiwá.

Essa terceira etapa da pesquisa de campo - a primeira foi um estudo exploratório feito em Campestre e Pysyry, e a segunda deu início às observações no Posto Indígena de Dourados - foi bastante prejudicada pela impossibilidade de permanecer em Pysyry. Não tomei conhecimento, a tempo, de todas as formalidades exigidas pela Associação Indigenista Paraguaia para tal.

Entre os problemas que serão discutidos já nesta Introdução, destaco a reformulação de algumas colocações iniciais. Vou recapitular as ideias centrais contidas no Plano de Pesquisa que apresentei à FAPESP, para poder criticá-las objetivamente e expor a mudança de planos que torna sem sentido a delimitação numérica (apenas tres) expressa no título do Projeto: "Parentesco e Poder na / formação de tres comunidades Paĩ".

Partindo do pressuposto de que a articulação de diferentes esferas de poder dá forma à comunidade, pensei ser possível, observando os personagens detentores de poder em diferentes situações locais, verificar, por um lado, variáveis estruturais que poderiam existir entre os Paĩ e os Kaiwá considerados e, por outro, como / os diversos "ambientes" atuam nas manifestações e na distribuição de poder.

Naturalmente não foram exatamente estas as palavras que usei então: "Pretendo investigar as categorias, relações e papeis de poder em tres comunidades . . . (um Posto Indígena administrado pe-

PSS. 403, p. 77/193

Proc n.o FNI/ 3379/76
Fls. 21
Rubrica

la FUNAI, uma Colonia ligada ao Projeto Paĩ-Tavyterã e uma comunidade fronteiriça, desterritorializada e até então marginalizada / às influencias de políticas e programas indigenistas) . . . escolhidas pelas diferenças que apresentam entre si e em relação à sociedade envolvente."

Através de foco nos personagens chaves da organização Te'yi (Paĩ/Kaiwá), num primeiro momento referidos como: chefe, chefe de família extensa, xamã e karaí, seria possível "construir" e ver como ocorrem os diferentes processos adaptativos de "comunidade" enquanto unidade política. Considerados como papeis isoláveis, cada qual se refere e se assenta em determinados princípios de organização / que na realidade se sobrepõem, nem sempre aparecem separados.

Em primeiro lugar, considerando as dificuldades e o tempo envolvidos numa pesquisa etnográfica, ou seja, em obter material adequado para interpretar uma realidade social-conceitual "sui-generis", agora considero um programa demasiadamente extenso (e complexo) a / tentativa de abordar simultaneamente dois subgrupos Te'yi diferentes, pois os Kaiwá de Dourados e os Paĩ de Campestre/Pysyry assim se declaram.

Atualmente é impossível estabelecer qual a natureza e o grau de / distanciamento entre eles. Primeiro é necessário conhecer cada um deles em profundidade para depois poder compará-los entre si e aos outros grupos Guarani. Por isto resolvi concentrar-me no sub-grupo Paĩ identificado aqui como Te'yi Mberyvopeguá, deixando de lado os Kaiwá (Te'yi) de Dourados. No ítem II explico porque prefiro chamá-los de Te'yi e discuto as principais denominações usadas por e para os Guarani em geral, destacando os chamados Paĩ/Kaiwá, sobre quem, enfim, pouco se sabe.

A principal fonte sobre a cultura guarani continua a ser a obra de Schaden (1947, 1963, 1969, 1974, etc.), onde a ênfase é dada às características distintivas entre os tres subgrupos que vivem no Paraguai e no Brasil: Paĩ/Kaiwá, Mbyá, Guarani/Ñandeva. Na mesma li-

PSS-403, p. 78/193

Proc n.o FNI/ 3379/76
Fls. 22
Rubrica

nha destaca-se um trabalho de Müller (1934-1935) exclusivamente / sobre os subgrupos que vivem no Paraguai; não está traduzido, e / só conheço de referencias.

Sobre os Kaiwá, além de alguns contos transcritos e traduzidos por John e Audrey Taylor (1966), e da cartilha Te'yi Ñe'ẽ publicada / pelo Summer Institute of Linguistics (SIL), existem os trabalhos de James Watson (1945,1952) e de Virginia Watson voltados para problemas de aculturação, entre os quais destaco e utilizo "Notas sobre o sistema de parentesco dos Índios Cayuá" (V.W.,1944).

Especificamente sobre os Paĩ-Tavyterã salienta-se um cântico recolhido por Samaniego (1968), e sobretudo o "Aporte a la Etnografia de los Guaraní del Amambai, Alto Ipané", de Cadogan (1962), onde / também se fala dos Mbyá e dos Chiripá. Mais abrangente e recente é o Manual de Trabalho, publicação do Projeto Paĩ-Tavyterã (1975) onde surgem novas e detalhadas informações sobre os Paĩ; baseio-me / nelas no decorrer de todo o Relatório.

Pelo menos no que diz respeito à prática de certos rituais, e provavelmente em outros aspectos da organização social, os Paĩ não / são um grupo homogêneo. Em diversas passagens o Manual (1975:46, / 47, 58,68,75) menciona o teko Mberyvopeguá, que seria um pouco diferente - uma variante - do "sistema" observado na região de Yvypyté, considerada centro-umbigo do mundo na cosmologia Paĩ.

As diferenças mencionadas referem-se a nomes de deuses - que variam bastante entre os Guarani - e a certos cânticos rituais. Este teko (natureza, modo de ser, sistema de vida, etc.) é atribuido a diversas comunidades localizadas entre os rios Aquidabán (Mberyvo ou / Mberygo, como se diz em Campestre) e Apa, na zona em que se situam Campestre e Pysyry.

Meus informantes de Campestre jamais mencionaram esta distinção, o que não significa que ela não exista - de qualquer forma, isto será bem verificado. Embora usem preferencialmente a denominação (?)

PSS. 403, fl. 79/193

Proc n.o FNI/ 3379/76
Fls. 23
Rubrica

Te'yi, como os Kaiwá de Dourados e ao contrário dos Paĩ integrados ao Projeto (Manual:46), consideram-se enquanto paĩkuera (kuera indica plural) e integrantes do sistema Tavyterã de Yvypyté, bastante diferentes dos Te'yi de Dourados, a quem chamam de avá'uguai.

Não sei como os mil Kaiwá de Dourados se colocam em relação a Yvypyté e nem mesmo se professam o mesmo teko; sua "unidade" política e comunitária é muito discutível. Localizei lá quatro "formações" comunitárias Te'yi de diferentes procedências, que só se consideravam como um todo enquanto raça, frente aos dois outros grupos indígenas que habitam a mesma área, os Chiripá/Guarani e os Terena.

Nos alinhamentos interétnicos que se formam em torno de problemas como escolha e suporte de capitães, exploração comercial de madeira interditada aos índios e monopolizada pela FUNAI, influência da Missão Caiuá, etc., os Kaiwá não podem ser considerados isoladamente, pelo menos no tipo de abordagem que eu pretendia fazer, onde / tanto as alocações políticas quanto religiosas de poder são importantes.

Abranger também os Guarani e os Terena extenderia e complicaria demais a pesquisa, mas mesmo assim a proposta seria metodologicamente plausível se existisse em Dourados uma "formação" específica, / constituida por "gente" originariamente ligada às circunvizinhanças de Campestre/Pysyry, e se a natureza das "comunidades" Te'yi / correspondesse à concepção que está implícita no Plano de Pesquisa.

Mas as famílias e indivíduos relacionados ao pessoal de Campestre e Pysyry que migraram para Dourados não se constituiram como grupo a partir dessa ou de outras características. Alguns provavelmente foram integrados às formaçãos já existentes na aldeia (tive oportunidade de constatar um desses casos), e outros foram morar nas favelas da periferia da cidade, situada à apenas 5 km do Posto.

Por outro lado, inicialmente tratei as "comunidades" selecionadas como se fossem os casos x', x'', x''', derivados de uma matriz X,

PSS 403, p. 86/193

Proc n.o FNI 3379/76
Fls 24
Rubrica

a "sociedade tradicional", ou como se fossem organizações burocráticas que pudessem ser reconstituidas através da montagem de um organograma, os papeis de poder "necessários". Na realidade, elas / têm uma flexibilidade funcional e um ciclo de desenvolvimento que permite os mais diferentes arranjos.

Parecem se colocar, uma em relação às outras, num estatuto diferencial e diferenciado que depende não só da composição/tamanho e localização do grupo, mas da qualidade de seus líderes. Não são como as aldeias Bororo, pelo que inferi da leitura de Viertler (1973), uma espécie de resumo da sociedade, onde todos os componentes devem estar representados. Estas seriam séries paradigmáticas, em oposição ao molde sintagmático das "comunidades" Te'yi, como sugere a topografia esotérica e a orientação dos Paĩ para Yvypyté.

O território Paĩ é pontilhado por marcos sagrados que teriam sido colocados pelo deus-criador (ouvi dizer que foram colocados por / Pa'i Kuará, heroi civilizador identificado ao sol e responsável / pela instituição dos tekoha) e dão nome ao tekoha mais próximo. / "El tekoha es 'el lugar en que vivimos según nuestros costumbres', es la comunidad semi-autónoma de los Paĩ" (Manual:47).

Na área em que se situa Campestre, "cerro" Marangatu é o marco / principal. Há cerca de cinquenta anos atrás existiam por lá diversos grupos locais que não eram (ou já não eram?) centralizados da forma descrita pelo Manual. Não existia um teko'aruvixa (líder religioso do tekoha) idealmente responsável pelo bem estar moral e / social do grupo, e por ser mitã kutuha, furador do lábio dos meninos nos rituais de iniciação masculina de uma determinada área, também assinalada pela celebração conjunta do avatikyry (ritos anuais em torno do milho verde, também presididos pelo teko'aruvixa).

Alguns morros das proximidades de "cerro" Marangatu/Campestre ainda são conhecidos pelo nome do animal ou ser mitológico que outrora os habitava: "Deus mandou embora" porque os mbaíry (brancos) to

PSS. 403, fl. 81/193

Proc n.o FNI 3379/76
Fls. 25
Rubrica

maram conta da terra; o nome "nativo" de outros já não é mais lembrado. Esta dessacralização (relativa) do território reflete-se no comportamento dos Te'yi, que apresentam todas as características de uma cultura de resistência ora apenas camuflada ora já transfigurada pela roupagem camponesa.

Neste sentido os Te'yi considerados como fazendo parte do teko Mbaryvo também não constituem um grupo homogenêo. Estimo sua população em aproximadamente 1.000 pessoas, dispersas entre comunidades citadas pelo Manual: Pamambi'y, Ndyvaá, Pysyry, Taquara e Arroyo Ka'á, fazendas e povoados. De início considerei erroneamente os bandos localizados no Brasil como parte de um tekoha que seria "Campestre".

Tais bandos, dispersos em localidades como Damakuê, Pirakuá, Bacaiuvá, Cabeceira do Apa, etc., não estão politicamente estruturados; / ainda não consegui estabelecer os parâmetros significativos para determinar suas fronteiras comunitárias. Desterritorializados e altamente instáveis, para abordá-los é preciso considerar também o / processo de transformação do índio em neo-brasileiro.

A mestiçagem (com avá'uguai e com elementos de origem brasileira, paraguaia e terena), a vivência de valores culturais e economicos regionais e, sobretudo, a desvinculação dos parentes apresentam-se cumulativamente num continuum onde o momento de corte, a separação entre quem deve ser considerado índio ou não, traços raciais a parte, é uma questão de acordo e de definição na classificação de alguns indivíduos e famílias relacionados nessa área.

A aparência, entretanto, pode ser enganadora. Por trás da linguagem "civilizada" com que muitos alegam sua ignorância da cultura tradicional (onde a distribuição de conhecimento nunca foi uniforme), o respeito a certos valores aparece exatamente na incorruptibilidade, no mutismo, na recusa em dizer ou fazer coisas fora de propósito, / fora das ocasiões "devidas" de acordo com o teko porã (costumes).

É nesses níveis da realidade, que extravasam o âmbito puramente social e tecno-utilitário, que o "índio" aparece. Podemos encontrá-lo

PSS.403, p. 82/193
Proc n.o FNI 3379/76
Fls. 26

na postura do corpo, na gesticulação esotérica, nas etiquetas, na / articulação do espaço e do trabalho domésticos, na divisão sexual / do trabalho, etc. Estas características, adquiridas no decorrer do processo de socialização, não são encontradas quando as crianças ou jovens são drasticamente separados da família e internados numa escola.

Todos os moradores de Campestre apresentam algumas dessas características de comportamento. Entre os grupos locais mencionados, o de Campestre é um caso excepcional por ser o maior deles (composição instável, cerca de 40 moradores), por ser uma pequena área indígena (1 ha) inserida numa vila rural (cerca de 300 habitantes, com / grande porcentagem de paraguaios) e por já estar vinculado à FUNAI, que chegou até esses índios no ano passado. Desde abril de 1976 a IX Delegacia Regional vem prestando assistencia médico-dentária á população, e projata instalar lá um subposto.

Além disso, o Capitão (mburuvixa) de Campestre é reconhecido pelas autoridades nacionais como chefe de todos os índios das fazendas / desse trecho da fronteira. Sua autoridade política, porém, restringe-se ao pequeno grupo da Vila de Campestre, basicamente uma família de tres gerações da qual ele é o chefe. Sua situação é bastante "delicada"; se conseguir atrair para a área um numero "suficiente de famílias Te'yi, existem "promessas" por parte da FUNAI no / sentido de providenciar terras, e se isso ocorresse ele seria chefe de fato.

Entretanto, é impossível atrair famílias que precisam de terra e de trabalho com promessas. No caso de muitos postos indígenas do sul de Mato Grosso, primeiro foi providenciada a terra, um espaço para onde as famílias pudessem se mudar, e o movimento migratório continua a existir até hoje. A área "indigena" de Campestre está superpovoada, e não comporta sequer roças para as famílias que já vivem lá. O tamanho médio de uma roça (com mandioca, milho, etc.) suficiente para sustentar uma família de cinco pessoas é de 1/2 ha.

PSS.403, p.83/193

Proc n.o FNI/ 3379/76
Fls. 27
Rubrica

No Paraguai, a relativa estabilidade territorial apresenta-se como fator básico para a manutenção do tekoha. Idealmente o teko'aruvixa não deve se imiscuir em assuntos mundanos: atua numa esfera espiritual, em coordenação com o mburuvixa, auxiliar de culto e principal responsável, ao lado de outros destacados chefes de família / extensa, pela manutenção da ordem social (Manual:47,48).

Parafraseando o Manual, é como se ao tekoha correspondesse uma ordem sagrada à qual é preciso se ajustar. Esta ordem, perpetrada em termos simbólicos, só será inteligível na medida em que pudermos conhecer e relacionar as diversas classes de espíritos, forças ou deuses às situações do mundo vivido. Assim, o mburuvixa deve se colocar como tembiguai (encarregado, enviado, etc.) do teko'aruvixa ideal (Manual:48), tendo como protótipo a relação de certos espíritos auxiliares (tupãguera) com outros mais poderosos, dos quais cumprem os desígnios - quem são eles já é outro problema.

Em relação à doutrina cristã, estes espíritos são identificados aos anjos (Schaden,1974:185), mas em relação à ordem do mundo que se apresenta aos Te'yi são vistos como "a polícia de deus", e designados pela mesma expressão usada em relação aos "anjos": Ñandejara / rembiguai ("mensageiros de nosso dono"). Novos conteudos vão aderindo e plasmando a cosmologia, enquanto as formas manifestas de / certos conteudos - e eles também - vão se modificando, se perdem ou se transformam em conhecimento esotérico.

Nas comunidades atuais nem sempre existe um teko'aruvixa, sacerdote que muitas vezes é convidado para desempenhar papéis rituais em outras comunidades. Nesse caso ele é conhecido como Pa'i ou Ñande Ru. Em Pysyry, onde a maioria dos moradores adultos veio do "lado brasileiro" e não tem o lábio furado, o teko'aruvixa não é exatamente aquilo que poderíamos chamar de "homem forte", com personalidade marcante, não tem um grupo numeroso de parentes para apoiá-lo e nem é tido como uma grande autoridade religiosa. Por que, então, ele é teko'aruvixa e se diz cacique?

PSS.403, fl. 84/193
Proc n.o FNI 3379/76
Fls. 28
Rubrica

Para responder perguntas desse tipo e apreender a natureza do poder desse e de outros personagens notáveis da organização Te'yi é necessário observar e analisar o que acontece em toda a área Mberyvopeguá e trabalhar com informantes menos "ignorantes" que os de Campestre. Parte das dificuldades que tenho encontrado em penetrar no mundo / conceitual (teko katu) e religioso (teko marangatu) do grupo deve-se ao fato de ainda não ter tido acesso e caido nas boas graças de nenhum grande entendido em assuntos "doutrinários", aqueles que sabem e por isso podem falar, ensinar.

Nos ítens III, IV e V procuro condensar uma série de observações, indagações e hipóteses que, desenvolvidas e esclarecidas na medida do possivel, serão o conteudo da dissertação de mestrado. A natureza dos dados apresentados está bastante condicionada à forma como foi conduzida a pesquisa, ao modo de ser Te'yi e à falta de um tratamento estatístico, já que disponho de poucos dados tabuláveis e nem sempre eles são dignos de confiança. Os únicos levantamentos completos que possuo são relativos à população de Campestre e de Damakuê, onde permaneci alguns dias.

A pesquisa transcorreu dentro de condições financeiras bastante precárias. Mas se por um lado eu não contava com transporte e acomodações próprias, o que teria facilitado trabalhar com informantes e garantido uma rapidez de locomoção suficiente para percorrer todos os grupos locais que relacionei através de informações de terceiros, tive oportunidade, em sendo hospedada pelos Te'yi, de fazer observações detalhadas sobre o comportamento nas viagens, sobre a intimidade dos grupos domésticos, regras de hospitalidade, etc..

PSS. 403, fl. 85/193

Proc n.o FNI 3379/76
Fls 29
Rubrica

II - IDENTIFICAÇÃO, DENOMINAÇÃO

Schaden já discutiu extensivamente o problema das denominações usadas por e para os Guarani da atualidade nas primeiras páginas de / "Aspectos fundamentais da cultura guarani". O que vou fazer aqui é comparar tais dados com os apresentados no "Manual de trabalho", para colocar em ordem o material que coletei nesse sentido e associá-lo à observações paralelas que me parecem relevantes e de certa forma ajudam a esclarecer o significado de alguns termos usados para / designar os grupos Guarani.

Aprende-se que os tres subgrupos (tribos) Guarani do leste paraguaio descritos por um missionário alemão, Franz Müller, há mais de quarenta anos, podem ser imediatamente identificados através do nome e do formato do cesto de carga da mulher. Entre os Mbyá chama-se adjaká, adjó entre os Chiripá e pynaku entre os Pañ. Pañ é a grafia usada / por Müller; respeito a ortografia de cada autor mencionado.

Usando a grafia e a terminologia de Schaden, estes grupos podem ser identificados aos Guarani que são conhecidos no Brasil meridional / como: Mbüá, Ñandeva e Kayová. Nas publicações do Projeto Paĩ-Tavytera em que me baseio, os mesmos grupos são respectivamente referidos por nomes duplos, que indicam a subdivisão entre paraguaios e brasileiros: Mbyá/Ka'ỹnguã, Chiripá/Guarani e Paĩ/Kayová. Prefiro grafar Kaiwá, de acordo com os linguístas do SIL.

Numa nota de pé de página em que fala sobre Müller, Schaden (1974: 77) ressalta que nunca ouviu a palavra pynaku entre os Kaiwá, pois eles usam a variante mynaku para designar o balaio. Estes cestos / deixaram de ser fabricados há muito tempo, mas mesmo antes de terem desaparecido nada impede que modificações importantes em outros níveis - inclusive em relação ao dialeto - tenham surgido no interior de grupos que continuassem a confeccionar o mesmo modelo de cesto, como parece ser o caso dos Paĩ e dos Kaiwá.

Em Campestre o mynaku que mostrei numa fotografia foi considerado i-

PSS. 403, p. 86/193
Proc n.o FNI 3379/76
Fls 30

gual aos de ymaguaré (antigamente), mas foi chamado tanto de mynaku quanto de adjaká. Não sei bem que conclusões tirar, a não ser inferências imediatistas do tipo "São Kaiwá que estiveram em contato com os Mbyá", que geralmente nada têm a ver com a realidade e afinal esclarecem pouco sobre a natureza de cada grupo.

Nós somos brasileiros, sul americanos, cariocas, gauchos, etc., dependendo de quem fala e do contexto; por outro lado, somos compatriotas, conterraneos, católicos ou protestantes, etc. . . Da mesma forma os índios Guarani de que estou tratando usam e/ou são referidos pelos termos avá, te'yi, tekové, tembekuá, paĩ, tavyterã, avácerroguai, kaiwá, bugre, paisano, etc., termos cujas extensões e conotações nem sempre são claras.

Segundo Schaden (1974:3), os Kaiwá usam a palavra teüi para designar todos os índios, "qualquer que seja a tribo, com o significado de naturais da terra" e, no que me parece ser contraditório, o "empregam até para a população celeste de sua religião". Em outro momento ele lembra que entre os Apapokuva, classificados como fazendo parte do subgrupo Chiripá/Guarani/Ñandeva, Nimuendaju observou que "o nome teyi é depreciativo".

De acordo com o Manual (1975:46) "Te'yi significa grupo de parientes, mi parcialidad o mi religión", uso já assinalado pelo dicionário de Montoya. Obtive diversas traduções de te'yi: "bugre", "paisano", "patrício" e "somos nós", mas também "todos os índios". Dois desses "índios", interrogados em diferentes momentos, aproveitaram a ocasião para me perguntar o que era "índio".

Não custa lembrar a semelhança das formas te'yi e tevy, nome de classe que aparece nos trabalhos de Susnik (1970) sobre os Guarani coloniais designando as diferentes unidades exogâmicas, o grupo de parentes que vivia junto numa mesma maloca. Séculos atrás, tevy associados formavam um tekoha, palavra usada para indicar as comunidades / Paĩ organizadas como unidades politico/religiosas.

Apesar dos Chiripá e dos Mbyá também descenderem dos Guarani "monte-

PSS-403, p. 87/193

Proc n.o FNI/ 3379/76
Fls 31
Rubrica

ses" que no século XVII refugiaram-se nos recônditos do Paraguai oriental, afastando-se dos conquistadores espanhois e dos jesuitas, só os Paĩ/Kaiwá costumam se autodefinir como te'yi. Os Guarani da atualidade esqueceram seu passado de guerras e antropofagia; agora atribuem o canibalismo aos seus últimos grandes inimigos, os Mbayá, da família linguística Guaikuru, também conhecidos como "índios cavaleiros".

Algumas associações com os antigos Tupi-Guarani são válidas, sobretudo quando não se referem diretamente ao sistema social. Afinal ainda se trata de um mundo dimensionado ao alcance do pé em que, como frizei no Relatório I, as distâncias relativas entre os diferentes grupos locais (quando não estão aglomerados em reservas, como em Dourados) permaneceram relativamente estáveis através dos tempos. Isto contribui para manter em funcionamento um sistema de comunicações intervizinhanças extremamente eficiente, no qual as notícias correm de boca em boca e percorrem rapidamente grandes distâncias.

Apesar disso, no mundo dividido em fazendas, reservas e cidades os Te'yi andam de carona ou de ônibus sempre que possível, e eventualmente recebem pelo rádio de pilha uma mensagem da parte do Projeto Paĩ-Tavyterã. Nesses grupos que tenho observado, duas traduções poderiam se ajustar a te'yi "aqueles que participam do mesmo tekó" e "conterrâneos".

Creio que a partir de um sentido primeiro restrito ao grupo de parentes, à mesma religião, te'yi adquiriu o sentido de índio, qualquer índio, por oposição à branco (te'yiXmbaíry), através da sinonímia índio:bugre::bugre:te'yi. No centro sul do Brasil, fora dos grandes centros e das áreas sob jurisdição da FUNAI, quase não se usa a palavra "índio", relativamente descarregada das conotações de grosseria e inferioridade imputadas aos povos nativos e cristalizadas em "bugre".

No Paraguai, o termo equivalente a bugre seria paisano, que ora pa

PSS. 403, p. 88/193

Proc n.o FNI/ 3379/76
Fls 33
Rubrica

rece se restringir aos paĩkuera ora parece ter o significado de campones. Acho que paisano nada tem a ver com Paĩ e/ou Pa'i, pois é usado em relação a todos os grupos de origem Guarani, inclusive a população rural amestiçada. Entretanto, aplica-se essencialmente à camada mais pobre e desprivilegiada da população, porque qualquer melhoria de condição social imediatamente transforma o paisano em paraguayo.

Em Dourados e outros postos indígenas, como Panambi e Caarapó (antigo Teykuê), os Kaiwá costumam se autodefinir como Te'yi, e este é o vocábulo usado pelo SIL para designá-los. Schaden esclarece grande parte da confusão que existe em torno da palavra kayová e outras / bem semelhantes. Numa nota de tradutor num trabalho de Ninuendaju (1954:54) diz que kayová, que para ele é uma corruptela de kaá ỹ / yguá (habitantes do interior da mata) ou de kaá yguá (habitantes da mata), enquanto outros autores acreditam que a palavra seja derivada de kaá (erva mate), seria a autodenominação do grupo.

Este subgrupo conhece na mitologia o termo pãi com o significado de companheiro, e chama de tavyterã a humanidade, ou melhor, as crianças celestes que, enviadas do yrukútýtetã (ao sudoeste) pelo heroi civilizador Pai Kuará (representado pelo sol), encarnam-se durante a concepção (Schaden,1974:77,110). Mas a sugestão de que só as crianças se reencarnam não é, como bem observa Schaden, uma crença aceita por todos os Pa'i (sacerdotes) e por todo o grupo considerado Kaiwá/Paĩ.

No Paraguai também foram registradas divergências quanto à interpretação de fatos como a "reencarnação". Penso que são racionalizações, explicações formuladas por pessoas que se preocupam com problemas colocados pela vivência e pela ideologia vigente, mas também poderiam ser crenças específicas de cada diferente teko. No primeiro caso, certas divergências de crença seriam cabíveis dentro, ou melhor, entre os integrantes do mesmo teko.

Para a equipe do Projeto Paĩ-Tavyterã, privilegiar o termo Paĩ (/

PSS. 403, p. 89/193

Proc n.º FNI/ 3379/76
Fls. 33
Rubrica

"Preferimos llamarles Paĩ (os Kaiwá também estão incluidos?) por ser el término más generalmente aceptado.") como denominação, ao invés de outros mais gerais, como Te'yi e Avá (que também são usados), indica um processo de diferenciação, uma identidade histórica singular. "Paĩ (no confundir com Pa'i) no tiene traducción, y fue el nombre / dado por el Dios-Creador Ñane Ramõi Papa al primer hombre, cuando le preguntó: "Reikovépa Paĩ?" (Estás vivo, Paĩ), y el primer Paĩ / dijo entonces: "Aikové" (Estou), lo que hasta hoy sigue siendo su saludo tradicional." (Manual:46).

Embora eu não tenha condições de dizer se esta troca de palavras ocorre ou então se ocorre diferente na mitologia dos Kaiwá, creio / que o significado de companheiro, anotado por Schaden, não é incompatível com o sentido e os usos da palavra Paĩ. Segundo Cadogan (/ 1962:77), Pãí é o título usado entre deuses ao dirigir-se a palavra.

O mesmo diálogo remete a outra palavra empregada como designação: tekové (o que está vivo). É usada para indicar outras pessoas do / mesmo grupo (Manual:46) quando não há necessidade de personalisar a referência; poderia ser traduzido como indivíduo, pois tem o sentido de pessoa e não de grupo. É usada para designar outras pessoas do mesmo grupo (Manual:46) quando não há necessidade de usar nomes, de personalisar a referência.

Os Tavyterã propriamente ditos são os "habitantes do povoado do centro da terra", da região de Yvypité, considerada centro-umbigo do mundo, mas até alguns avá brasil (homem brasil) se incluem nesta / categoria. "Los Tavyterã de la zona central distinguen a los Yvypytegua de los Mberyvogua al Norte (río Aquidabán) y los Yvypopygua / al Sur y en el Brasil (avá brasil)." (Manual:46,47). Esta distinção sugere que, da perspectiva de Yvypyté, os Kaiwá (avá brasil) fazem parte do teko de Yvypopy e os Te'yi que vivem ao norte do rio Aquidabán constituem o teko de Mberyvo.

São as seguintes as comunidades paraguaias que fazem parte do teko

PSS. 403, fl. 90/193

Proc n.º FNI/ 3379/76
Fls 34
Rubrica

Mberyvopagua: Panambi'y, Ndyvaá, Taquara, Pysyry e Arroyo Ka'a. É lógico supor que os grupos interrelacionados que se situam no lado brasileiro da fronteira também fazem parte do mesmo teko. Quero assinalar que os moradores adultos ou velhos de Pysyry que não nasceram do lado brasileiro e não descendem de mbaíry ou de avá'uguai - com a exceção de um Terena incorporado - vieram das comunidades acima mencionadas e de "cerro" Akanguê. (Todas podem ser localizadas no mapa anexo ao Relatório I.)

Mas meus informantes de Campestre - de mesma origem que a maior parte da população de Pysyry - não reconhecem (nos mesmos moldes) esta distinção subgrupal. Enquanto paĩkuera (e te'yi, que pronunciam Mberygo, ao invés de Mberyvo) dizem fazer parte do teko tavyterã e ser da mesma "raça" que os tavyterãkuera Yvypyterigua. Interpretam tavyterã como sendo "a criançada (ñemoña) principal de deus", ou / seja, uma espécie de descendentes diletos ou "primeiros" do deus, / cuja presença nas proximidades de Itaguasu ("cerro" Guasu, em Yvypyté) é fundamental para impedir a destruição do mundo.

É assim que os Te'yi de Campestre, ou melhor, de "cerro" Marangatu, chamam os Kaiwá de Dourados. Também dizem ser tratados por eles de avácerroguai ou avácerroguy. Segundo o Manual, os Mbyá chamam os / Paĩ de avácerro, o que é praticamente a mesma coisa. Schaden (1974: 3) registra para os Mbyá o apodo avahuguai (homens de cauda), mas / não esclarece quem assim se refere a eles.

Apesar de avahuguai ser muito parecido com avá'uguai, tendo a achar que não são a mesma coisa. Avá'uguai seria "homens do campo", em oposição a "homens do morro", avácerroguai, o que está de acordo com o relevo regional. Os Paĩ vivem nas serras de Amambay e Maracaju, / ao passo que Dourados fica numa região de planície - a região é um imenso campo (ñu) entremeado por matas, mas antigamente as matas / subtropicais é que eram entremeadas por campos. Não tenho informações sobre o território dos Mbyá quanto ao relevo.

O sinal mais evidente da influencia avá'uguai sobre os Paĩ é a gran

PSS. 403, fl. 91/193

Proc n.o FNI/ 3379/76
Fls 35
Rubrica

de difusão do chiryvy, um tipo de cotyhu (uma das modalidades de / canto/dança) oriundo de Dourados. Muito popular entre as crianças e os jovens, é o que mais se canta e dança nos bailes de "chicha" / do lado brasileiro e nas "rodas" de crianças que às vezes se formam ao entardecer. Por ser de outro teko, dizem que o chiryvy não é muito bem visto em Pysyry, e que é proibido pelos velhos conservadores de "cerro" Akanguê e Panambi'y.

Quase todos os meus informantes conhecem pelo menos duas, tres palavras que são distintas no dialeto avá'uguai. Recolhi algumas, / que pretendo submeter à apreciação do Rev. John Taylor, do SIL, especialista no "idioma Te'yi puro", tal como era falado na região / Panambi/Dourados (pelo menos) antes da incorporação de inúmeros neologismos, sobretudo através do guarani paraguaio. Em Campestre lembram-se dele como falante do "idioma do tiempo de López", e em Dourados dizem que ele "roubou a língua do papaguaio", por falar tão bem o "idioma".

Como não é de muito bom tom ser avá'uguai em Campestre, ninguém se declara abertamente como tal. Mas através de informações de terceiros, moradores de Campestre, Pysyry, Pirakuá e Damakuê foram apontados como descendentes de avá'uguai, em geral com a seguinte observação:"fala atrapalhado". Os primeiros "cruzamentos" desse tipo de que tive notícia ocorreram há mais de cinquenta anos, mas podem ser muito mais remotos.

Como em Dourados os Kaiwá e os Guarani se acusam mutuamente de falar "atrapalhado", pois usam dialetos diferentes, cheguei a pensar que na realidade os avá'uguai poderiam ser os Guarani/Ñandeva/Chiripá, mas esclareceram-me que a "nação" (Seria uma "nação" o mesmo grupo de teko ou o mesmo grupo de dialeto?) Guarani, de índios brancos, é diferente da "nação" Kaiwá (avá'uguai), pois estes últimos / são "morenos". Os Paĩ também são "morenos".

Os Guarani/Chiripá que migraram em direção ao leste, entre eles os descendentes dos Apapokuva, também são conhecidos no interior e no

PSS.403, p.92/193

Proc n.º FNI/ 3379/76
Fls. 36
Rubrica

litoral de São Paulo como "índios brancos" (mbaíry avá), devido à cor mais clara de alguns indivíduos (Schade,1974:18 e observação / pessoal). No litoral, os Mbyá/Kaÿnguã se dizem "Guarani legítimos", enquanto os Chiripá/Ñandeva - que em Mato Grosso e no Paraguai identificam-se como Guarani - em São Paulo dizem ser "Tupi-Guarani legítimos", e são chamados de "xavante" pelos Guarani legítimos/Mbyá.

Tembekuá não é autodenominação; significa "furo labial", e era a expressão usada pelos Ñandeva/Guarani da fronteira paraguaia para designar os Kaiwá (Schaden,1974:3). Atualmente, embora certas comunidades continuem a iniciar seus rapazes, inúmeros Te'yi que conheci consideram "muito feio" ter o lábio furado. É um sinal dos tempos, que tem como contraponto o hábito cada vez mais difundido das mulheres furarem a orelha para usar brincos "de ouro", como as "comadres" paraguaias ou brasileiras.

Te'yi não carrega as conotações de nacionalidade que acompanham Paĩ e Kaiwá na literatura especializada, e. além disso, como o homem e a mulher que vivem nas cercanias de "cerro"Marangatu identificam-se respectivamente como "te'yi avá" e "te'yi kuña", parece-me ser este o termo mais adequado para indicar o subgrupo com que estou trabalhando, por enquanto definido a partir de características "externas", os Te'yi Mberyvoguá.

O significado primeiro de avá é homem, mas não qualquer homem; seriam apenas os Guarani (ou todos os homens índios?) e, num sentido mais restrito, os homens maduros que já tiveram vários filhos. O / estatuto do homem e da mulher Te'yi está muito ligado à sua posição como reprodutor. Quem já tem netos, por exemplo, é considerado velho (velho:tujá; velha:guaimĩ) mesmo que esteja por volta dos trinta anos. Avá e Kuña (mulher) também são parte da maioria dos nomes "levados" pelos Te'yi cujos "nomes sagrados" (tupã'ẽry) consegui saber.

PSS. 403, p. 93/193

Proc n.o FNI/ 3379/76
Fls. 37
Rubrica

III - DADOS E HIPÓTESES SOBRE O TERRITÓRIO E O PASSAR DO TEMPO

Como se sabe, os Guarani vivem dispersos em pequenos grupos familiares, quase sempre organizados como família extensa que, associados de alguma forma, constituem comunidades ou vizinhanças. De acordo / com o senso comum o dicionário "Aurélio" registra doze empregos da palavra "comunidade", nenhum deles perfeitamente adequado para definir as características multiformes de associação dos grupos Te'yi / de Mberyvo, mesmo porque eles são diferentes entre si.

De vez em quando uso a palavra "comunidade" justamente porque é vaga, ampla, podendo abranger tanto as vizinhanças estruturadas que seriam algumas colonias paraguaias chamadas tekoha, como as vizinhanças politicamente desestruturadas, desterritorializadas e altamente instáveis do lado brasileiro. Estas últimas são formadas / pelas famílias Te'yi que vivem em pequenos povoados rurais (Campestre e Damakuê) ou relativamente bastante isoladas - longe dos mercados e de vizinhos "civilizados" - pontilhando o solo das fazendas em localidades como Bacaiuvá, Pirakuá, Cabeceira do Apa, etc. . .

Formam um continuum que se orienta, da perspectiva de Campestre, / nas direções de Bela Vista, Jardim e Miranda, cidades/sede de municípios no sul de Mato Grosso. A distancia relativa entre os diferentes grupos locais que conheci e outros de que tive notícia raramente ultrapassa 20 km. Os deslocamentos desses pequenos bandos sugerem circuitos de mobilidade que poderiam ser sub-áreas de dispersão dentro da área Mberyvo.

No momento não tenho meios de delinear as fronteiras fluidas nem de esclarecer quais são os princípios que norteiam a associação de tais bandos. O parentesco é um desses princípios; numa vizinhança, porém, o parentesco não é (como nos grupos locais) o fator básico para a / associação. Campestre seria um meio termo, difícil de ser classificado; é uma comunidade de parentesco politicamente autonoma que em certas ocasiões adquire a configuração de uma vizinhança.

PSS. 403, p. 94/193

Proc n.º FNI 3379/76
Fls. 38
Rubrica

Pelo que pude observar até agora, os rituais que tradicionalmente marcavam a coesão comunitária (mitã kau e avatikyry) não são praticados, não existem líderes políticos ou religiosos declarados, nem vizinhanças estáveis entre os Te'yi que vivem na dependência e nas terras de patrões. Torna-se então necessário procurar as novas variáveis que dão conta do vínculo comunitário, se e quando ele existir.

Atualmente, a metodologia mais rica que conheço na ótica da antropologia é a utilizada por Victor Turner (1957,1968). Seguindo esta orientação, penso que para o caso dos Te'yi seria recomendável obter dados sobre o tempo de fixação das famílias num local (tanto / as mudanças de uma vizinhança para outra como as mudanças dentro / da mesma vizinhança e suas motivações seriam importantes), sobre a sequência (roteiros) destes deslocamentos, e até mesmo sobre a ordem de chegada e de saida da vizinhança, já que os "bandos" parecem estar sempre a se fazer e a se "refazer".

Mas informações com este nível de detalhamento são extremamente difíceis de serem obtidas, mesmo em grupos bem pequenos. É nesse nível que enfrento problemas de ordem prática e metodológica que me levam a ficar cada vez mais admirada/impressionada com a qualidade do material de campo recolhido, por exemplo, por Victor Turner e / por Malinowski.

O tempo é marcado pelo tamanho das crianças e por ocorrências significativas na vida pessoal; a ordem de chegada e de mudança (as / diferentes configurações através do tempo) jamais é lembrada com precisão, as informações são omissas e contraditórias. Por outro lado, as micro-denominações regionais (não existem mapas precisos e detalhados, e eu seria incapaz de fazer sequer um esboço dos grupos locais que visitei) fragmentam de tal forma as referências que às vezes é dificil delimitar até mesmo algumas "localidades" e dizer exatamente quantas famílias vivem ou viveram lá em determinado momento, mesmo que o levantamento realizado seja "confiável".

PSS-403, p. 95/193

Proc n.o FNI/ 3379/H
Fls 39
Rubrica

É simples dizer que todas as famílias radicadas nas fazendas de Cabeceira Comprida (Município de Antonio João) área situada entre Campestre e Damakuê, que cheguei a percorrer em 1974, foram "mandadas embora" em 1975. Dizer exatamente quantas eram, e objetivar o pedaço concreto de território referido pelo nome Cabeceira Comprida já é bem mais difícil. Chego a crer que certos conceitos e delimitações rígidas não se coadunam com a experiência de vida dos Guarani.

Por exemplo, "cerro" Sombrero é um morro situado numa posição intermediária, mas igualmente longe de Cabeceira Comprida de Campestre. Lá viviam duas famílias nucleares (que nesse caso constituiam dois grupos locais), uma delas "orientada" para Cabeceira Comprida, e a outra para Campestre, pois passavam praticamente metade do tempo / na casa de parentes nesses locais; constituiam uma espécie de extensão das duas comunidades. Em outros casos é dificil decidir se uma unidade residencial abriga uma família extensa ou uma família nuclear com agregados.

Casos como o de Cabeceira Comprida, de fazendeiros que expulsam antigos moradores através de ameaças, ou então mandando queimar casas e plantações sem maiores formalidades e penalidades são frequentes do lado brasileiro e do lado paraguaio do território considerado. Os moradores de Campestre, cujas famílias estavam radicadas há mais de trinta anos num pequeno vale situado nos limites de tres / fazendas, receberam em 1968 um aviso prévio de quarenta dias para se mudar, após o que suas casas e roças seriam queimadas, como de fato o foram.

A grande ênfase do Projeto Paĩ-Tavyterã tem sido a legitimação e a demarcação de terra, de acordo com as leis agrárias do Paraguai. / Em muitos casos, entretanto, é impossivel legitimar ou adquirir antigas áreas de fixação ou posse, ou então conservá-las do mesmo tamanho. Assim, a zona de dispersão, o território controlado pela comunidade "encolhe" ou é transferido para outro local. É a seguinte a situação das colonias Paĩ que fazem parte do teko Mberyvopegua:

PSS 403, p. 96/193

Doc n.o FNI/ 3379/76
fls 40
Rubrica foa

A área a ser legitimada para Pysyry (cerca de 200 pessoas) corria o risco de ser consideravelmente menor que a ocupada pela comunidade, apesar de alguns moradores já terem se deslocado da periferia para o interior devido à pressões de proprietários "civilizados"; até junho de 1976 as negociações ainda não estavam definidas. No caso de Panambi'y (215 pessoas), 350 ha foram demarcados à cerca de quatro quilometros de distância de uma das localidades tradicionalmente ocupadas pelos índios, que tiveram que se mudar.

Taquara e Arroyo Ka'á, por sua vez, já eram comunidades em fase de desestruturação quando foram contactadas pela equipe do Projeto Paĩ-Tavyterã no início de 1974; talvez nem existam mais, ou estejam reduzidas a uma, duas famílias. Haviam sido abandonadas, devido a problemas com fazendeiros, por grande parte da polulação, que se dirigiu, respectivamente, para Pysyry e "cerro" Akanguê e para Panambi'y e Yamboé. Ndyvaá, com 192 pessoas e 549 ha, é a comunidade menos conhecida pelo pessoal de Campestre.

Interessa-me muito saber a "ordem" dessas dispersões, e os processos políticos que as acompanham. As cisões que ocorrem nesses momentos, mas não só neles, a escolha da nova vizinhança e a integração em áreas que, de certa forma, já estão ocupadas (por índios ou fazendeiros) poderão fornecer indícios preciosos para a compreensão da segmentação dos Guarani em pequenos bandos aparentemente acéfalos ou em bandos com chefia política estruturada.

Mas a estabilidade territorial também existe, pois o Manual fala de determinados tekoha situados numa mesma área de dispersão há centenas de anos. O exemplo mais típico seria Yvypyté, onde se situa / "cerro" Guasu; os Tavyterã ("crianças sagradas" em Schaden, "habitantes do povoado do centro da terra", no Manual) "surgiram" e precisam permanecer lá para que o mundo continue a existir, de modo / que o assentamento nessa zona é imemorial por um lado, e por outro deve ter uns poucos séculos.

Atualmente a Colonia Yvypyté, que não se confunde com a área origi-

PSS. 403, p. 97/193

Proc n.o FNI/ 3379/76
Fls 41
Rubrica
22.

nalmente abrangida pela região de Yvypyté, nem com as dimensões do tekoha de mesmo nome, é controlada pela "Missoin a Nuevas Tribos". A Colonia é a maior superfície continua à disposição dos Paĩ/Kaiwá, pois tem, segundo duas diferentes interpretações, 13.600 ha ou então 11.313 ha, para uma população de 695 pessoas. O maior Posto do sul de Mato Grosso, Dourados, tem apenas 3.537 ha, e cerca de 2.200 habitantes.

Parte das 695 pessoas assinaladas como população da Colonia vivem fora de suas fronteiras legais, talvez por causa de tensões com os missionários. Retirei estes dados do Manual (1975:23), onde também consta que o chefe político de Yvypyté, o "Cacique General" é uma pessoa diferente do teko'aruvixa, e que além deles existem diversos outros importantes líderes políticos. Outro detalhe importante é uma referência feita ao tekohangusu (grande tekoha) formado por tres diferentes colonias ao lado do Ypanemi: Yvypyté, Ñuapy e Karakara.

Em Yvypyté não existe escassez de terras, portanto surge uma certa tendência, talvez descabida, a pensar nos padrões de povoamento (considerados em termos da fixação das famílias num determinado local e do motivo da mudança, do intercâmbio de pessoas entre os diversos segmentos familiais, etc.) que, em termos, não tiveram de se "ajustar" às condições do mundo dividido em fazendas, como sendo mais estáveis, ou pelo menos diferentemente afetados pelas mudanças sociais ocorridas nos últimos cinquenta anos com os subgrupos que observei até agora.

Portanto, a Colonia de Yvypyté talvez seja a única área com matas e dimensões ainda propícias para verificar certos padrões de ocupação e de dominação do território em condições mais "próximas", - mas nem por isso iguais - às de ymaguaré (antigamente, no "tiempo de López").

O que me pergunto é se dentro dessa superfície contínua e "estável" - cuja população provavelmente é "conservadora" quanto à prática de

PSS. 403, p. 98/193

Proc n.º FNI 3379/76
fls. 42
Rubrica

rituais, apesar da presença dos missionários - também não seria comum a ascensão e a decadência de pequenos bandos relativamente autônomos mas orientados pelo mesmo sacerdote (o teko'aruvixa) e a / fluidez dos contornos locais e de vizinhanças observados em outras áreas. A situação de Yvypyté e do tekohangusu de que faz parte também é propícia para verificar a relação entre a organização interna e os "marcos" sagrados que existem na área, podendo dar conta, talvez, das cadeias sintagmáticas que mencionei na Introdução.

Embora o teko de Yvypyté seja diferente do praticado em Mberyvoguá, creio que informações deste teor seriam válidas e ajudariam a esclarecer diversos problemas na área em que estou trabalhando. Pretendo obte-las, caso existam e possam ser fornecidas, com a equipe do Projeto Paĩ-Tavyterã ou com os missionários da "Nuevas Tribos". Seriam então justapostas e comparadas com finalidade de explicação aos dados análogos referentes a Mberyvo.

Mesmo assim não tenho intenções (pelo menos a curto prazo) de estender a pesquisa de campo até Yvypyté, pois o que me interessa fundamentalmente é aprofundar o conhecimento sobre uma determinada "variante" Guarani. Mas, já que não consigo livrar-me do "peso" da bibliografia clássica sobre os Tupi-Guarani, trata-se também de pensar um problema macro-antropológico, ligado à etno-história, o da transformação/continuidade dos Guarani através do tempo, já que contamos com nossos "registros" e a "memória" dos Te'yi.

A "raiz" do tronco linguístico tupi-guarani remonta à média Amazonia, de onde as primeiras levas migratórias da raça brasilide (braquióide e de baixa estatura, segundo Susnik (1970:96)) começaram a se dirigir para o sul há cerca de 5.000 anos. Conquistando os proto-povoadores da margem ocidental do rio Paraguai e seguindo pelos rios formadores do Prata, ainda no período pré-colombiano estes horticultores já haviam se interdiferenciado bastante e dominavam praticamente toda a costa brasileira até a foz do Amazonas.

Estes proto-avá conquistavam violentamente os territorios que alcan

PSS. 403, p. 99/193

Proc n.o FNI 3379/76
Fls 43
Rubrica

çavam, e vieram várias ondas migratórias, que não se utilizaram apenas de um roteiro. Existe um linguista (Edelweiss, 19) que procura demonstrar serem as líguas Guarani derivadas das Tupi; nesse caso a expansão migratória teria se dado pelo litoral brasileiro, em direção ao sul. As línguas do ramo Tupi, faladas pelos povos observados na faixa costeira ao norte de Cananéia (situada mais ou menos a 25 graus de latitude sul) diferem das línguas Guarani dos povos / litoraneos e interioranos meridionais; a diferença mais óbvia é o / uso do b no lugar do v (Tupi:abá; Guarani:avá).

Apesar das diferenças intergrupais assinaladas pelos cronistas e / missionários coloniais e enfatizadas nas sistematizações de Métraux, (1928a,1928b), os Tupi-Guarani apresentavam também uma grande homogeneidade cultural, que é destacada nos trabalhos de Florestan Fernandes e na "hipótese demográfica de Clastres (1973).

Baseando-se em parâmetros reais desconectados no tempo e no espaço mas articulados através de inferências lógicas, Clastres (1973) calcula que por volta de 1500 o território Guarani era da ordem de // 350.000 km^2, para uma população de aproximadamente 1.500.000 pessoas. A densidade da população era de 4 hab/km^2, sendo que ocupavam com suas roças apenas 1% (um por cento) da área total.

Na abordagem de Susnik é dada uma certa ênfase às diferenças intergrupais e à identidade própria de cada grupo, tribo ou nação considerzda. Segundo Susnik (1970:174), os Paĩ descendem dos Mbaracaju-Guayraes e dos Itatines (monteses). Ela distingue duas formas de associação em tekoha: (i) As alianças mais ou menos estáveis entre / teýy menores, grupos de linhagem isolados na mata e menos afeitos à guerra, onde prevalecia a autoridade do pai/chefe de linhagem, e (ii) as alianças encabeçadas por grupos locais formados por 4 a 8 malocas agrupadas ao redor de um pátio quadrangular e cercadas por paliçada, que dominavam os teýy menores das redondezas.

Uma das formas de expressão dessa dominação era a exigência de "braços" (guerreiros, flecheiros) para as lutas que envolviam todos os

PSS.403, p. 100/193

Proc n.o FNI 3379/76
Fls 44
Rubrica
25.

aliados ou dominados que formavam as grandes nações Guarani. Foi tomando mulheres Guarani por esposas que os espanhois se aliaram inicialmente a estes povos, participando dos direitos de tovajá (cunhado) social.

A densidade demográfica e a capacidade de associação intergrupal dos Tupi-Guarani em níveis cada vez mais abrangentes é suficientemente demonstrada pelos observadores quinhentistas, que falam de expedições guerreiras com 10.000, 20.000 homens, mas os princípios que / norteavam tais associações não são muito claros. De certa forma as alianças políticas eram corroboradas por alianças de parentesco, sobretudo entre os chefes, mas tais alianças não eram necessariamente estáveis.

Embora sem considerar a expressão dos diferentes conteudos, o modelo que Evans-Pritchard (1940) construiu para os Nuer, indicando os diversos níveis de interrelacionamento entre unidades diferenciadas que se transformam num todo frente a outras, análogas, num plano / mais geral de inclusão, me parece servir para ordenar a segmentação dos Guarani, relacionada aos marcos sagrados do território Paĩ.

Juntando informações precárias relativas a Yvypyté e outras colonias, ocorre mais ou menos o seguinte: (1) As diferentes famílias extensas que vivem dentro e fora da Colonia de Yvypyté fornecem os líderes políticos e, associadas, formam o tekoha. (2) Yvypyté, Ñuapy e Karakara são tres colonias diferentes que formam um tekohangusu. Não sei se tekohangusu já indica uma ordem superior de associação ou se é apenas um grande tekoha.

Como as referidas colonias estão relativamente bem próximas de "cerro" Guasu, talvez constituam um tekohangusu no sentido de serem todas as tres orientadas para o mesmo marco sagrado. Muitos morros / são vistos como sinais colocados pelo deus-criador: "El tekoha es una institución divina creada por Ñande Ru." (Manual,1975:47). Certos morros, considerados como marcos principais, geralmente dão nome ao tekoha mais próximo; todos os parecem estar associados a espí

PSS. 403, p. 101/193

Proc n.o FNI 3379/76
Fls 45
Rubrica
26.

ritos, deuses, forças criadoras ou a animais míticos.

Na geografia esotérica, a região compreendida pela referencia Yvypy té vai mais ou menos desde o Arroyo Guasu, ao sul, até o Aquidabán ao norte, mas extravasa o espaço compreendido entre estes rios. Seus principais marcos são: Karavie guasu (Jasuka renda, "cerro" Guasu), Yvytykõi (c. Ka'i nambi), Aña yvyty (c. Kuarepoty), Guyraku amba (c. Alambique), Ñande Ru ruy renda (c. Sarambi), Yvy jekoka (c. Mojón), Noe ndusu (c. Memby), Itajeguaka (c. Tranquerita) e Jarigua'a (c. A kanguê), incluindo também Ipíry mba'e (c. Perõ) e Tapỹi akã (c. Hũ) (Manual:47). Não existem mapas que mostrem estes morros.

(3) Os diversos tekoha situados em Yvypyté professam o mesmo teko, ou seja, constituem, enquanto variante, uma unidade religiosa. Tal vez exista uma certa correlação, não necessáriamente biunívoca, entre "unidades de religião" e "unidades de dialeto". Existem variações dialetais entre os Paĩ/Kaiwá, entre os quais se sabe da existência de pelo menos tres diferentes teko: Yvypyté, Mberivo, Yvypopy. O teko de Dourados pode ser o quarto, ou pode ser parte do teko Yvypopyguá. Os Paĩ/Kaiwá, em conjunto, seriam já (4) um outro / nível de organização.

Por sua vez, (5) os outros falantes de línguas Guarani aqui considerados, os Mbyá e os Chiripá/Guarani, são grupos análogos aos Paĩ. / Em um nível ainda mais abrangente teríamos todos os índios ou bugres (6) e, finalmente, índios e brancos (7). Entre os Paĩ (Manual: 93) surgiu um mito de contato que explica a existência dos mbaíry / (brancos). Junto a Ñande Ru teria surgido um ser equivalente, Papa Réi (corruptela de reí: sem valor); os dois criaram mundos paralelos e simultâneos, mas distanciados pelas implicações culturais.

É bem provavel que cada parcialidade Guarani (as tres mencionadas acima e também os Guayaki) reconheça, na criação do mundo, uma posição diferenciada para si e para as outras. Cadogan (1962:63) diz que entre os Paĩ de Yvypyté, os deuses encarregados dos Guayaki e outras raças consideradas inferiores vivem em Arapopy, região situa

PSS.403, p-102/193

Proc n.o FNI/ 3379/76
Fls 46
Rubrica
27.

da entre o paraiso e a terra. Os Chiripá, que descendem dos antigos Guayráes, "consideran a los Mbyá como inferiores, no descendientes del hueso de yaichá (avó)" (Susnik,1970:174).

Os Mbyá, vizinhos dos antigos Tarumáes, eram, como eles, pertencentes ao sub-estrato cultural dos Apyteré. Guayráes, Itatines e Apyteré eram algun dos antigos e bem diferenciados "povos"/complexos culturais Guarani que se mesclaram ou nas reduções jesuíticas ou ao se tornar "monteses". Refugiando-se nos montes, os Guarani se tornavam livres da servidão e dos trabalhos forçados impostos pelos "encomienderos" e pelos jesuitas, mas em compensação eram presa fácil para os Mbayá e para os bandeirantes paulistas.

Seus descendentes esqueceram todo um passado de conquistas, guerras e antropofagia. Os Te'yi (todos os que interroguei) atribuem o canibalismo aos últimos grandes inimigos dos "monteses", caçadores paleolíticos que adotaram o cavalo e, como os outros grupos da família linguística Guaykuru, não eram antropófagos.

Atribuem o canibalismo também a animais míticos donos de "cerros" - itajary, se o morro é de pedra, e yvytyjary, se é uma colina - ou a animais míticos "celestes", e também a povos com características não-humanas, mas geograficamente situados nesse mundo: Jaguareté avá (no Chaco), Avá Tupi (no Paraná e no Amazonas), "Curuvado", Virovi, Ka'yvy (informações do Cap. Alziro, de Campestre). Os antigos Guarani chamavam seus vizinhos Gê (Guayaná e Kaingang) de "toupies".

O passado tradicioanl (ymaguaré), época em que eram numerosos e fortes, pelo que dizem, localiza-se no "tiempo de López". Este "tempo", estrutural e real, não se restringe só ao período de vida e de poder do grande "cacique" paraguaio, mas antes se "fecha" com a Guerra da Tríplice Aliança e o início do moderno ciclo da erva mate. / Tal "tempo" expande-se, segundo a perspectiva dos diferentes subgrupos, até o início local de uma certa decadência naquele "estilo de vida", novos surtos de epidemias, etc. . .

Eu diria que o marco mais significativo desse "limiar" é o surgimen

PSS. 403, f. 103/193

Proc n.o FNI/ 3379/76
Fls 47
Rubrica
28.

to de uma "dependência política" concreta dessas sociedades tribais em relação às sociedades nacionais em que estão inseridas. Não surge necessariamente uma interferência direta nos quadros políticos / "nativos", mas a "transformação" pode ser detectada e é desencadeada pela obrigatoriedade de passar a se reportar à autoridades nacionais e de (con)viver num território e num circuito de relações de / produção/propriedade controlados ou garantidos por sistemas de normas alienígenes.

Séculos de contato com a civilização ocidental, que em seus diversos momentos e incidências apresentam-se como indireto (através de notícias e de trocas com grupos intermediários), intermitente (nas relações eventuais de mercado e de trabalho) e permanente (nas reduções jesuitas, nas "encomiendas" e atualmente, depois do "tiempo de López") motivaram, como vimos, um mito de origem paralela para os bugres e os civilizados.

Houve como que o amalgamento de duas tradições etno-culturais, pois os Tupi-Guarani, que nesse processo passaram de povos conquistadores para povos conquistados, deixaram fortes marcas na formação da sociedade brasileira, e mais ainda na nação paraguaia. No Brasil, / tais influencias evidenciam-se na alimentação, na toponímia, no folclore, na "cultura" dos caiçaras, dos caboclos, dos sertanejos, dos caipiras, etc., e no vocabulário.

Quanto aos Guarani (qualquer dos subgrupos), é impossível abordá-los sem considerar a modernização da linguagem, saturada de latinismos, e toda uma série de ajustamentos socio-culturais. As influências / que sofreram aparecem nitidamente no "estilo de vida" e nas "construções ideológicas". Da mesma forma que certos personagens da mitologia Guarani podem ser "identificados" e podem ter "assimilado" algumas características de personagens mais ou menos análogos da mitologia cristã, certas hierarquias de poder observadas na ordem do / mundo civilizado servem para indicar e também podem contribuir para moldar a organização socio-política interna.

PSS.403, p. 104/193

Proc n.o FNI 337/76
Fls 118
Rubrica
29.

O termo Capitão, por exemplo, é usado desde os primórdios da colonização para indicar o mburuvixa, o "principal" dentre os nativos por analogia ao Capitão Mór das naves européias. Durante a fase das reduções, os poderosos avá'eté (chefes) que se aproximassem dos jesuitas com a sua gente, dispostos a receber o batismo (omongaraí) e a se tornar filhos de Deus (Tupã ray) recebiam a vara (yvyra'y) de comando que lhes dava certos direitos sobre as plantações destinadas a seu teýy. Nas Missões, estes homens de vara eram os mburuvixa / (Susnik,1970:132).

Atualmente, em geral, Capitão é o lider comunitário reconhecido pelas autoridades nacionais como tal. Muitas vezes o título é conferido através de um papel assinado por autoridades regionais, que passa a ser cuidadosamente guardado pelos "nomeados". Nos postos da / FUNAI vinculados à IX DR, as funções e atribuições dos capitães foram formalizadas e uniformizadas; o cargo não é vitalício e, de certa forma, depende da aprovação do Chefe de Posto.

Nas comunidades em que existe uma remarcável liderança religiosa o mburuvixa age de acordo com o teko'aruvixa que, como vimos, pode / ser Cacique, Pa'i ou Ñande Ru. Mesmo enquanto tembiguái (mensageiro, servo) do teko'aruvixa, o Capitão é sempre o chefe da "polícia interna", formada pelos líderes locais (nem todos) e hierarquicamente organizada através de patentes militares: sargentos, cabos, soldados. Existem também tenentes (que seriam os imediatos ou os herdeiros dos capitães), e ouvi falar até de um ministro (grande autoridade religiosa) que viveria em Panambi'y.

Sempre que "oficialmente" necessário ou porque não têm outras roupas, os integrantes da polícia indígena apresentam-se vestidos com velhos uniformes doados pelo Exército (paraguaio e brasileiro) que, na fronteira, assume algumas funções de ordem assistencial e de árbitro em relação aos índios. As insígnias e as patentes militares / são extremamente valorizadas e corroboram a "autoridade interna". / Parte do território Guarani foi palco da Guerra do Paraguai, e al-

PSS.403, fl. 105/193

Proc n.o FNI 3379/76
Fls 49
Rubrica
30.

guns foram engajados, mas mesmo muito antes a memória coletiva já / estava povoada por militares.

Ainda em relação ao contato e à influência do pessoal do Exército, convém lembrar o grande número de oficiais que fizeram ou fazem parte tanto do quadro de funcionários do SPI/FUNAI como da Associação Indigenista Paraguaia. Existem inúmeras estórias, lendas e até fatos recentes que no nível do discurso e do conteudo podem ser considerados de mesma forma, em que os personagens centrais são índios e militares em confronto, mas não em guerra uns contra os outros. Nelas o Guarani, devido ao seu modo de ser, esperteza ou poder sobrenatural, acaba sempre levando vantagem.

Dentro dessa perspectiva, e situados como modelo de referência, existem dois "passados tradicionais" e dois tipos de adaptação historicamente conhecidos, mas os Te'yi não sabem disso. Vive-se durante um tempo limitado, e o mais longe que podemos ir no passado são as lembranças dos mais velhos, que podem se lembrar até daquilo que os mais velhos do tempo em que eles eram crianças lhes contaram , / quando nada fica registrado por escrito.

Mas isto não significa que todas as facetas da tradição oral se modifiquem ao mesmo rítmo (algumas são bastante rígidas), nem que se orientem pelas mesmas tendenciasde transformação. Nesse processo, / que é o transcorrer de estações e gerações, de alguma forma as lembranças vão se sobrepondo, vão se desgarrando dos conteudos irrelevantes, perdem a sequência do antes e do depois e, como demonstrou Evans-Pritchard (1940) em relação aos Nuer, provocam uma contração do tempo memorizado em relação ao tempo astronômico.

A continuidade/transformação dos guerreiros Guarani nos bugres de / agora é um fato estranho aos Te'yi. O período de cultura e tempo atingido por sua memória geracional pode remontar até no máximo 200, 250 anos atrás, mas nunca há mais de tres séculos. É até provável / que só então assumissem a forma cultural lembrada já no século XIX. As atividades de guerra e de conquista dos Guarani entraram em fran

PSS.403, p.106/193

Proc n.o FNI/ 3379/76
Fls. 50
Rubrica

co declínio a partir de meados do século XVII e é provável que paralelamente tenha desaparecido o hábito da antropofagia ritual (não estou considerando os Guayaki).

Através das informações de Susnik (1965,1966,1970) é possível acompanhar muito bem a história e a constituição das diferentes nações Guarani, frutos de diferentes ondas migratórias que se interdiferenciaram em diferentes meios sócio-ambientais, já que se impunham através da conquista aos proto-povoadores e confirmavam esta dominação mesclando-se com eles. Mais tarde vieram a se fusicionar um pouco nas táva dos encomienderos, nos tapyy (povoados nas frentes de / trabalho), nas reduções e nos montes.

Nenhum dos grupos atuais é "puro", e devem ter se interinfluenciado bastante. Quanto a tática de aumentar a densidade demográfica através da mestiçagem, o que se observa atualmente - e desde há séculos - é a tendência contrária; cruzando-se com elementos não-índios, tendem a engrossar as fileiras de regionais. O nexo com o / passado, entretanto, surge como uma preocupação ligada à procura de explicação para processos de mudança social que não se restringem à aculturação frente à sociedade nacional.

Na Figura I comparo informações sobre duas variáveis que são cruciais a qualquer povo, em qualquer época. Embora não façam diretamente parte do campo sociológico, o tamanho do território e da população são essenciais à sua compreensão. Ainda não considerei todas as implicações das relações entre números que aparecem na figura, porque eles deverão (e poderão, com pesquisas adicionais) ser menos espaçados, e também porque não sei muito bem como trabalhá-los. (Ver página seguinte.)

As informações relativas aos Guarani são as fornecidas por Clastres (1973) e pelo Manual (1975:7,19-27). Somei as áreas das colonias / Paĩ já demarcadas e outras que estavam por sê-lo ao tamanho dos postos indígenas do sul de Mato Grosso, e aproximei o resultado para 500 km^2. O cálculo relativo à população atual também é grosseiro; /

PSS. 403, P. 107/193

Proc n.o FNI/ 3378/76
Fls. 51
Rubrica

os dados retirados de informativos da FUNAI e do Manual dão margem a situar a população Paĩ/Kaiwá entre 10.000 e 15.000 indivíduos - decidi-me pela cifra de 12.500 pessoas, o que é uma estimativa um tanto arbitrária.

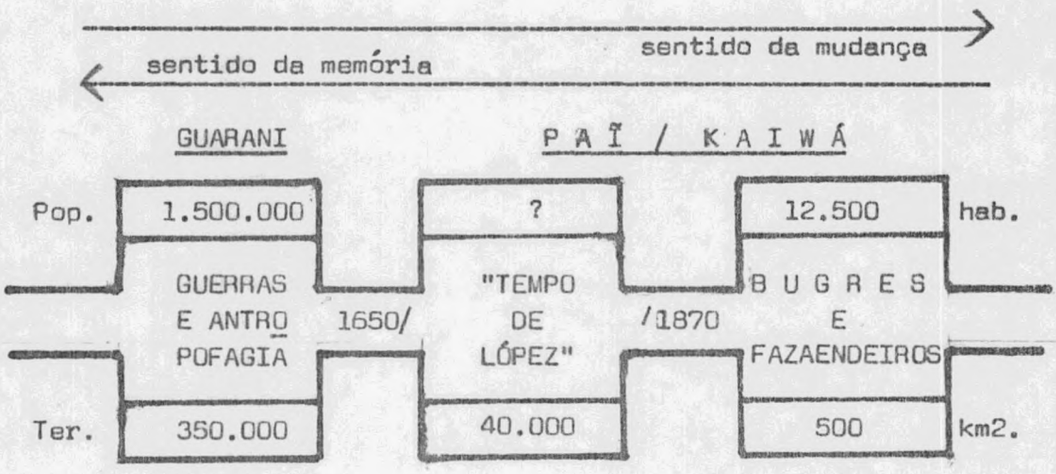


FIGURA I: Estimativas sobre a população e o território dos Guarani pré-colombianos e dos Paĩ/Kaiwá "tradicionais" e atuais.

Na Figura I a data 1650 refere-se mais ou menos ao fim do perído de conquistas, que deve ter ocorrido (?) paralelamente ao abandono do hábito da antropofagia; nessa ocasião a população já era bem menor. É bom lembrar que os Paĩ/Kaiwá são apenas um dos subgrupos Guarani e portanto não teria sentido comparar os dados sobre sua população e seu território, em bruto, com os dados referentes aos Guarani dos primórdios do século XVI. A densidade da população, entretanto, pode ser comparada; no primeiro caso era de 4 hab/km^2, e entre os Tetyi é de 25 hab/km^2.

O "estilo de vida" do tempo de López não começou exatamente em 1650, é óbvio, mas é o resultado de todo um re-arranjo de povos Guarani / numa área relativamente pequena - a região montanhosa ainda não colonizada onde podiam ser "livres" - na qual os bandos que nunca foram missionizados acabaram por receber, indiretamente, influências religiosas e de vivência de vizinhos que o foram. 1870, a data que "fecha" o tempo de López também é aproximativa; coincide mais ou menos com a Guerra do Paraguai e com o início das atividades da Cia.

PSS. 403, p. 108/193

Proc n.o FNI/ 3379/76
Fls. 52
Rubrica
33.

Matte Laranjeira, o que sem dúvida provocou grande impacto na vida dos Paĩ/Kaiwá. Foram também aparecendo povoados, fazendeiros, gado e plantações de café.

Como vimos, o tamanho relativo do território em relação à população diminuiu bastante, o que em certos locais provoca uma proximidade excessiva entre moradores socialmente distanciados. Apesar da distribuição e da divisão do espaço ser formalmente a mesma, a intimidade dos grupos domésticos ou lociais é preservada de modo diverso quando os moradores mais próximos estão situados a poucos metros de distância ou à uma boa hora de caminhada.

A proximidade física, embora atue em algum nível, não pode ser diretamente correlacionada à proximidade social ou levar inevitávelmente à uma "fusão"; ao contrário, muitas vezes as diferenças podem ser constantemente alegadas e enfatizadas para manter o distanciamento, a auto-identidade grupal. Os "vizinhos" podem ser selecionados e interagir muito menos que "parentes" que vivem à uma distancia muito maior. Em Dourados muitos moradores de uma sub-área passam até anos sem sair dos mesmos roteiros e ir aos locais da "aldeia" onde nada têm a fazer ou não conhecem ninguém.

O "encolhimento" e a fragmentação do território sob fronteiras geografica e juridicamente demarcadas também podem provocar a aglomeração, no mesmo segmento territorial, de grupos sociais análogos / cujos quadros internos de organização são semi-autônomos e não favorecem uma interordenação vertical, de carater hierárquico. Estes grupos, que podem abranger mais de um local, seriam famílias extensas (muito extensas, no caso) ou então vizinhanças, cada qual com o seu "chefe".

Quando, se hipoteticamente (ou de fato, como no caso de Dourados) / reunidos numa mesma reserva um deles for "nomeado" ou "assumido" como "Capitão", sobrepondo-se aos outros enquanto autoridade, enquanto porta-voz que deverá ser acatado, surge (mas não necessariamente) uma situação de impasse que leva a algum tipo de reajuste. Ten

PSS. 403, p. 104/193

Proc n.o FNI 3379/76
Fls 53
Rubrica
34.

do em vista a "dependência política", alguém precisa ser o responsável pelo cumprimento das ordens, pela manutenção da lei na comunidade, pela distribuição de ferramentas ou pela organização do trabalho, etc.

Do modo, nas condições e para os indivíduos a que se apresenta agora tal situação é nova, mas formalmente já ocorreu coisa bem semelhante na história dos povos Guarani, haja visto a composição plurigrupal das Missões e a extensão da autoridade do "homem de vara". Enquanto chefe aprovado como mediador por autoridades alienígenes, o homem da vara é semelhante ao moderno Capitão chefe da polícia; / ambos preenchem uma demanda da "administração" no sentido de racionalizar os processos de tomada e execução de decisões. É muito mais rápido lidar com um único representante, um delegado, do que entender-se com um grupamento de pares que procurasse o consenso para / agir, como parece ser o caso de algumas vizinhanças ou federações.

Em termos da ocupação econômica do território, a escassez de terras e a grande densidade demográfica acabarão por alterar os processos "tradicionais" de exploração do solo, irracionais e insustentáveis a longo prazo na atual situação. As roças, de cultivo familiar (à / cada fogo/cozinha corresponde uma roça), pequenas e numerosas, são logo abandonadas em favor de outras, pois a terra recém desmatada é mais fértil. Os bosques das áreas indígenas também diminuem com a / exploração de madeira de lei e de lenha; sem bosques não existe caça ou coleta de produtos silvestres - muitos Te'yi tornam-se freguses de açougues.

PSS 403, p-110/193

Proc n.o FNI/ 3379/76
Fls. 54
Rubrica
Poa

IV - ORGANIZAÇÃO SOCIAL E PAPÉIS DE PODER

As novas vivências são, dentro de certos limites, integradas simplesmente como novas exigências do meio. Dificilmente aparecem como "erradas" na perspectiva local, embora os mais velhos sempre manifestem uma grande nostalgia pelo passado, e o "desapego" a certas tradições seja censurado por elementos mais conservadores ou de outras comunidades.

Por sob as variações nesta esfera, onde nos casos extremos é difícil distinguir o índio do neo-brasileiro, acredito que vigore uma "ordem" palpavelmente semelhante no interrelacionamento das pessoas e das unidades sociais, mesmo se quisermos comparar estas variáveis numa Colonia tradicionalista organizada como tekoha aos bandos desterritorializados cuja ordem interna não implica numa estrutura política formalizada e explícita, nem na prática de antigos rituais.

Nas comunidades territorialmente mais estáveis ou em outras que também não conheço a "decadência" de certos costumes parece ser menor. Em Panambi'y, por exemplo, o ultimo ritual de iniciação masculina foi realizado nesta década, e "cerro" Akanguê (que, embora segundo o Manual não faça parte do teko Mberyvo faz parte integrante do circuito de relações sociais dos subgrupos assim considerados) também é uma Colonia conservadora. Não gosto muito de dizer que se tratam de comunidades mais ou menos aculturadas; o problema, ao invés de se esgotar, começa exatamente aí.

A semelhança entre estas vizinhanças polarizadas quanto ao grau de aculturação pode ser detectada quando se observa a estruturação de papéis dentro do grupo doméstico e local, a cisão dos grupos locais, os arranjos espaciais para dormir, comer, abrigar ou receber parentes, ou até mesmo certos padrões de "aglutinação social" que me parecem ser regulares mas ainda não foram estatisticamente comprovados.

Campestre é o que eu chamo de grupo local organizado como núcleo

PSS. 403, p. 111/193

Proc n.o FNI 3379/76
Fls 55
Rubrica

de família extensa; o velho pai vive cercado por seus filhos casados e outros parentes. Em certos momentos, porém, apesar da exiguidade da área, Campestre pode adquirir as características de uma vizinhança politicamente estruturada, pois então o parentesco não é o móvel da "aglutinação comunitária". Refiro-me aos casos em que uma família de patrícios, e não de parentes, procura o chefe local pedindo para ali se estabelecer.

Tal permissão raramente é recusada, porque, em princípio, (1) todos têm direito à ocupar a terra e, (2) ao ceder à ocupação, o chefe local recebe a lealdade daquela família, que ali se sujeita à / sua "autoridade". Quando cheguei a Campestre, em abril de 1976, uma família nessas condições estava se mudando para o outro local, depois de residir lá durante quase um ano. Estes moradores eram mal vistos pelo resto da comunidade; o homem bebia, era preguiçoso / (não cortava lenha para a mulher, não abriu roça, etc.) e tido como feiticeiro, enquanto a mulher era "muito faladeira".

Já em Dourados as condições para o estabelecimento de uma família na área do Posto estão regulamentadas. Para ter este direito, a família ou o indivíduo deve ter documentos que indiquem sua procedencia de outro posto indígena ou colonia paraguaia, ou estar abandonando antigas "posses" em fazendas. Os elementos que não preenchem estes quisitos muitas vezes não são aceitos, pois podem ser índios vadios (?) ou índios fugidos, aqueles procurados por crimes.

Em Dourados um dos encargos dos capitães é cuidar dos presos; muitos fogem antes de serem presos de fato, por medo de vinganças, da própria prisão e de serem transferidos para locis que não lhes convém. Alguns "criminosos" são transferidos de Posto para a sua própria segurança física, e alguns "transgressores" são expulsos pela comunidade; a família costuma acompanhá-los. Em algumas comunidades do Paraguai e em Campestre, alguns "criminosos" são denunciados ou entregues às polícias nacionais pelos próprios "chefes" da comunidade. Parece existir acordos nesse sentido.

PSS. 403, p. 112/193

Proc n.º FNI/ 3379/76
Fls. 56
Rubrica

Quem escolhe o cônjuge errado de acordo com os cânones que regem a ordem social (teko porã) também abandona ou é forçado a abandonar a comunidade. Mas, como já disse, os costumes variam e certos comportamentos inadmissíveis em determinado local em outros já não são passíveis de penalidade, ou porque houve um (1) "relaxamento" dos costumes, porque (2) não existe na vizinhança uma autoridade com / prestígio suficiente para controlá-la de fato, ou ainda porque (3) a "jurisdição" - em termos da "lei comunitária" ou das fronteiras / paraguaia e brasileira - já é outra.

Quando um chefe não é bom - para isto ele precisa ser extremamente hábil e satisfazer a todos; deve ser sobretudo paciente, trabalhador e bom - ele é abandonado por seus seguidores; fenômeno inverso, um chefe "exemplar" atrai muitos seguidores. Estes chefes parecem se colocar como uma espécie de jara (dono, controlador) de um território socialmente definido. O território, ou melhor, os segmentos "domesticados" (cultivados, apropriados) do território são da posse de seus seguidores, que assentem na manutenção de um determinado estado de coisas ou abandonam a vizinhança.

Em relação ao teko'aruvixa de Pysyry surgiu uma informação importante, que me parece pertinente ao fato dele ser o chefe e fornece uma boa pista para explicar porque não existem chefes entre os Te'yi / que vivem de fazenda em fazenda. Disse-me ter sido o primeiro a / sair da região de "cerro" Marangatu e se estabelecer, em 1938, além do Córrego Estrela (que assinala vários trechos da fronteira), dando origem ao primeiro núcleo da atual Colonia.

Existiam outros agrupamentos Te'yi nos arredores (uma parte da atual Pysyry chamava-se Avákuá e era um entreposto de erva mate), / mas na medida em que algumas famílias passaram a integrar os arredores do local em que este homem que agora é Cacique (e teko'aruvixa)se estabelecera, mantendo com ele um entendimento prévio antes de se mudar, formou-se uma nova vizinhança organizada sob sua liderança. Ele é "hierarquicamente" superior ao mburuvixa local.

PSS.403, p. 113/193

Proc n.º FNI/ 3379/76
Fls 57
Rubrica

Nos grupos locais familiarmente organizados (que corresponderiam a um antigo tevy) parece existir um potencial de desenvolvimento que lhes permite transformar-se numa vizinhança politicamente estruturada. O momento crítico dessa passagem ocorre quando o chefe de família extensa passa a ter "adeptos" não aparentados, "cedendo-lhes" território e proteção ou até mesmo sementes e mantimentos.

Assim, a situação de autonomia em que se coloca um novo bando formado pela cisão ou pela desagregação da comunidade, é bem diferente quando o tamanho do território dá margem para a fixação "segura" / em um local onde não seja preciso prestar contas a ninguém (se é / que tais locais jamais existiram) ou quando para isso é preciso entrar em acordo com um chefe ou com um patrão. No primeiro caso os contatos com a vizinhança são uma conseqüência da fixação, e no segundo são uma exigência prévia.

Nas fazendas, porém, não existe território para ser "dominado" e / "cedido"; ninguém, a não ser o patrão, pode garantir a estabilidade da população. É como se o patrão/dono da terra usurpasse um direito do chefe, esvasiando os meios desse último de captar lealdades. Esta hipótese serve, pelo menos até prova em contrário através da análise de novos dados, para explicar a ausência de chefes desse tipo entre os Te'yi de Damakuê, Pirakuá, Bacaiuvá, etc.. Em Dourados são os capitães que controlam a distribuição de lotes e, através disso, fundamentam uma autoridade real.

As vizinhanças centralizadas, controladas por um jara que não é / sacerdote não são estranhas à sociedade Te'yi, da mesma forma que vizinhanças descentralizadas, formadas por grupos locais relativamente autônomos. Entre os antigos grupos de "cerro" Marangatu a / autoridade oscilava entre os mais velhos e mais prestigiados chefes de família extensa que, pelas descrições, pareciam coexistir numa organização de carater federativo.

Imagino que o equilíbrio de forças entre esses bandos familiais - que podem muito bem ter sido semelhantes ao ñemoña ("criançada",

PSS.403, p. 114/193

Proc n.o FNI/ 3379/76
Fls. 58
Rubrica

grupo de descendentes) do Cap. Alziro, com quarenta, cinquenta pessoas no máximo - liderados por velhos que não estavam diretamente vinculados a nenhuma "autoridade" que não fosse "religiosa", era / bastante instável. Interrelacionavam-se através de alianças matrimoniais e na medida em que promoviam conjuntamente certos rituais.

O predomínio de uns sobre os outros provavelmente dependia do tamanho e da composição do bando e da capacidade de seu líder, inclusive como "patrocinador" de determinadas festividades. Pelo que contam, ocasiões como a perfuração do lábio dos jovens ofereciam, como o ritual Mukanda (circuncisão dos jovens) entre os Ndembu (Turner: 1968) oportunidade de competição entre os bandos para ver qual deles promoveria o evento. Tal privilégio podia permanecer nas mãos do mesmo jara vezes seguidas.

Não é mais possível viver ignorado nas matas das grandes fazendas; a conivência do dono ou do capataz é necessária e se traduz por arranjos que envolvem prestações de serviços por parte do "morador" e podem se prolongar durante anos. Os "patrões" nem sempre são vistos como exploradores ou ladrões, embora o medo de ser enganado nas "contas" seja a principal motivação dos Te'yi para aprender aritmética e, secundariamente, a ler.

Quando o patrão é classificado como "bonzinho", a relação já está ou acabará por ser formalizada através do compadrio. Não vou me estender sobre isto, frizando apenas que muitas relações rurais patrão/empregado assumem o carater de relações de patronagem, no sentido de despertarem lealdades que não estão implícitas no simples vínculo empregatício do contrato oral feito com eventuais empreiteiros ou patrões.

Tais "lealdades" significam para o Te'yi, mesmo que não seja morador das terras daquele patrão, o compromisso de lhe oferecer preferencialmente mão de obra e, em troca, gozar de certos benefícios / como crédito e proteção, caso se meta numa encrenca. Nas brigas entre homens ou nos mexericos de mulheres, muitas vezes o Te'yi que

PSS.403, p. 115/193

Proc. no FNI 3379/76
fls. 59
Rubrica

se sente prejudicado vai dar "queixa" ao patrão do outro, exigindo providências ou segurança.

Embora a criação de gado seja uma das principais riquezas da região Campestre/Pysyry, a mão de obra Te'yi só é contratada para trabalhos agrícolas ou de derrubada. A remuneração é feita por dias de serviço ou por "empreitada", num sistema semelhante ao dos bóia-frias, / lá chamado de changa. A changa - cujos melhores salários são pagos do lado brasileiro, e variavam no primeiro semestre de 1976 entre / Cr$20,00 ou Cr$30,00 por dia, atraindo os Te'yi do Paraguai - constitui a principal fonte de renda desta população, e está notavelmente integrada em seu modus vivendi.

Os grupos de trabalho que se formam são importantes centros de comunicação e de integração tanto com elementos da sociedade envolvente como dos índios entre si: aprende-se a falar bem o portugues, pode-se arranjar casamentos, fica-se sabendo de notícias de outras comunidades, manda-se recados para parentes, etc. Os Te'yi dessa região costumam voltar para casa todo fim de semana, mas em Dourados, onde este tipo de atividade também está regulamentado, os homens / podem ser levados para bem longe e ficar de dois a tres meses fora.

Começar a trabalhar na changa é um estágio quase que obrigatório para o jovem Te'yi se afirmar como adulto, e geralmente os homens só abandonam inteiramente esta atividade quando já têm filhos casados e alguns netos. Inicialmente, por volta dos doze, treze anos, acompanham parentes mais velhos e recebem salários menores; os primeiros salários são integralmente gastos em cigarros, bebidas e roupas novas. Essencialmente, este é o "consumo" dos solteiros.

É mais ou menos nessa época que o jovem já está suficientemente adestrado para sair sozinho para caçar, pois a caça ainda é uma atividade muito importante em toda (?) a área Mberivogua. Ficar sem / erva ou vários dias seguidos sem comer carne significa a mais extrema penúria para as famílias Te'yi. Ninguém trabalha para patrão que não forneça mate de graça. É no trabalho, fora de casa, que o /

PSS.403, p. 116/193

Proc n.º FNI/ 337/76
Fls 60
Rubrica fora

jovem começa a ser admitido nas primeiras rodas de mate de adultos.

Os changadores solteiros já considerados adultos não têm, necessariamente, uma residencia fixa, da mesma forma que certas mulheres / sem marido. Os jovens vão para onde tem trabalho dentro de um vasto circuito de fazendas "conhecidas" e, quando precisam "param" (passam temporadas) na casa de parentes ou de patrícios jovens de mesma idade. Em casos observados em Campestre (mas que são comuns), os jovens se arranjam sexualmente com mulheres bem mais velhas e sem marido, a quem fornecem mantimentos. Tais "arranjos", que não assumem o caráter de casamento, são socialmente tolerados mas também são alvo de maledicencia.

A vida dos Tɐ'yi (desde o tempo dos jesuítas) é marcada pelo rítmo dos fins de semana, quando os homens que trabalham fora - nunca durante o ano inteiro, sistematicamente - voltam para casa. Estes / dias são aproveitados para caçar, visitar parentes que moram mais longe, etc. Nos sábados geralmente ocorrem as "farras" ou bailes de salta, também chamados de chicha devido à bebida fermentada (kaguĩ) que se consome nessas ocasiões.

Para dançar, homens, mulheres e crianças fazem rodas separadas pelo sexo ou mistas, onde avá e kuña; alinham-se num círculo com uma metade masculina e outra feminina, pois apenas dois homens dão a / mão a duas mulheres. As mãos se entrelaçam e os ombros se tocam; / uns se apóiam nos outros e o rítmo do guahu, cotyhu ou chiryvy "puxado" por algém é marcado por fortes batidas do pé no chão, para / frente e para trás, sinuosamente. Esta rotação cadênciada pode induzir ao transe.

Em Pysyry as chichas muitas vezes são prescedidas de mutirão, trabalho coletivo que se realiza na roça do kaguĩ jara (dono da chicha). O "dono" nem sempre é o dono da casa em que se realiza a festa. As casas são "cedidas" pois nem todos os chefes de família que têm condições econômicas de fornecer os ingredientes (batata, cana ou milho) possuem o coxo de madeira necessário para acondicionar a

PSS.403, p.117/193

Proc n.o FNI/ 3379/76
Fls 61
Rubrica
42.

chicha, ou uma casa com pátio grande e, se possível, mba'e marangatu.

Só se realiza mutirão (mba'e pepy) quando o dono da casa é o próprio kaguĩ jara. Os mutirões usados para preparar grandes armadilhas de caça cairam em desuso, bem como os de pesca com timbó. Fui informada de que mesmo os antigos mutirões agrícolas nunca envolveram todos os homens que participam da festa noturna, apenas um grupo restrito de parentes ou vizinhos próximos. Tal grupo trabalha / durante duas, tres horas, bebendo cachaça fornecida pelo dono da roça e gritando muito.

Os homens proferem gritos agudíssimos, que atingem grandes distâncias, sempre que estão trbalhando na roça. Disseram-me que quem trabalha sem gritar "parece macaco". Esses gritos talvez funcionem como uma espécie de invocação; uma variante deles está codificada de forma a transmitir pequenas mensagens. Estes gritos, bem como quase todas as modalidades de canto, nunca são proferidos fora das ocasiões apropriadas, mesmo por aqueles que parecem ter se desligado completamente das práticas religiosas tradicionais.

Do lado brasileiro, e talvez em algumas comunidades do Paraguai, / são frequentes os bailes de dança, ou festas à moda caipira, animadas por violão ou sanfona, onde os regionais às vezes são convidados e convidam os índios. Não é por acaso que os Te'yi aderiram à música popular regional, tipo dupla caipira, pois ouvem rádio o / dia inteiro. Além disso, todos gostam de rítmos como mazurca, polca, modinha, etc., embora só os mais jovens cantem e toquem. O violão é chamado de mbaraká, da mesma forma que chocalho sagrado, mas o canto que acompanha é purahei, termo que se diferencia de mborahei, rezas dançadas ao som do mbaraká original.

Estas festas aparentemente são as únicas ocasiões de reunião coletiva nos grupos desterritorializados do lado brasileiro, que parecem ter uma organização "invisível" (Cohen:1974). Através da participação nelas, porém, é extremamente difícil marcar os contôrnos de uma vizinhança, já que nem todos os moradores avizinhados comparecem

PSS. 403, p. 118/193

Proc. No FNI 3379/76
Fls. 52
Rub.

à todas as chichas, e nessas ocaiões reagem muito mal às tentativas tradicionais de levantamento, inventando nomes falsos, etc. . .

Com observações repetitivas, porém, será possível saber quem são os frequentadores habituais de quais chichas tirando fotografias dos participantes para posterior identificação. Os convites/avisos para estas festas não são feitos para as vizinhanças como um todo, mas de família em família. Como na mesma comunidade não ocorrem duas festas no mesmo dia, pude concluir que os bandos de Bacaiuvá, Pirakuá, Damakuê, etc., do Município de Bela Vista, constituem pelo menos uma vizinhança diferenciada da dos pequenos bandos de Passa Cinco, Mosquiteiro, Cabeceira do Apa, etc., do Município de Ponta Porã.

As referências à estas famílias dispersas são sempre feitas mencionando-se o nome do local, da fazenda ou do dono da fazenda onde vivem; quanto maior o conhecimento regional do informante maior o desdobramento dessas micro-denominaçãoes locais. Pelo levantamento insatisfatório e indireto (em parte) que fiz, relacionei cerca de 150 Te'yi nos municípios acima citados, Antonio João e Jardim, mas creio que não seria descabido estimar esta população desterritorializada em torno de 200 indivíduos.

Para que o interrelacionamento e as "fronteiras" grupais desses bandos se tornem inteligíveis, terei que recorrer inicialmente a unidades de análise mais amplas do que "comunidade" ou "vizinhança". / / Construindo um "social network" que alinhave todos os moradores dessas áreas de dispersão, assinalando fofocas, acusações de feitiçaria, de roubo e de violências, as estórias de caso significativas / que mobilizam a população, subdividem-na em partidarismos ou provocam cisões, creio que será possível idenficar diferentes "comunidades", onde princípios de associação de diferentes ordens combinam-se em proporções desiguais.

Os princípios de "interação" social que propiciam as comunidades / locais Campestre e Damakuê (com quarenta e trinta "membros", em abil de 1976) são bem diferentes. No primeiro caso, generalizando, a con

PSS.403, p. 119/193

Proc n.o FNI/ 3379/76
Fls 53
Rubrica

vivência é consequência de laços de parentesco e do interesse entre famílias /grupos domésticos. No segundo, o móvel dessa coexistência é justamente a proximidade física, a vizinhança surgida entre famílias de patrícios às vezes remotamente aparentadas que estão localmente reunidas devido à conveniencias pessoais ligadas à oportunidades de trabalho e de moradia.

Tenho falado como se os grupos locais que não chegam a ter o caráter de comunidade e/ou de vizinhança fossem sempre e necessariamente constituidos como família extensa, quando isto não é verdade. / Se estamos pensando em termos de locais distintos então algumas famílias nucleares Te'yi também constituem grupos locais, pois vivem isoladas numa determinada localidade. Da mesma forma que famílias (nucleares ou extensas) situadas no mesmo local (localidade) podem constituir uma vizinhança, as famílias extensas ou nucleares que / residem "isoladas" em diferentes localidades constituem diferentes grupos locais.

Um grupo local de família extensa sem ou com filhos ainda bem pequenos é quase anômalo, por ser disfuncional. A mulher não deve ficar sozinha quando o marido sai para trabalhar, e além disso precisa de companhia para realizar os afazeres domésticos, ir a roça, ajudar a tomar conta das crianças, etc. A situação pode ser contornada adotando-se uma criança maior, que se torna "guaxó", ou então através da presença intermitente mas frequente de irmãos menores ou mulheres aparentadas sem maridos.

Quando um casal se separa - a quantidade de casamentos computados para os vivos é quase tres vezes maior que o umero de casais existentes - ou morre um dos cônjuges, se a mulher fica com filhos imaturos (que também podem ser redistribuidos) ela vai residir junto a algum parente. Nos casos observados, quando não se tornam mulheres perambulantes, sem residencia fixa, vão residir novamente com os / pais, caso ainda estejam vivos, ou então com algum irmão mais velho ou algum tovajá (marido da irmã).

PSS.403, p. 120/193

Proc n.o FNI/ 3379/76
Fls. 54
Rubrica

De certa forma passam a viver na dependência desses parentes até arranjar novo marido, pois sozinhas não podem abrir roça. Para ganhar algum dinheiro trabalham como lavadeiras ou na roça de brancos vizinhos; algumas aspiram ser empregadas domésticas. Quando o novo marido não quer saber dos filhos da mulher, eles são dados, ficando de preferência com os avós. Estas crianças se tornam, como os órfãos / de pai e mãe, guaxos; os guaxos fazem os serviços mais pesados de uma casa e costumam ser maltratados. As mulheres velhas cujos filhos já estão casados ou morreram sempre arranjam um guaxo para acompanhá-las e servi-las.

Se os filhos ficam com o pai e ainda são pequenos, costumam ser provisoriamente distribuidos até que o homem arranje outra mulher. Um homem "solteiro" (as pessoas viúvas ou separadas se consideram e se dizem solteiras) também não tem condições ou incentivo para abrir / roça. Se ainda é moço torna-se perambulante e procura trabalhar na changa sempre que possível; são bem mais "escassos" que as mulheres sem marido. O casamento de homens jovens com mulheres maduras, cujos filhos mais velhos são quase da mesma idade (e até mesmo mais velhos) que o novo marido são bem mais frequentes que o de homens com mulheres muito mais moças.

Ainda existem vestígios de poliginia entre os Te'yi, pois desde que um homem tenha condições de manter simultâneamente mais de uma família (deve provê-las com carne e roupas) e se disponha a fazê-lo, tal situação passa a ser aceita. Foi interessantíssimo acompanhar o desenrolar de um desses casos em Campestre, para constatar como numa comunidade de relações face à face nada se faz em segredo, e como os mexericos, a censura velada, "forçam" os fatos ambíguos à / uma definição ou acabam por "corrigir" o que não é lícito.

Embora bem diferentes entre si, tanto pela legitimidade, suporte, alcance de manobras e estilos de liderança, o Capitão de Campestre e outros dois de Dourados que tive oportunidade de observar de per-

Proc n.o FNI/ 3379/76
Fls. 55
Rubrica
46.

to em 1975, "dão voz" a muitos mexericos, indo investigar o que acontece e procurando resolver a situação, em certos casos mesmo que não tenham recebido uma queixa direta. Estes capitães resolvem pequenos litígios, evitam e apartam brigas, dão bons conselhos, cuidam das "relações externas" e também controlam a ocupação do território; agem como chefe "pacificador" e como chefe "controlador" do território e dos bons costumes.

Estas também eram funções dos antigos chefes de linhagem (Ñande Ru) entre os Guarani coloniais, sendo que também agiam como médicos/curadores e guias espirituais de seus respectivos tevy. Atualmente, / os chefes de família extensa que são curadores e sabem benzer são chamados de mba'e kuáa (Manual:98), expressão que significa "aquele que sabe das coisas" mas também evoca a "voz" do mbaraká. Estes homens, que em geral já têm filhos adultos, realmente possuem um conhecimento da cultura tribal e da fauna e da flora nativas superiores à média da população.

Provavelmente são xamãs, ou seja, possuem "cantos" (mborahei) através dos quais conseguem dominar certos espíritos, aplacar doenças, etc.. O "poder" desses mba'e kuaá, entretanto, não é de carater totalitário como o de alguns xamãs de determinados povos Guarani mencionados por Susnik (1970) mas, enquanto homens experientes e moralmente respeitados, podem exercer grande influência política na vizinhança a que pertencem, mesmo sem ser chefes (mburuvixa, Cacique e teko'aruvixa).

Algumas linhas de Abner Cohen (1974) servem muito bem para esclarecer o que seria "poder" e "política": " . . . power does not exist in a 'pure form' but is always inherent in social relationships of varying types," " . . . 'power' is taken to be an aspect of nearly all social relashionships, and 'politics' to be refering to the / processes involved in distribution, maintenance, exercise and /p/ struggle for power." Entre os Te'yi, certos personagens dotados de grande poder esotérico parecem não interferir na vida política.

PSS.403, p. 122/193

3379/76
56
47.

Na medida em que é válido usar como hipótese certas evidências da etnografia de outros povos para pensar os Guarani, a descrição externa e ideal do kumu dos Dexana (1974), cujo território também está pontilhado por marcos sagrados, pode ajudar a entender o que seriam o teko'aruvixa e o tesapyso dos Te'yi. Os tres são "sacerdotes" desvinculados das atividades mundanas e da esfera essencialmente política (cõmo?) ou o teko'aruvixa não é necessariamente um sacerdote?

Reichell-Dolmatoff (1974) não entra em detalhes sobre a organização "prática" dos Dexana, por isto não é possível saber o que faz e como vive o kumu na realidade; enquanto sacerdote está vinculado a uma série de espíritos superiores, espíritos não diretamente relacionados à ocorrências cotidianas. Os espíritos que afetam mais de perto a vida, a morte e os "mores" dos Dexana são conectados e mediados através do payé, e entre os Te'yi poderiam ser "controlados" / por outros especialistas que não o tesapyso (seria o teko'aruvixá?)

As associações param por aqui, pois por enquanto tenho poucos dados sobre a simbologia e a cosmologia Te'yi. Pouco adianta saber que / certos espíritos podem se manifestar nos sonhos de alguns indivíduos (os sonhos de natureza profética são freqüentes), que alguns possuem "cantos" próprios para, com o mbaraka, contactuar certos espíritos- quanto mais cantos e espíritos controlados mais poderoso é o xamã - sem conseguir identificar estes espíritos e o encadeamento simbólico que os torna parte do mundo vivenciado ou esclarecer o alcance do poder social desses indivíduos "mediadores" e "conhecedores".

O payé dos Dexana, entretanto, é um personagem bem diferente do pajé vai, o perigoso feiticeiro Te'yi. Muitas doenças e quase todas / as mortes são atribuidas à feitiçaria, que pode ser ensinada e é feita por contágio. O pajé vai precisa estar de posse de objetos que / pertenceram à vítima ou fizeram parte de seu corpo para preparar o mohãy (feitiço), que é atirado na água.

Existe uma diferença muito importante entre os indivíduos suspeitos ou veladamente acusados de feitiçaria, bem como quanto ao tipo de /

PSS.403, p.123/193

Proc n.o FNI 3379/76
Fls 57
Rubrica

mal que pode afligir alguém. Os suspeitos ou acusados de feitiçaria podem ser qualquer um, mas tendem a ser estranhos ou pessoas de comportamento reprovável, com maus hábitos, etc., ou então são indivíduos altamente conceituados e respeitáveis que, como "sabem muito" também devem saber fazer feitiçaria. A diferenciação não corresponde exatamente à que existe entre o sorcerer e o witch porque nos / dois casos a prática da magia maléfica é proposital, intensional.

Dizem que os "feitiços" só podem ser anulados pelo próprio bruxo, / ou através de sua morte; o papel do xamã seria identificar o mal / (objeto concreto (mba'e poxi) que penetra no corpo da vítima) e o agente provocador, para obrigá-lo a desfazer o mohãy. As doenças, exceto as mais corriqueiras, são de caráter espiritual e só podem ser curadas por esta via.

Doenças comuns como dor de barriga, de dente, resfriado, feridas inflamadas, etc., podem ser domesticamente combatidas com determinadas infusões, fervuras, gorduras, compressas, cinzas, massagens, / banhos, remédios de farmácia, etc.. Por outro lado, além dos "feitiços" intencionais, todos estão sujeitos à doenças provocadas por encantamentos que podem atingir quem não se "protege", não cumpre convenientemente as prescrições do jekoaku, situações de vulnerabilidade que se apresentam nas "passagens críticas" da vida ou quando se vai fazer algo "delicado" (como mexer na madeira sagrada), ou então quando se envolvem inadvertidamente com algum espírito.

Contaram-me que a falta de cuidado ao lidar com o yvyrakuã (yvyrareakuã, xi Ruretê, incienso hũ), madeira da qual se faz o yvyra'i (bastão), a cruz (curusu), o cabo do maracá e o mba'e marangatu / (espécie de suporte onde ficam depositados os mencionados objetos de culto e o mimby (apito)), é o que "espalha a doença, coisa que doutor não entende"; nesses casos é preciso rezar e benzer a vítima. Pretendo verificar se os mba'e kuaá podem resolver estes casos.

Já assisti a dois tratamentos realizados por xamãs. As xamãs de sexo feminino são conhecidas por kuña verá. Em um deles a cruandeira

PSS.403/p.124/193

Proc n.º FNI/ 3379/76
Fls. 58
49. fls

murmurava uma prece em voz baixa, fazia gestos esotéricos, soprava com fumaça de cachimbo e cuspia no paciente (que acabou morrendo) / os locais do corpo afetados pela doença. No outro, uma criança "fraca", carregada pela mãe, foi benzida. Posteriormente o curandeiro / disse que já estava muito velho, por isto rezara sentado, mas que aqueles "cantos" tirados com o mbaraká normalmente seriam acompanhados pela dança.

Em um tipo de benção (ou em todas?) para purificar ou curar são invocados os principais "deuses" ou "forças criadoras" da mitologia / Paĩ: Jasuka, Mba'ekuaá, Jeguaká, Ñanduá e Curusu. Estes "princípios" foram usados pelo ente primordial, Ñañe Ramoĩ Jusu Papá (Nosso áureo/grande avô essencial) na criação do mundo. Aparecem também como parte da maioria dos tupã'ẽry (nomes sagrados) que identificam a pessoa a um dos Tupã (esta informação talvez tenha sido "forçada") - determinada categoria de espíritos. Estes nomes são desvendados / pelo mitã hexahara (batizador de crianças), não são usados para chamamento e raramente são comunicados a estranhos.

Eu não saberia dizer qual o estatuto ontológico de Jasuka, Mba'ekuaá, Ñanduá (em Campestre pronuncia-se também Janduá), Jeguaká e Kurusu. Capazes de transformar o caos em cosmos, são fatores necessários à criação, inclusive à criação do próprio Ñañe Ramoĩ, que teria surgido de Jasuka. Estes princípios têm cada qual o seu lugar (tendá) e são "guardados" por determinados entes ou espíritos a quem estão associados. Também são simbolizados por coisas palpáveis.

No "Ñañe Ramoĩ Jusu Papa Ñengarete", cântico recolhido por Samaniego (1968) cada um desses princípios é mencionado quatro vezes; os / versos só não são identicos porque cada um enuncia, através dos termos verá (brilho, resplendor), rendy (chama) e hyapu (sonoridade), diferentes aspectos ou propriedades que estes princípios podem asdem assumir ou lhe são inerentes. Verá, rendy e hỳapu também aparecem como partes componentes de inúmeros tupã'ẽry.

Estes dados e os que se seguem são frutos de informação pessoal, mas

PSS.403, p.125/193

Proc n.º FNI/ 3379/76
Fls 59
Rubrica Joa

sobretudo de fontes como o Manual, Schaden e Cadogan; são incompletos e às vezes incongruentes, mas mesmo assim achei que valia à pena reuní-los, procurando associá-los aos personagens imbuídos de poder. Mba'ekuaá seria a sabedoria, a "voz" do mbaraka (Cadogan:1962) e, como vimos, é a expressão usada para designar os sábios/curadores e, em certas ocasiões, os próprios mbaraka.

O mbaraka, também chamado de aguaipu, mba'ekuaá e hyapu guasu (Manual:74) parece ser, ao mesmo tempo, signo e significante. Os jovens aprendem a manipulá-los no período de treinamento que antecede a iniciação, mas também são usados por mulheres. Atualmente, pelo / menos do lado brasileiro da área Mberivo, não são todos os homens / que possuem ou se utilizam do mbaraka. O tamanho e a qualidade de a cabamento dos mbaraka variam bastante; nunca são dados ou vendidos a estranhos, e jamais são tocados fora das "ocasiões devidas".

Jasuka se apresenta às vezes sob a forma de uma neblina clara onde os "deuses" se banham para renovar-se, e poderia ser o princípio de todas as coisas (Manual:56). Segundo o Cap. Alziro esta neblina pre nuncia Ñañe Ramoĩ e aravai (mau tempo). Jasuka, que é o nome da mulher em kopypeguá ñeẽ (linguagem esotérica?) seria um princípio essencialmente feminino (Cadogan:1962).

A mulher, entretanto, foi criada das plumas do Jeguaka, símbolo da masculinidade representado pelo adorno de cabeça outrora usado pelos homens. Ñanduá (literalmente: plumas de avestruz) também é um adorno masculino; parece ser o princípio que "dá forma". Todos os mencionados "princípios" serviram a Ñañe Ramõi Jusu Papa na criação do mundo, que foi feito sobre uma base de paùs (quatro yvyra'i ou duas curusu?) de incenso cruzados (yvy jekoka) (Manual:56).

Yvyra'i (literalmente:pauzinho) são bastões com a forma de cilindros perfeitos, em cuja extremidade superior estão gravados dois / riscos perpendiculares, dividindo o círculo em quatro partes iguais. São insígnias de poder usadas em algumas ocasiões cerimoniais, parecem corresponder à "vara de comando" das reduções e na mitologia /

PSS. 403, fl. 126/193

Proc n.º FNI 3379/96
Fls 60
Rubrica

têm o mesmo efeito de kurusu; nas viagens são usados como cajado.

A cruz dos Guarani parece ter se derivado, por influencia cristã, do yvyra'i e do símbolo dos paus cruzados (yvy jekoka). Por ocasião das tempestades os Te'yi de um grupo local costumam se reunir para rezar/dançar. Segundo as descrições, os homens ficam enfileirados / brandindo a cruz numa mão e o maracá em outra, enquanto as mulheres batem com o takuapu (bastão de rítmo de uso exclusivamente feminino) no chão.

O yvyra'i está relacionado ou "é" Amã jary (dono da chuva), mas também é associado ao veado e a kurupi, espécie de sátiro incorporado / ao folclore brasileiro, que também aparece em outras mitologias sul-americanas; simbolicamente kurupi está conectado à humidade, à fertilidade e à sexualidade (Cadogan:1961,1962).

Os yvyra'ija (donos do yvyra'i) são os tembiguái dos Pa'i ou dos teko'aruvixa; são auxiliares de culto "que a veces son idénticos con / los líderes políticos llamados internamente ava'eté y hacia afuera mburuvixa" (Manual:48). O papel e a natureza do poder de personagens que podem ser designados por ava'eté, mburuvixa, cacique, teko'aruvixa, Pa'i, Ñande Ru, mba'ekuaá e tesapyso, como as denominações usadas ou atribuidas aos Te'yi, ainda estão longe de ser satisfatoriamente explicados.

Segundo o Manual, Pa'i seriam aqueles teko'aruvixa que eventualmente são convidados para oficiar certos ritos em outras comunidades, mas nem todos os Pa'i são teko'aruvixa. Enquanto líder religioso da comunidade, o teko'aruvixa seria uma espécie de guia espiritual que, como o tesapyso, poderia ser dotado de um extraordinário poder de visão e de palavra (ñeẽ).

Embora o Cap. Alziro tenha me dito que existe um tesapyso (aquele / que enxerga além) vivendo perto de Taquatĩ, segundo o Manual atualmente ninguém mais é unanimemente reconhecido como tal. Os verdadeiros tesapyso seriam venerados como santos também pelos Mbyá e pelos Chiripá; seriam "santos" porque viram "deus" e sua palavra vale co-

PSS.403, p: 127/193

Proc n.º FNI/ 3349/96
Fls 61
Rubrica

mo se fosse a palavra de Ñandejara. Enquanto "santos" lembram os / karaí, profetas messiânicos que lideraram as grandes migrações Guarani em direção à terra sem males ou ao centro da terra.

Como os antigos karaí, os tesapyso (que não comem carne e não se irritam) procuram ou procuravam chegar a um estado de perfeição (aguyje) através do canto e da dança. Os homens que chegam ao estado de aguyje são kandire (herois divinizados); não precisam passar pela / prova da morte nem pelo piraguai, região onde as almas se purificam antes de ir para o "paraiso". Pa'i Kuaré conseguiu esta proeza, chegando até Ñande Ru através da força do canto/dança.

Caso consigam superar os sete obstáculos do piraguai (yvyku'i vevé, pytũmbeté, ita piriri, ita pysỹi, ita karu, mbutungusu e pytỹvóy), as "almas" conseguem alcançar o yva'ykuá, a entrada do paraiso próprio dos Paĩ, yvarypy. Caso contrario tornam-se ma'etirõ, almas que, como a de pessoas de "raças" inferiores, vão para uma região frequentemente chamada de arapopy, dominada pelos Tupã (Manual:61).

Yvypopy é outra região situada entre a terra e o paraiso; lá vivem os avá'eté (tembiguai de "deuses" superiores) entidades ambivalentes encarregadas de "vigiar" a terra e, como tal, capazes de castigar ou ajudar os vivos. Reproduzindo o modelo sagrado de dirigentes e teleguiados, o ava'eté (mburuvixa) deve servir como tembiguai ao teko'aruvixa da mesma forma que Araguyra guasu (grande pássaro do firmamento) serve a Ñañe Ramoĩ e a Ñande Jari, etc. (Manual:60).

É impressionante a variedade de nomes e de peculiaridades locais assumidos pelos "deuses" Guarani, muitos dos quais são normalmente referidos através de termos de parentesco. A religião permite uma relativa liberdade de interpretação doutrinária, já que o Pa'i, o Ñande Ru e outros especialistas desenvolvem suas próprias formulações ao falar sobre a cosmologia e o mundo em que vivem. As diversas interpretações apresentam-se como racionalizações, e os diversos teko como variantes de um mesmo tema.

PSS.403, p. 128/193

Proc n.º FNI 339/86
Fls 600
Rubrica

Os principais mitos podem, como sugere o Manual, ser alinhados em / tres ciclos básicos que correspondem às aventuras de Ñañe Ramoĩ, / (Nosso avô), Ñande Ru (Nosso Pai), Xe Rike'y/Xe Ryvy (meu irmão mais velho e meu irmão mais moço, respectivamente). Estes dois últimos, / Pa'i Kuara e Jacy, são os gêmeos identificados como o sol e a lua, / ou então como seus "donos".

Os Paĩ se consideram descendentes de Pa'i Kuara, enquanto os outros povos seriam descendentes de seus irmãos menores ou de algum irmão de Ñande Ru. Os gêmeos começaram a se manifestar ainda na barriga da mãe que, tendo sido abandonada pelo marido, tenta segui-lo e acaba / sendo devorada pelos jaguareté (onças míticas). A avó dos jaguareté cria os gêmeos que, descobrindo sua verdadeira origem, procuram reavivar a mãe e vingar sua morte, destruindo os jaguareté. Jacy é / mais fraco, e atrapalha diversas iniciativas de Pa'i Kuara.

Os gêmeos ora aparecem como filhos de Ñande Jari (nossa avó), abandonada porque Ñande Ramoĩ suspeitou de adultério, ora aparecem como filhos de Ñande Sy (nossa mãe), abandonada por ter ofendido Ñande / Ru, acusando-o de ter se embriagado numa "farra". Entre os Paĩ a / mulher consegue provar sua inocência, mas entre os Chiripá/Guarani apenas Pa'i Kuara é considerado filho de Ñande Ramoĩ, Jacy tem outro pai (Manual:58).

Estes mitos assinalam dois motivos freqüentes nas brigas entre casais e frizam o papel, a importância do irmão mais velho em relação ao mais novo. Na chefia dos grupos locais organizados como família extensa, por ocasião da morte do velho chefe (pai ou avô), a autoridade cabe ao homem mais velho, caso ele seja digno de apreço. Geralmente o sucessor é algum irmão mais moço do "pai" (do chefe morto), ou então seu filho mais velho.

A morte do líder é a ocasião propícia para a cisão dos grupos lo- / cais, que também pode ocorrer por causa de brigas, conveniências de trabalho, etc.. Idealmente, cada homem almeja e pode se tornar (se for "forte" e tiver muitos descendentes) chefe de um grupo local de

PSS. 403, p. 129/193

Proc n.o FNI 33/79/86
Fls 63
Rubrica

família extensa. Entre os Te'yi não cheguei a ver nenhum caso em que pelo menos dois irmãos já velhos, com netos, vissem no mesmo grupo / local, o que era comum antigamente, quando as famílias extensas eram realmente "extensas", composta por primos paralelos, etc. . .

Assim, na liderança familiar, a ordem de sucessão percorre uma geração de siblings até esgotá-la, para só depois passar ao homem mais velho da geração subseqüente. Este esquema de indiferenciação entre homens colaterais e lineares do mesmo grupo - na verdade importa / quem é mais velho e quem é mais moço - é nitidamente marcado no funcionamento do grupo doméstico, e toda a ênfase cultural concorre no sentido de reforçar o princípio de primazia etária, sobretudo entre indivíduos do mesmo sexo.

Os irmãos mais velhos sempre tomam conta dos menores, e todos mimam o eventual caçula (ipahagué) que, nesse sentido, também é especial. A criança mais velha fica tomando conta da casa e dos irmãos menores quando os pais saem; "dirigidos" pelos pais, "dirigem" os irmãos menores nos afazeres cotidianos. O segundo ou o terceiro filho, na / ordem dos nascimentos, tende a se tornar mais esperto que os outros em relação ao mundo extra-grupo local, pois geralmente é escolhido pelos pais para acompanhá-los nas saidas. O caçula de colo sempre é levado nas incursões extra-locais ou domésticas, e dorme aconchegado aos pais.

Quando existem hóspedes na casa, dependendo evidentemente de quem / são e porque estão lá, a distribuição do trabalho doméstico se modifica. Quando são mulheres sem marido que "param" intermitentemente na casa de parentes, elas naturalmente passam a se encarregar dos / serviços mais pesados, e podem até ser "dirigidas" pela filha mais velha da dona da casa. Nesse caso todos comem a comida do mesmo fogo, mas a hóspede recebe sua porção antes dos filhos da casa. Quando os hóspedes são uma família, mesmo que as provisões e a caça sejam fornecidas pelo dono da casa, costuma-se cozinhar em fogos diferentes.

PSS. 403, p. 130/193

Proc n.º FNI 33/9/96
Fls 64
Rubrica

O fogo usado para aquecer e para iluminar, à noite, só é o mesmo u-ado para cozinhar quando o espaço coberto é pequeno e está chovendo; também é usado para esquentar a água do chimarrão matinal. O fogo / diurno costuma ser feito sob a sombra de árvores mesmo (mas nem sempre) nas casas onde existe uma cobertura tipo varanda, e raramente se extingue. O fogo noturno só se apaga completamente quando a provisão de lenha para a noite (tarefa do marido) é pequena, ou quando está muito calor; volta e meia alguém se levanta para atiçá-lo.

Partilhar a comida preparada no mesmo fogo e compartilhar os "frutos" da mesma roça marca a composição do grupo doméstico, mesmo quando segmentado em duas unidades residenciais (uma casa pertinho da outra). A **repartição** (quem fica com as melhores porções) e a ordem de distribuição da comida (quem são os primeiros e os últimos a serem servidos) são simbolicamente redundantes e assinalam, da mesma forma que a distribuição dos afazeres domesticos e da carga nas viagens, toda uma hierarquia de posições entre pessoas naquele estilo de vida.

Realmente, nessas sociedades ditas igualitárias, pode-se dizer que não é dado a cada qual segundo o seu direito e o seu trabalho, mas a cada quem segundo o seu status. Quando estava em Campestre, só o Capitão servia-se de carne ou era servido do resto antes de mim. / Geralmente só o dono da casa e eu tínhamos direito às melhores porções e podíamos nos servir à vontade; às vezes a dona da casa só / repetia e sevia novamente os outros, desde que não fossem "visitas importantes", quando já estávamos saciados.

Todos os Te'yi presentes recebem uma porção, por menor que seja. Após o chefe do grupo doméstico, a prioridade é dada à visitas que sejam pais, irmãos, cunhados, etc., dos donos da casa. Os homens / gozam de preferência em relação às mulheres; os guaxos são servidos por último, a não ser que tenham sido assumidos e adotados como "caçula". Mesmo quando existe disponibilidade de vasilhas, algumas pessoas são servidas e comem no mesmo prato. Muitas vezes o almoço ou o jantar é "adiado" até que certas visitas se retirem.

PSS. 403, p. 131/193

Proc n.o FNI 33/1976
Fls 65
Rubrica
56.

Ao comer, receber ou visitar, o comportamento dos Te'yi é extremamente formalizado. Quando alguém chega numa casa, mesmo que seja pela quinta vez no mesmo dia, é sempre recebido pelas mesmas palavras (ou melhor, variam com os "tempos" que dividem o dia) e acomodado / em algum lugar; não é quem chega que escolhe onde ficará sentado. / Os bancos são transladados e distribuidos (existem os mais e menos confortáveis) de forma a marcar o "lugar" de cada um.

As famílias só pernoitam ou passam alguns dias "passeando" na casa de parentes. Na casa de certos patrícios não é conveniente nem pedir um pouco d'água durante as caminhadas, caçadas ou viagens. Chamo de viagem até mesmo a mobilização envolvida no pernoite fora, / quando a casa fica vazia (tapera, como são chamadas as casas abanonadas) e pode ser roubada. Nesse caso a família leva mala, carregando tudo que tem ou pelo menos seus bens mais preciosos.

Costuma-se pernoitar nas chichas mais distantes e na casa de parentes que vivem perto de mercados (caso das famílias de Pysyry que / volta e meia aparecem em Campestre); estas "expedições de troca" - vendem remédios do mato, mel, etc., compram provisões, cachaça, roupas, etc. - são também uma oportunidade de "passear" na casa de parentes. Nas caçadas e nas caminhadas, que são feitas para eventuais coletas e pescarias, compras e visitas mais próximas, alguém sempre fica tomando conta da casa, e nem todas as crianças participam.

Caçar não é um privilégio masculino. As caçadas familiares (de dois tipos: o casal com o caçula no colo da mulher e pelo menos um ho- / mem, mulheres e crianças) são mais frequentes que caçadas só de homens, que tendem a se realizar nos fins de semana. Umas poucas mulheres sem marido e outras alternativas de conseguir carne tomam a iniciativa de caçar, acompanhadas de um filho ou filha. A qualquer hora que o caçador retorne, lava imediatamente as mãos e a faca, e passa a destrinchar a presa, atraindo a atenção de todos que estão em volta.

Todos os bichos (inclusive galinhas) são limpos (separados do couro

PSS 403, p. 132/193

Processo FNI 3379/96
Fls 66
Rubrica

37.

ou das penas) e destrinchados da mesma forma (a partir de um primeiro corte no abdomem, de baixo para cima). Nesse processo é possível entender-se, ligando a ação à semantica, o porque do nome de certos órgãos e o interrelacionamento das funções a eles correlatas. Py'a, que tem o sentido de "entranhas", seriam os "miudos" separados das "tripas" (hyé); é tudo aquilo que se desprende junto do interior do corpo e fica separado num "montinho" à parte.

Py'a é coração, fígado, etc; o radical py indica origem, princípio, a é um morfema que significa alma ou sombra. Existe toda uma série de adjetivos (atributos, propriedades) relativos a estados de ânino e à características de personalidade, que são formados com a raiz py'a. Esta via de análise (Turner:1967) é extremamente complexa, mas seria muito profícua entre os Guarani, pois a língua aglutinante promove a associação e reunião de semas que podem levar a entender certos processos de formação de conceitos, etc. . .

As "dádivas" de carne e as "requisições" de alimentos marcam os contornos do grupo local, e assinalam as "prestações" recíprocas entre as diferentes famílias. Sempre que alguém caça mais de um animal, / pelo menos uma das outras famílias recebe um pedaço. Quando a carne é farta (veado, porco do mato, vários quatis, tatus ou macacos) cada uma das outras famílias/casas recebe uma porção.

Por outro lado, quando falta alguma coisa (sobretudo erva mate) as crianças vão pedir na casa dos vizinhos/parentes. Sempre que possível (habitualmente) levam algo em espécie para ser cambiado na hora, fazendo um "pedido" que é quase uma troca obrigatória. Nelas o valor dos ítens transacionados não é a medida padrão de equivalencia; a troca se dá devido ao fato dos agentes estarem anteriormente relacionados, e reitera a relação.

PSS. 403, p. 133/193

Proc n.o FNI/ 337/76
Fls. 67
Rubrica

V - SISTEMA DE PARENTESCO

Na prática, mais do que o grau de parentesco, do fato de determina das pessoas serem classificadas na mesma categoria em relação a outras, o que vale quanto ao comportamento recíproco é a vivência anterior entre essas pessoas, tão bem captadas nos "dramas sociais" de Turner (1957). Mas, já que se destina a ordenar em categorias as relações entre pessoas ligadas e ligáveis através da reprodução, / convém considerar a lógica interna do sistema de parentesco, cujo desdobramento aparece na Figura III.

A maior incidência de casamentos em Campestre ocorre entre pessoas relacionadas da seguinte forma: FZDD-MMBS, mas observei também casamentos entre: ZDD-MMB e FZS-MBD. Procurando coaduná-los com a lógica interna da terminologia de parentesco tradicional, cheguei a

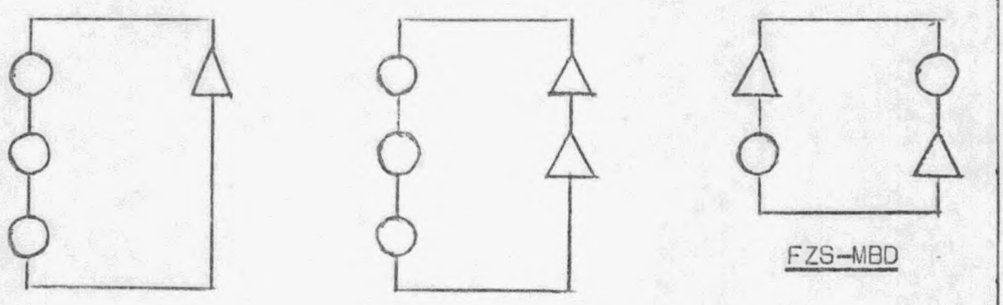


FIGURA II - Casamentos observados em Campestre e Pysyry.

conclusão de que é preciso um mínimo de tres famílias, de tres grupos distintos, para que o sistema possa funcionar. A terminologia / de parentesco e as abreviações usadas para anotá-las estão no Apêndice, pg. 67.

Supondo tres unidades de parentesco análogas, mulheres X casam-se / com homens Y e têm filhos Y (mesma cor do pai, na Figura IV). Mulheres Y casam-se com homens Z, cujos filhos são Z, e mulheres Z casam-se com homens X, tendo filhos X. Se formos considerar o parentesco /

PSS 403, p. 134/193

Proc n.o FNI 33/79/76
fls 68
Rubrica

consanguíneo entre o casal - em qualquer dos casamentos apresentados, que me parecem ser do mesmo tipo segundo o ponto de vista dos Te'yi - ambos possuem o mesmo par de ancestrais comuns.

Os casais FZS-MBD, MMBS-FZDD e MMB-ZDD descendem dos pais do par de siblings que aparecem nos diagramas da Figura II. Tomando linearmente cada pessoa como uma cadeia na reprodução, em IIa o casamento se dá entre o filho da irmã do pai (FZS) e a filha do irmão da mãe, / pessoas que se colocam, enquanto elos, paralelamente aos ancestrais comuns: são seus netos. Já os casamentos IIb e IIc são assimétricos, ou melhor, são assimétricos quando assim representados.

A representação gráfica IIb e IIc ressalta que os casais são reportados aos mesmos antepassados através de elos do mesmo sexo, mas / não através de elos paralelos. Em IIb a mulher aparece como o terceiro elo numa escala de reprodução via mulheres, e o homem como segundo elo, considerando-se a linha masculina; a mulher seria bisneta (DDD) e o homem neto (SS) do mesmo casal. Em IIc, o homem é o primeiro elo e a mulher o terceiro, ou seja, o marido de Ego feminino é irmão (real nesse caso, mas classificatório no caso observado) de sua avó materna.

Na realidade não existem apenas tres grupos trocando mulheres, embora mesmo nas minhas genealogias, incompletas e com pouca profundidade, observe-se uma tendência muito maior de casamentos entre pessoas que poderiam ser consideradas parentes consanguíneos (os casos apresentados) do que com Te'yi estranhos. Ainda não consegui captar a / distinção feita pelos Te'yi entre "parentes" e "patrícios" (que podem ou não ser "estranhos") que me parece importante, pois em certos casos coincide com uma "diluição" de laços (relações) que impediriam o casamento, tornando possível, através de uma nova aliança a reaproximação entre dois grupos.

Verificando quais os elos "invisíveis", ou seja, quais os maridos e mulheres que faltam às mães e pais considerados na Figura II (enquanto modelo) todos os casamentos entre FZDD-MMBD e ZDD-MMB são casa-

PSS. 403, p. 135/193
Proc n.o FNI 339/76
Fls 69
60

mentos entre pessoas também classificáveis como MMD-FZS desde que / os parentes que não aparecem nos diagramas (os elementos "invisí- / veis") fossem considerados. Dessa forma a defasagem, o não paralelismo geracional entre casais fica camuflado, inclusive porque a idade real entre pessoas assim "defasadas" geracionalmente não é necessáriamente grande.

Cheguei a conclusão de que uma representação circular seria mais conveniente para apresentar as trocas matrimoniais desencadeadas num / tal sistema. A Figura III não é o modelo mais simples, mas foi a melhor representação gráfica simétrica que construi para dar conta de

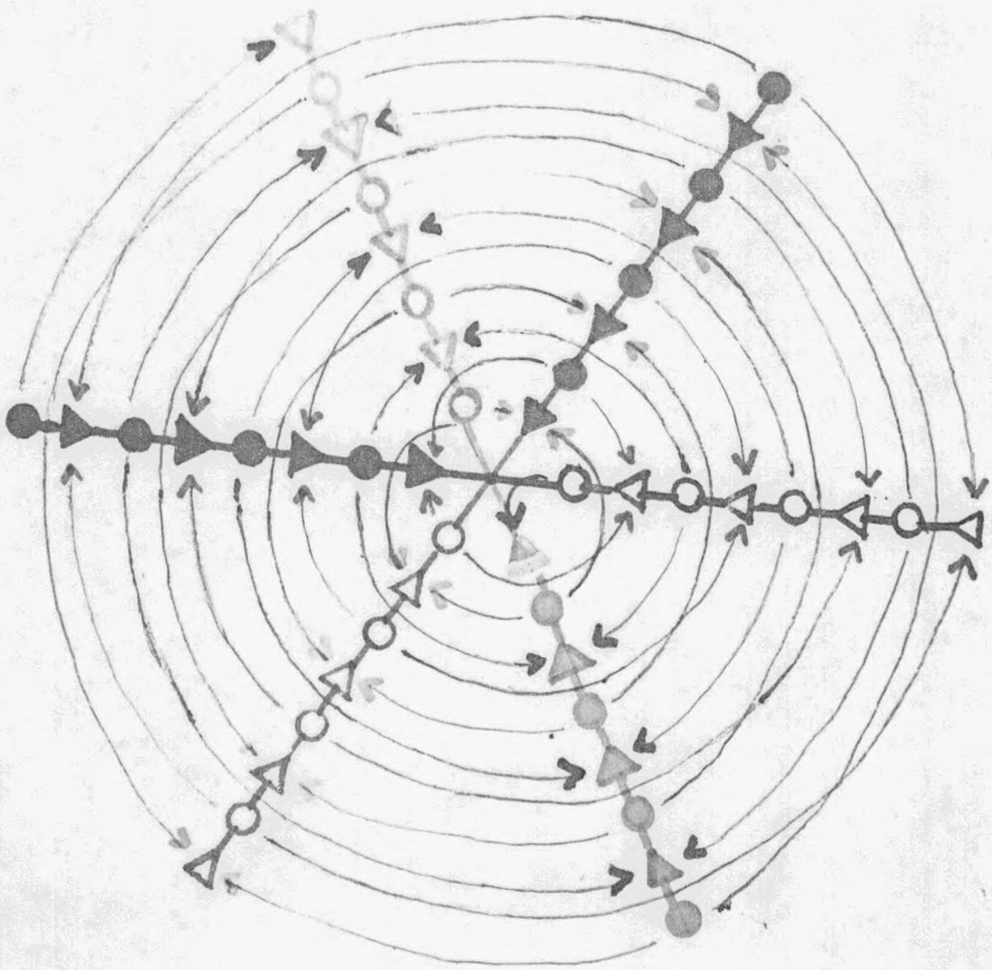


FIGURA III - Modelo das trocas matrimoniais Te'yi. Cada cor representa uma família , um grupo de descendencia subdividido em dois (figuras claras e cheias). Estão representados / os seguintes casamentos: FZDD-MMBS, ZDD-MMB, MBD-FZS.

PSS.403, p.136/193
Proc n.º FNI 339/96
Fls 70
Rubrica

todos os casamentos considerados "próprios", do uso da terminologia e da distribuição de pessoas por grupo local. O diagrama é, por assim dizer, plurivalente, pois pode ser visto como tres grupos (cada cor representa um grupo ou um segmento local, já que a residencia / tende a ser patrilocal) entre os quais circulam mulheres, ou como / seis grupos, diferenciados a partir do centro, ponto em que se sobrepõem. Apresenta também a possibilidade de mais de um casamento para o mesmo Ego, o que também pode ser visto como dois casamentos de / / dois egos paralelos (dois irmãos reais ou primos paralelos).

As setas de mesma cor que saem das mulheres indicam os maridos e o grupo local a que pertencem, a residência da mulher casada. Como os filhos costumam nascer em meio aos familiares do marido e (teoricamente) só a mulher muda de lugar com o casamento, os filhos de qualquer mulher, de qualquer ego feminino do diagrama, estão situados / imediatamente abaixo (a partir do centro) do homem que for seu marido (ligado à mulher através da seta).

Em relação a cada uma das linhas de descendência ou grupos locais - cada cor representa um grupo de descendência, mas se quisermos observar, ao invés de apenas tres, qualquer quantidade de grupos entre tres e seis, basta distinguir entre as linhas de mesma cor com figuras cheias e as outras, com os sinais que indicam o homem e a / mulher em claro - homens e mulheres se intercalam de tal forma que um par de irmãos de sexo oposto sucede a outro, computando-se a / / descendência através de homens.

Sempre que quisermos procurar os filhos de uma mulher, basta seguir a seta e ver o casal de irmãos situados imediatamente abaixo do seu marido. Assim, considerando-se cada ego masculino, toda mulher situada imediatamente acima é irmã (xe reindy), e o homem acima da irmã é pai (xe ru); toda mulher imediatamente abaixo é filha (xe rajy) e o homem que se segue é filho (xe ray)

Da perspectiva de ego feminino, todo homem que se situa imediatamente acima é pai (xe ru) e a mulher acima do pai é irmã do pai (xe /

PSS.403, p.137/193

jaixé, sendo que o homem que os prescede é avô (xe ramoĩ). O homem abaixo de ego feminino é irmão (xe kyvy), e em seguida estão os sobrinhos (xe pẽ), respectivamente a filha e o filho do irmão. O termo usado pela mulher em relação ao BS e à BD não os distingue pelo sexo.

Quando duas setas partem da mesma mulher ou chegam no mesmo homem, estou considerando dois casamentos subseqüentes do mesmo ego ou então considerando cada "bolinha" e "triangulo" como símbolo de irmãos reais ou primos paralelos do mesmo sexo. Dessa forma aparece claramente a possibilidade de duas mulheres categoricamente "iguais" (representadas pela mesma "bolinha", ou pela "bolinha" que se situa em posição análoga, considerando-se a diferenciação entre "bolinhas" / (ou "triangulos") claras e coloridas) virem a se casar com homens que sejam pais e filhos reais ou classificatórios.

Atualmente muitos termos de parentesco usados para tratamento e referencia pelos Te'yi que conheço são neologismos advindos do portugues/espanhol(tio(a), avô(ó), sobrinho(a), e até pai e mãe quando / "chamados" pelos filhos) que adquiriram uma sonoridade muito característica do idioma Guarani. Às vezes são usados com o sentido estrito e correto segundo a nossa terminologia, e às vezes se equiparam à categoria Guarani "traduzida" pelo termo de origem latina. Algumas abrangem indivíduos diferentes quanto à consangüineidade, que seriam designados por nós através de palavras que já nada têm a ver com o termo de origem portuguesa ou espanhola usado para traduzir a categoria de parentesco Guarani (Te'yi).

Este é o caso de xe tuty (tio) e seus recíprocos, xe atipé e xe ri'y (sobrinha e sobrinho, respectivamente), formas de tratamento que praticamente cairam em desuso em Campestre e seus arredores. Xe tuty é a expressão proferida por homens e mulheres para designar o irmão - real ou classificatório - da mãe. Sendo assim, e de acordo com a nomeclatura de parentesco apresentada pelo Manual (1975:52,53), temos:

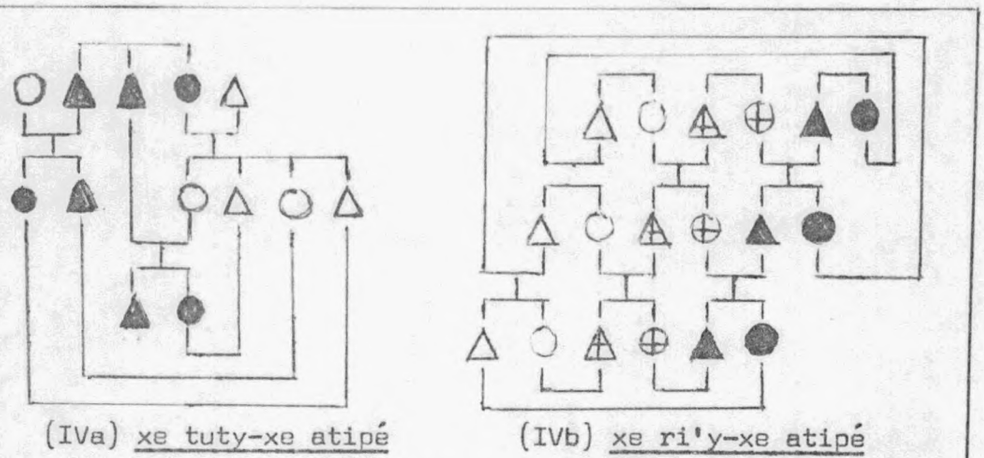
xe tuty: MB, MMZS

PSS.403, p. 138/193
Proc n.o FNM 339/86

xe atipé: FZD, FZSD, FZDD, MBD, MBSD, MBDD, ZD;
xe ri'y: FZS, FZSS, FZDS, MBS, MBSS, MBDS, ZS.

Entre os antigos Tupi-Guarani o irmão da mãe era chamado de xe tutyra, e tratava os filhos da irmã (os atuais xe ri'y) pelo mesmo termo. O casamento ocorria entre homens e mulheres (todos?) classificados respectivamente como xe tutyra e xe jatipé, ou seja, MB-ZS e/ou MBS-FZD. Se estes casamentos ocorressem apenas entre estas categorias de parentes, seriam necessários apenas dois grupos distintos / para o sistema funcionar: as mulheres que entram (esposas) vêem do mesmo lugar/grupo (os antigos tevy) para onde vão as mulheres que / saem (filhas e irmãs).

Em termos de modelo (Figura IV), a reincidência sucessiva de casamentos MB-ZD faz com que a neta (DD) de Ego feminino seja simultâneamente sua sobrinha (BD) e através do casamento torne-se sua nora (SW). Entre os Te'yi não se pratica o casamento com o tio materno (MB) real ou classificatório; o casamento ocorre entre pessoas classificadas como xe ri'y e xe atipé, mas não indiscriminadamente. Xe ri'y é desposável desde que não seja filho de xe tuty (MB), enquanto xe atipé não pode ser filha de xe jaixé (FZ), condições que exigem no mínimo tres grupos envolvidos nas trocas matrimoniais.



(IVa) xe tuty-xe atipé (IVb) xe ri'y-xe atipé

FIGURA IV - Algumas possibilidades de casamento quando existem duas (IVa) e tres (IVb) unidades de troca diferenciadas.

PSS.403, p.139/193
Proc. n.o FNI 339/86
Fls. 73
Rubrica

Já disse que os casamentos mais freqüentes ocorrem entre os parentes FZDD-MMBD; nesse caso a mulher chama o sogro de avô e a sogra de avó (mas não em todas as instâncias) e diz-se que "a neta vira nora". Grande parte dos casamentos ocorre entre pessoas que se conhecem desde criança, mas uma de minhas dúvidas é se o fato de terem vivido no mesmo grupo local, de terem sido "criados" junto afeta ou não a possibilidade teórica de casamento, já que em Campestre muitos xe ri'y e xe atipé são referidos como "irmãos".

O Cap. Alziro refere-se ao grupo de Campestre como "minha criançada" (xe ñemoña), e de fato ele é pai, avô ou tio de todos, e diz / que seus sobrinhos (ZS) são "irmãos" de seus filhos legítimos. Como entre os Guarani a ideologia do parentesco fornece as principais / coordenadas para a organização política, creio que esta é a perspectiva de qualquer chefe de grupo local - sua autoridade é a autoridade de um pai, e todos devem se comportar como se fossem irmãos.

A rigidez do modelo (Figura III) não prevê que os filhos da tia materna e do tio paterno possam ser criados juntos, no mesmo grupo local. Para isso é necessário que o sogro "retenha" o genro (e a filha) junto de si, o que é relativamente freqüente, ou que a mulher com filhos, enviuvada ou separada, vá viver com o pai ou com algum irmão, o que é ainda mais frequente. Isto também pode acontecer / quando dois cunhados (WB e SH) constituem um grupo local.

A relação entre cunhados (xe tovajá - xe rovajá) é extremamente importante na vida social dos homens. Tovajá parece ser um termo que se aplica só em relação a homens; é usado por ego masculino em relação ao marido da irmã e ao irmão da mulher, e por ego feminino em relação ao marido da irmã (classificatórias inclusive). Não existe nenhuma palavra para ego masculino dirigir-se à mulher do irmão, a não ser que seja também tovajá, que nesse caso seria aplicável também à mulheres.

Quando vem gente de Pysyry vender ou comprar coisas em Campestre ou Antonio João, "param" para comer ou pernoitar na casa dos tovajá, a-

PSS. 403, p-140/193
3379/86
65.

tipé ou ri'y. Quando alguém promove uma chicha com mutirão, para o mutirão são convidados os filhos que vivem longe, os sobrinhos, os tovajakuera e suas famílias. Quando dois cunhados vivem no mesmo local e um deles encabeça o grupo local, nos tres casos que verifiquei o "principal" era o ZH.

Quando dois irmãos se casam com duas irmãs, é evidente que o tratamento prévio que existia entre eles não muda; os homens entre si continuam sendo xe rikey (meu irmão mais velho) e xe rivy (meu irmão / mais moço), e as mulheres continuam sendo xe ryké (irmã mais velha) e xe kypy'y (irmã mais moça), já que entre irmãos reais e classificatórios do mesmo sexo a terminologia assinala a prioridade de nascimentos.

Em relação ao sexo oposto, a ordem dos nascimentos já não é ressaltada pela terminologia; ego feminino chama seus irmãos de xe kyvy, e o homem trata suas irmãs de xe reindy. Em relação ao comportamento, entretanto, os mais velhos sempre se distinguem dos mais moços. Entre os Kaiwá de Taquapiri Virginia Watson (1954) anotou termos / que diferenciam os irmãos de sexo oposto entre mais velhos e mais / moços. Em Campestre as expressões guasu e mirí são usadas, respectivamente, para distinguir o tio e a tia mais velha e o tio e a tia caçula (tiô guasu, tiô mirí; tiá guasu, tiá mirĩ).

Segundo Lemos Barbosa (19), entre os Tupinambá os filhos do irmão do pai de Ego que fossem mais moços que Ego também seriam chamados de "irmão mais moço", ao invés do equivalente a xe ru (meu pai) em Tupinambá. Os filhos de irmãos de Ego que fossem mais velhos que Ego eram chamados de "irmão mais velho", ao invés de xe ray (meu filho), o mesmo a ontecendo em relação a mulheres. Aqui a ordem dos / nascimentos entre indivíduos do mesmo sexo e da mesma linha de descendência chega a ser mais importante que a própria consangüineidade linear e colateral que categoriza as pessoas em classes (gera- / ções paralelas e sucessivas de avós, pais e irmãos com seus pares / recíprocos, netos, filhos e irmãos.

PSS-403, p. 141/193

Proc n.o FNI/ 337/86
Fls. 75
Rubrica

Entre os Te'yi o imiscruir-se de gerações fica patente nas trocas matrimoniais. De certa forma todos os homens da mesma família (B, BS, S, SS, F, FB, FBS, FF, FFB, etc.) são iguais porque podem se casar - teórica e hipotéticamente - com a mesma mulher ou com qualquer mulher do mesmo grupo. O recíproco é verdadeiro, pois entre mulheres "iguais" no sentido de pertencerem à mesma família (Z, FZ, FFZ, BD, FBD e FFBD?), qualquer homem com que uma delas possa se casar também seria desposável por qualquer outra, pelo menos de acordo com o conhecimento que tenho até agora das regras de casamento, que também podem aparecer combinadas com outros princípios de classificação, / tais como nomes, amizade formal, etc.

Coloquei uma interrogação ao lado daquela que, sendo FFBD se enquadraria na categoria jaixé, não fosse a diluição de parentesco que acaba por ocorrer entre parentes paralelos. Quando a residência é patrilocal, os "irmãos" (primos paralelos) permanecem teoricamente juntos, ao passo que os filhos de duas irmãs reais (já que a possibilidade de escolha não é única, como no modelo que apresenta a troca / entre tres unidades matrimoniais) iriam nascer e pertencer a diferentes locais/famílias.

Supondo que estes locais sejam dois tekoha diferentes e relativamente distantes, o contato entre as duas irmãs/mães viria a escassear. Interessa-me saber em que momento (ou a partir de quantas cadeias / de reprodução) o parentesco de "irmãos" semi-estranhos se dilui ao ponto de permitir uma nova aliança entre estes grupos, tal como se fossem famílias "estranhas", situação em que tanto faz dar como receber mulheres. Este problema está ligado à ideologia de descendencia e às normas de residência que levam, não sei exatamente como, / à uma diferenciação entre os primos paralelos patrilaterais e matrilaterais.

PSS.403/p.142/193

Proc n.o FNI/ 33/76
Fls 76
Rubrica

APÊNDICE

Uso de termos recíprocos: na família de origem

Termos usados por homens		Termos usados para designar homens
xe ryke'y	△ ⟷ △	xe ryvy
xe reindy	△ ⟷ ○	xe kyvy
xe ru	△ ⟷ △	xe ray
xe sy	△ ⟷ ○	xe membykuimba'e
xe jaixé	△ ⟷ ○	xe pẽ
xe tuty	△ ⟷ △	xe ri'y
xe ramoĩ	△ ⟷ △	xe remiariró
xe jari	△ ⟷ ○	xe remiariró
xe tuvy	△ ⟷ △	xe ray
xe sy'y	△ ⟷ ○	xe membykuimba'e

Termos usados por mulheres		Termos usados para designar mulheres
xe riké	○ ⟷ △	xe kypy'y
xe kyvy	○ ⟷ ○	xe reindy
xe ru	○ ⟷ △	xe rajy
xe sy	○ ⟷ ○	xe membykuña
xe jaixé	○ ⟷ ○	xe pẽ
xe tyty	○ ⟷ △	xe atipé
xe ramoĩ	○ ⟷ △	xe remiariró
xe jary	○ ⟷ ○	xe remiariró
xe tuvy	○ ⟷ △	xe rajy
xe sy'y	○ ⟷ ○	xe membykuña

PSS 403, p. 143/193
Prot n.o FNI 33/9/86
Fls 77
Rubrica

Uso de termos recíprocos: na <u>família de procriação</u>

Termos usados por homens		Termos usados para designar homens
xe rembirekó	△ ↔ ○	xe mena
xe rovajá	△ ↔ △	xe rovajá
xe ratyu	△ ↔ △	xe rajyme
xe raixó	△ ↔ ○	xe peũ, xe kuaĩ
xe guaxã	△ ↔ ○	xe menduvy

Termos usados por mulheres		Termos usados para designar mulheres
xe mena	○ ↔ △	xe rembirekó
xe rovajá	○ ↔ △	xe (?)
xe ukey	○ ↔ ○	xe ukey
xe menduvy	○ ↔ △	xe guaxã
xe peũ, kuaĩ	↔ △	xe raixõ
xe mesy	○ ↔ ○	xe guaxã

PSS. 403 - fls. 144/193
Proc n.o FNI 3379/86
Fls 78

B I B L I O G R A F I A

CADOGAN, León
1962 - "Aporte a la etnografia de los Guaraní del Amambái, Alto Ipané", Revista de Antropologia, v.10, nº 1 e 2. São Paulo.

CLASTRES, Pierre
1973 - "Démographie Amérindienne", L'Homme, v.13, nº 1 e 2, jan.-juin, Paris.

COHEN, Abner
1974 - Two-dimensional Man. Routledge & Kegan Paul. London.

EDELWEISS, Frederico
1947 - Tupis e Guaranis: estudos de etnonímia e linguística. Secretaria de Educação. Salvador.

EVANS-PRITCHAR
1940 - The Nuer. Clarendon Press. Oxford.

FERNANDES, Florestan
19 - A organização social dos Tupinambá. Bib. Pioneira. São Paulo.

LEMOS BARBOSA, A.
1956 - Curso de Tupi Antigo. Liv. São José. Rio.

MÉTRAUX, Alfred
1928a - La civilisation matérielle des tribus tupi-guaraní. Lib. Gouthier. Paris.
1928b - La réligion des Tupinamba. Lib. E. Leroux. Paris.

PROJETO PAÎ-TAVYTERÃ
1975 - Manual de Trabalho. Pedro Juan Caballero.

SAMANIEGO, Marcial
1968 - "Textos míticos guaraníes", Suplemento Antropológico, v.3, Asuncion.

SCHADEN, Egon
1947 - "Fragmentos de mitologia Kayuá", Revista do Museu Paulista, NS, v.1. São Paulo.
1963 - "Desenhos de índios Kayová-Guaraní", Revista do Museu Paulista, NS, v.11. São Paulo.
1969 - Aculturação Indígena. Bib. Pioneira. São Paulo.
1974 - Aspectos fundamentais da cultura guaraní. E.P.U. - EDUSP. São Paulo.

TAYLOR, John e Audrey
1966 - "Nove contos contados pelos Kaiwá e Guaraní", Revista de Antropologia, v.14. São Paulo.

PSS.403, fl. 145/193
Proc. nº FNI/ 33 1986
79

TURNER, Victor

1957 - Schism and continuity in an African Society. The University of Manchester Press.

1968 - The Forest of Symbols. Cornell Press.

1969 - "Mukanda: The Politics of a Non-political Ritual", in Swartz, Marc (ed.) Local-level Politics. The University of London Press.

VIERTLER, Renate B.

1972 - As aldeias Bororo: Alguns aspectos de sua organização social. Tese de doutoramento não publicada. USP.

WATSON, James

1945 - "Historic influences and change in the economy of a southern Mato Grosso tribe", Acta Americana, v.3. Mexico.

1952 - "Cayuá culture change: a study in acculturation and methodology", American Anthropologist, v.54, nº Memoir nº 73.

WATSON, Virginia

1944 - "Notas sobre o sistema de parentesco dos índios cayuá", Sociologia, v.6. São Paulo.

PSS.403, p. 146/193

Proc. no Ptri 339/86
Fls. 80

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
FUNAI

Ao chefe:

A continuação da pesquisa é de grande interesse uma vez que a antropóloga está trabalhando com índios desaldeiados que não contam com a assistência da FUNAI.

A pesquisa servirá de base para um posterior trabalho da FUNAI junto a estes índios ou famílias indígenas dispersas ou privadas de terceiros ou da região de Campestre, em Mato Grosso.

D.F.P. 28.11.77

La Rogedo

Sr. Diretor

De acordo. Após expedida a autorização, solicito encaminhar à DDC e ASPLAN para conhecimento e possível auxílio na elaboração de projeto Fundação Nacional do Índio os Guarani.

Departamento Geral de Assuntos Comunitário

28/11/77

Chefe da Divisão de Estudos e Pesquisas

PSS. 403, p. 147/193

Proc. da FNI 337/77
Fls. 01
Rubrica

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
FUNAI

Preliminarmente, encaminhe-se ao Ilmo.Senhor Chefe da ASI, solicitando conhecimento.

Em, 02/dez./77

MINTER - Fundação Nacional do Índio
Deptº. Geral de Planejamento Comunitário

José Alves de Melo
Diretor

Nada autorizo a encerrar solicitada.

Em, 05.12.77

Ismarth de Araújo Oliveira
Presidente da FUNAI

Cumpra.

Roteira-se ao DGPC.

05/12/77.

João Bezerra de Mello
Asse Ch da ASI/FUNAI

À DEP para conhecimento.

DGPC, 06-12-77

MINTER - Fundação Nacional do Índio
Deptº. Geral de Planejamento Comunitário

José Alves de Melo
Diretor

Dra. Chefe:

Solicitamos encaminhamento de minuta de carta em anexo, e posterior encaminhamento à ODE e ASPLAN para conhecimento do relatório.

DEP 7.12.77

Ilegível

Sr. Diretor

De acordo.

7/12/77

Fundação Nacional do Índio
Departamento Geral de Planejamento Cumunitário

Delvair Montagner Melatti
Chefe da Divisão de Estudos e Pesquisas

De ordem, encaminhe-se ao Setor de Documentação, solicitando arquivamento.

Em 30/dezembro/77

MINTER - Fundação Nacional do Índio
Departamento Geral de Planejamento Comunitário

RAIMUNDO JOSÉ DE SOUSA LOBES
Chefe da Secretaria do DGPC

Ciente:

02.01.78

PSS.403, p. 149/193

TELEGRAMA

MINISTÉRIO DO INTERIOR

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

Proc n.o FNI/ 337/76

Fls. 88 - x -

Rubrica

CARIMBO DA ESTAÇÃO

Preâmbulo

Espécie: OFICIAL | Número | Data Hora

Origem | Palavras | Via a seguir

INDICAÇÕES DE SERVIÇO TAXADAS

HORA DA TRANSMISSÃO

INICIAIS DO OPERADOR

Endereço

ANTROPOLOGA LILIA MARIA BITENCOURT G.VALE
RUA ASSIS BRASIL VG 96 APtº 501
RIO DE JANEIRO

TEXTO A TRANSMITIR

N.º 711 /DGPC DE 30 — 12 — 77 —— CUMPRIMENTANDO VOSSORIA INFORMO SUA CARTA DATADA QUINZE NOVEMBRO CORRENTE ANO ////////. RENOVANDO PEDIDO PARA INGRESSO AREA INDIOS GUARANI //// SUBGRUPO KAYOVAH VG FOI INDEFERIDO PT SDS JOSEH ALVES MELO DIRETOR DGPC/FUNAI ////////////////////////////////////

RJSL/mk

Assinatura ou rubrica do expedidor

Nome e cargo do Expedidor fechando o texto. Escrever separando as palavras com 2 espaços.

PSS.403, p. 150/193 Fls. 83

Ilmo. Sr. Gal. Ismarth de Araujo Oliveira
D.D. Presidente da Fundação Nacional do Índio
Brasília - D.F.
Rio de Janeiro, 10/3/78

Senhor Presidente

Venho cumprimentá-lo e pedir sua atenção para alguns problemas, relacionados à minha pessoa, que urgem ser esclarecidos e/ou resolvidos.

Na mesma semana em que recebi o seguinte telegrama: NR 411/DGPC DE 30/12/77 CUMPRIMENTO VOSSORIA INFORMO SUA CARTA DATADA QUINZE NOVEMBRO CORRENTE ANO RENOVA(N)DO PEDIDO PARA INGRESSO AREA INDIOS GUARANI SUBGRUPO KAYOVAH VG FOI INDEFERIDO PT SDS JOSE ALVES MELO DIRETOR DGPC/FUNAI, verifiquei também a existência, nos arquivos de um Regimento de Cavalaria da 9ª RM sediado em Campo Grande, de um documento que proibe minha entrada em território indígena desde julho de 1976, fato que nunca me foi comunicado oficialmente.

Não cheguei a ler o documento, de forma que não sei sua exata procedência, e muito menos sua fundamentação. Esta ordem, entretanto, só pode ter sido desencadeada a partir de acontecimentos que tiveram lugar quando de minha estada entre os Paĩ/Kayová da fronteira Mato Grosso/Paraguai, / no primeiro semestre de 1976.

No dia 4/6/76, pela manhã, fui detida na Colonia Agrícola Municipal de Damakuê (cerca de 200 regionais e 3 unidades familiares Kayová), Município de Bela Vista, MT, por membros da segurança do 10º Batalhão de Cavalaria da 9ª RM, sitiado na cidade de Bela Vista, sob "suspeita" e para "averiguações", como laconicamente me comunicaram. Imagino que nada tenha sido averiguado que justificasse as suspeitas que nunca se deram ao trabalho de me informar, pois fui liberada e reconduzida à Damakuê na mesma noite, após passar um dia lamentável.

Sei que nessa data consultaram a FUNAI a respeito de meu trabalho, e que o assunto continuou em pauta nesta Fundação, pois possuo uma cópia do seguinte rádio endereçado à 9ª DR: Nº 243/DGPC DE 08-06-76 INFORMAMOS QUE EH DE NOS-

FUNAI - SEC/GAB
N
EM 14-3-78

PSS.403, p-151/193 Fls.84

SO CONHECIMENTO AH PRESENÇA DA ANTROPOLOGA LILIAN VG NOS PAI-TRANYTERAN VG PARA CONCLUIR POR SUA CONTA O TRABALHO INICIADO QUANDO CONTRATADA PELA FUNAI PT SDS DIR DGPC.

Este rádio me foi entregue em 16/6/76 pelo então Delegado da 9ª DR, Dr. Gerson Alves da Silva, para legitimar de alguma forma minha presença entre os índios Paĩ/Kayová de fazendas e pequenos povoados rurais, caso voltasse a ser abordada por órgãos de segurança. Mas, sentindo-me bastante / nervosa, acabei voltando para São Paulo alguns dias depois, / sem ter concluido o levantamento que estava fazendo, trabalho este que ainda preciso realizar.

A decisão de proibir minha entrada em território indígena é, portanto, posterior à minha estada em campo e, a meu ver, só pode estar ligada a informações mal interpretadas ou erroneas que eventualmente tenham chegado à fundação / que o Senhor encabeça. Assim, a série de fatos que estou relatando tem por objetivo fazer com que tal medida seja reconsiderada.

É preciso esclarecer, Senhor Presidente, ter / sido já a segunda vez que fui detida por órgãos de segurança daquela faixa de fronteira, onde existe muito contrabando. Em 1974, quando estava pela primeira vez em Campestre, nucleo indígena sobre o qual informei esta fundação em relatório datado de 3/11/74, fui detida por dois policiais da Delegacia de Antonio João, Município onde se situa Campestre, vila rural / onde um índio, o Cap. Alziro, possuia menos de 1 ha. de terra e liderava uma pequena comunidade.

No dia seguinte, 12/2/74, o Delegado Tito conduziu-me ao quartel de Ponta Porã onde, depois de esperar cerca de duas horas, fui liberada por um Capitão que disse ter / sido um engano e que, para evitar ocorrências desse tipo, seria interessante eu me reportar às autoridades regionais competentes sempre que voltasse, pois eu lhe disse que provavelmente continuaria a estudar os Paĩ-Kayová.

Em fins de 1973 fora convidada, juntamente com um colega de faculdade, Rubens de Almeida, para conhecer o trabalho de desenvolvimento comunitário que vinha sendo realizadO pelo Projeto Paĩ-Tavyterã no Paraguai. Acabara de concluir o / Curso de Ciências Sociais da FFLCHUSP e necessitava definir o projeto de pesquisa em que me engajaria como estudante de An-

PSS 403, p. 152/193 Fls. 85

tropologia. Visitei algumas comunidades paraguaias e resolvi então iniciar uma pesquisa de carater experimental em Campestre, no lado brasileiro.

Este trabalho, que venho desenvolvendo intermitentemente, configurou-se melhor com os dados recolhidos no P.I. Dourados em julho de 1975 quando, contratada juntamente com a antropóloga Márcia Serra Ribeiro pela FUNAI, realizei / um levantamento sobre as condições socio-econômicas da população, que seria base para um projeto de desenvolvimento das comunidades indígenas desse posto. Necessito terminá-lo, mas o fato de não ter acesso às áreas Kayová em condições de segurança pessoal é um grande obstáculo.

Em 1974, da mesma forma que em 1976 quando finalmente voltei àquela zona, todos os meus papéis - diários e anotações de campo, correspondencia pessoal, livros, etc. - / foram apreendidos e examinados, as casas das famílias indígenas que me hospedavam foram cuidadosamente revistadas e os índios foram interrogados, nada tendo sido verificado que desabonasse meu trabalho.

Nas duas vezes, depois de solta, fiquei sabendo através da população local, curiosa e solidária, que houveram denuncias e que corriam diversas estórias a meu respeito. Em 1974, em Campestre, na mais exótica dessas estórias eu teria matado o marido e fugido para a fronteira; na versão mais acatada eu estaria lá para procurar "enterro", moedas de ouro enterradas ou perdidas durante a Guerra do Paraguai.

Semelhantes boatos chegaram rapidamente até / ao quartel de Bela Vista, pois em 16/2/74 fui procurada, também para "averiguações", por uma patrulha do 10º Batalhão de Cavalaria. Mostrei meus documentos e informei que já fora presa quatro dias antes, tendo ficado tudo esclarecido. Fizeram algumas perguntas e foram confirmar minhas declarações com o Delegado Tito, como fiquei sabendo posteriormente.

Um antropólogo leva muito a sério tais estórias, Senhor Presidente, não só pelos conteudos e formas que destacam, mas também pelo processo de contágio, pois o circuito de espalhamento de notícias ou boatos é pleno de significado sociológico. Nas sociedades onde predominam as relações face à face, como no caso dos Paĩ/Kayová e da propria sociedade

PSS.403, p. 153/193 Fls. 86

rural brasileira, é indispensável conhecer a estrutura desse sistema de comunicações. Nesse sentido os dois incidentes em que me vi envolvida foram bastante ricos de informação.

Em 1976 corria que eu era professora dos índios, mas as denuncias, feitas por dois moradores de Damakuê que acompanhavam os tres militares à paisana na hora da prisão, eram, segundo uns, de contrabando (carros? ou toxicos?) e, segundo outros, de subversão. As circunstancias foram alarmantes, porque eu já era suficientemente bem conhecida pelas autoridades regionais para que houvesse possibilidade de "engano", como da vez anterior.

Devido às "recomendações" que recebera em // 1974, a primeira coisa que fiz ao voltar, no dia 13/4/76 // foi passar na Delegacia de Antonio João, avisando que pretendia ficar quatro meses entre os índios, dos dois lados da fronteira. Uma semana depois fui, conforme me aconselhara o Delegado Tito, fazer o mesmo no quartel de Bela Vista, onde o Oficial de Dia ouviu minha estória, tomou nota de meus documentos e endereço, e disse que eu poderia ficar tranquila.

Depois disso voltei expontaneamente mais // duas vezes àquele quartel. Primeiro para levar um índio doente à enfermaria, e depois para consultar os arquivos a respeito de acontecimentos relacionados aos índios. Nessa ocasião eu estava voltando para Campestre via Bela Vista, pois precisava passar na Prefeitura para pegar um mapa; no dia anterior, 27/5/76, tivera uma entrevista com o Delegado da --- FUNAI em Campo Grande.

Passei toda a manhã pesquisando na biblioteca do quartel e, quando voltei depois do almoço fui chamada pelo Cap. Barseli, o mesmo que me prendeu poucos dias depois em Damakuê, para o que me pareceu inicialmente uma conversa informal mas logo se transformou num verdadeiro interrogatório. Ele estava informado a respeito da presença de estranhos entre os índios, queria saber detalhadamente todos os meus / passos, fez várias perguntas sobre as duas ocasiões (17/4 e 24/4/76) em que eu atravessara a fronteira com os índios para ir a festas em Pysyry, e insistia em dizer que os guarani fumavam e plantavam maconha, o que não é do meu conhecimento, e vai de encontro a toda a literatura etnografica existente, que o aconselhei a consultar.

PSS.403, p.154/193 Fls. 87

Saí de lá bastante irritada mas, como minha situação era perfeitamente legal e todas as respostas que dera / poderiam ser facilmente comprovadas, sem ver motivos para maiores preocupações até o dia 4/6. O que houve então, a meu ver, foi um uso pouco humano e econômico, em termos de racionalidade, de força policial, pois teria sido incomparavelmente mais simples entrar em contato com a FUNAI ou investigar devidamente minha atuação na área antes de me prender.

Pysyry, atualmente Colonia Nacional, é a comunidade Paí mais próxima e estreitamente vinculada à Campestre. Como não existe condução ou estrada, normalmente se vai a pé, pelo mato, e eu não vejo porque o Cap. Barseli estranhou tanto estes meus passos... Cheguei a permanecer 10 dias lá em / 1974 e 5 dias agora, em janeiro de 1978; em 1976, porém, só / tive oportunidade de ir lá para participar de duas chichas para as quais fora convidada, e que já mencionei.

No mes de maio missionários evangélicos também estiveram em Campestre e foram a Pysyry. Soube também, através do Dr. Hans Wicker, coordenador do Projeto Paí-Tavyterã, que alguns brasileiros haviam tentado contratar índios de Pysyry para trabalhar na Amazonia. Transmiti esta informação ao Delegado da 9ª DR, pois pensei que poderiam tentar fazer o mesmo do lado brasileiro.

Devo dizer ainda que, ao me soltar na noite de 4/6/76, o Cap. Barseli avisou que eu precisava me apresentar à 9ª DR e que, se futuramente pretendesse voltar àquela área, deveria me reportar primeiramente ao Serviço de Relações Públicas da 9ª RM para conseguir um aval. Com esta intenção segui para Campo Grande em fins de dezembro de 1977, enquanto aguardava um comunicado oficial da FUNAI em resposta à minha carta de 15 de novembro.

Em Campo Grande fiquei sabendo, depois de algumas instâncias e através do Ten. Cel. Marcant, ligado à segurança (não sei exatamente sua função nem a sigla do quartel em que trabalha), que como brasileira possuidora de documentos e livre poderia ir ou ficar onde bem entendesse, e que o Exército não tinha nada a ver com os meus movimentos. No entanto ele deixou bem claro que para trabalhar em condições de segurança eu precisaria ter uma autorização da FUNAI.

PSS.403, p.155/193 Flo.88

Como brasileira, documentada e livre, tenho também o direito de trabalhar, e escolhi atividades ligadas à pesquisa. Atualmente sou professora de Antropologia no Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, mas continuo vinculada ao Curso de Pós-graduação em Antropologia da Universidade de São Paulo, onde minha orientadora é a Profa. Dra. Lux B. Vidal.

A Dra. Lux pode atestar que, dada à natureza desse trabalho de pesquisa, à metodologia empregada e à características do próprio grupo, só poderei escrever a dissertação de Mestrado em cima de dados a serem levantados entre os Paí/Kayová que vivem nos municípios de Antonio João, Bela Vista e Ponta Porã, onde não existem áreas reservadas à população indígena (não sei o status legal de Campestre nesse momento), e no P.I. Dourados.

Para esclarecer melhor o assunto solicito à / V.Exa. uma audiência ainda para o mes de março, pois tenho a máxima urgência em resolver esta situação, que prejudicou bastante o andamento de meu trabalho de campo. Conto com a sua / compreensão e aguardo uma comunicação da FUNAI para a minha / residência, fixando a data.

Respeitosamente,

Lilia Valle

Lilia Valle
Rua Assis Brasil, 96/501
Rio de Janeiro - 20.007

PSS. 403, p. 156/193

Proc. FUNAI 03379/76

Fls. 89

Rubrica

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
FUNAI

À ASI

Apreciar o constante de Fls. 83 a 88 e informar. Bsbe, 22.03.78

Ismarth de Araújo Oliveira
Presidente da FUNAI

Ciente.
Restitua-se ao SR. PRES.
28/3/78.

João Bezerra de Mello
Ass Ch da ASI/FUNAI

Restitua-se c/ data à PRES/FUNAI.
21-6-78

João Bezerra de Mello
Ass Ch da ASI/FUNAI

1. Expedido telex nº 367/PRES (cópia anexa);

2. Ao DGPC para conhecimento e anotações necessárias.

Em, 21/junho/78

Jallarinho

Jaime Angelico Jallarinho
CHEFE DA SECRETARIA
DO GABINETE

PSS.403, p.157

Ilmo. Sr. Diretor do DGPC:

data venia da alta decisão de S. Excia. o Presidente da FUNAI — conforme telex nº 367/GADE, de 16/06/78, solicito encaminhamento a S. Excia. para que, com o descortínio de sempre, estude a possibilidade de reconsideração da mesma dita decisão, se for o caso, isto com base no que arrazôo abaixo:

1. a competência técnico-científica da Profa. Bilia Maria Bittencourt Gutierres Valle, do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, é incontesto, seus relatórios — especialmente aquele sobre o PI Dourados, que estudei detidamente enquanto Coordenador do GT FUNAI/OUDECO — se constituindo modelarmente entre os elaborados por antropólogos a serviço da FUNAI;

2. seu envolvimento com problemas na área de segurança não se constituirão em malentendidos ou equívocos? O que conheço da Profa. Valle — e daí solicitar a presente reconsideração, por achar seu trabalho de alta relevância para a FNI — efetivamente o que me faz ver nela é uma profissional extremamente séria, competente, despojada de empostamentos inconsequentes, etc, e uma profissional, enfim, confiável;

3. sobre seu desempenho profissional, assim a permanência entre Índios, que julgo também pertinente a manifestação do Ilmo. Sr. Diretor do DOO, na época do trabalho da solicitante em Dourados, Delegado da 5ª DR;

4. atenciosamente.

DEP, 7/7/78

RAFAEL JOSÉ DE MENEZES BASTOS
Chefe da DEP/DGPC

PSS.403, p.158/193

TELEGRAMA

Nome e cargo do Expedidor fechando o texto. Escrever separando as palavras com 2 espaços.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

Proc n.º FNI/ 03379/76
Fls 90
Rubrica

CÓPIA

CARIMBO DA ESTAÇÃO

Preâmbulo

Espécie **OFICIAL** | Número ..... | Data ..... Hora .....

Origem ..... | Palavras ..... | Via a seguir .....

INDICAÇÕES DE SERVIÇO TAXADAS: (021) 935

HORA DA TRANSMISSÃO

INICIAIS DO OPERADOR

Endereço

SRA LILIA VALLE
RUA ASSIS BRASIL Nº 96 - Aptº 501
RIO DE JANEIRO/RJ

TEXTO A TRANSMITIR

N.º 367 /GAB DE 16 __ 06 __ 78 ____ COMUNICO VOSSIA SEU / / REQUERIMENTO DATADO DE 10/MARÇO ULTIMO VG SOLICITANDO / PERMISSÃO DESTA FUNDAÇÃO PARA INGRESSAR AREA INDIGENA / INDIOS PAÎ/KAYOVAH VG FOI INDEFERIDO PT SDS ISMARTH DE ARAUJO OLIVEIRA PRES/FUNAI / / / / /

Assinatura ou rubrica do expedidor

Ismarth de Araújo Oliveira
PRESIDENTE

PSS. 403, p. 159

À DEP para conhecimento.

DGPC, 26-06-78

MINTER - Fundação Nacional do Índio
Dept°. Geral de Planejamento Comunitário

José Alves de Melo
Diretor

ciente. Anexo, parecer de minha autoria, que pedi encaminhar a S. Exa. o Presidente da FNI.

DEP, 6/7/78

PSS. 403, p. 160/193

Proc n.º FUNAI 03379/76
Fls. 81
Rubrica

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
FUNAI

ENCAMINHAMENTO N. 035/78 - DGPC

Ref.: Proc.FUNAI/BSB/03379/76

Senhor Presidente:

Encaminho o processo em apreço, com o parecer do Senhor Chefe da DEP (fls. 89V.).

Sugiro que seja ouvido o Senhor Diretor do DGO, antes de qualquer decisão, uma vez que o mesmo era titular da 9ª DR naquela época em que a Antropóloga LÍLIA MARIA BITENCOURT GUTERRES VALLE, foi abordada por autoridades do Exército na faixa de Fronteira do Estado de Mato Grosso do Sul, ou outras fontes que V.Excia. achar por bem, para que não haja nenhum embaraço nos trabalhos da Antropóloga, caso V.Excia. venha autorizá-la a prossegui-los.

Brasília, 20 de julho de 1.978.

MINTER - Fundação Nacional do Índio
Dept°. Geral de Planejamento Comunitário
José Alves de Mello
Diretor

Ao Sr. Diretor do DGO

Apreciar.

Bsbe, 24.07.78

Asmuth de Araújo Oliveira
Presidente da FUNAI

FUNAI - DGO
Entrada: 24.7.78
Horário: 17:30
Envie-se: à Direção
Rubrica:

PSS.403.p.161

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
FUNAI

ENCAMINHAMENTO N. 2178 - DGPC

Ref.: Proc.FUNAI/BSB/0237/76

Senhor Presidente:

Encaminho o processo em apreço, com o parecer do Senhor Chefe da DEP (fls. 89V.).

Sugiro que seja ouvido o Senhor Diretor do DEO, antes de qualquer decisão, uma vez que o mesmo era titular da 3ª DR naquela época em que a Antropóloga LÍLIA MARIA BITENCOURT GUI TERRES VALLE, foi abordada por autoridades do Exército na faixa de Fronteira do Estado de Mato Grosso do Sul, ou outras fontes que V.Excia. achar por bem, para que não haja nenhum embaraço nos trabalhos da Antropóloga, caso V.Excia. venha autorizá-la a prosseguí-los.

Brasília, 20 de junho de 1.978.

Em 17-01-79
O.O. pequise se

FUNAI - DGD
Entrada:
Hora:
Fls.
Rubrica:

PSS.403, p. 162/193

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
FUNAI

ENCAMINHAMENTO Nº 243/DGO/79.

REF.: PROC./FUNAI/BSB/03379/76/9ªDR.

Encaminhe-se a pedido, da Secretaria do Gabinete.

Brasília-DF, 21 de Fevereiro de 1979.

TXP/eamr

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
Departamento Geral de Operações

GERSON DA SILVA ALVES
Diretor

Anquire-se na ASI
21.02.79

Ismarth de Araújo Oliveira
Presidente da FUNAI

PSS.403, p. 163/193

NR 209 PLS 137 [illegible]003 HS 0730

EMITIDO DE PPI20 ÀS 00820 POR JL GZ

3 MAR 1979

DIR DGO BSB

PPI21 - BSB

CONTROLE Nº 2679

ENDEREÇO

TEXTO E ASSINATURA

NR 16/OCA DE 290379 REITERANDO NOSSO RDG 002/OCA VG JAN/79 REFERENTE ESTRANHA GITUACAO (FREQUENTEMENTE) SURGINDO NOSSA AREA VG VOITAMOS COMUNICAR CONTINUIDADE SITUACAO VG VIRTUDE COMPORTAMENTO VG CONDUTA INIDONEA REPORTE MAGDA VG JORNAL ESTADO SAO PAULO VG NOTICIAS NOCIVAS INTERESSE FUNAI VG QUE NAO TER CONSEGUIDO DESTA CASA VG ENTREVISTA DESEJADA, ABORDOU INDIOS MENORES 14 / ANOS VG DIAURIO CAIUAH ET ITAPAIUNA VG AMBOS OITAVA SERIE VG PORTAO ESCOLA / MUNICIPAL CUBA FOTOGRAFANDO-OS VG ENTREVISTANDO-OS PERGUNTAS CAPCIOSAS VG ESPECILAMENTE VG INCINUANDO REPETIDAS VEZES AMBOS SOLICITAREM PASSAGEM FAB RETORNO SUAS ALDEIAS RECOMENDANDO EXIGIREM SEM MEDO PT MENORES DISSERAM NAO TEREM MEDO VG TODAVIA ESTRANHARAM INSISTENCIA REPORTE TAL ASSUNTO VG FICARAM / CONFUSOS FATO CONTRARIEDADE MANISFESTADA ENTREVISTADORA PT REFERIDA COMUNICACAO FIZEMOS ONTEM ESSA DIRETORIA TELEFONICAMENTE AGORA DOCUMENTAMOS OCORRENCIA AGUARDANDO INSTRUCOES SUPERIORES VOSSIA PT SDS CH OCA /=/=/=/=/=/=/=/=

PSS.403, p.164/193

MINTER - FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
RADIOTELEGRAMA RECEBIDO

ASI/FUNAI
N.º 1363/79
Em 13/12/79

-MINTER-
FUNAI-BRASÍLIA - DF
SETEL
12 DEZ
FPI21 - BSB
CONTROLE Nº 10176

DE RIO NR 631 PLS 185 DT 1212 HS 1700

RECEBIDO DE PP134 ÀS 120750 POR JL JR

ASI BSB

TEXTO E ASSINATURA

NR 67/OCA DE 121279 PT RERA 102/ASI 091179 VG INFO OCA/RJ POSSUI MUITO BOM RELACIONAMENTO VINCULADOS ET MEIO COMUNICACAO SOCIAL QUE DENTRO SEUS RECURSOS AJUDAM NOS CUMPRIMENTO NOSSA MISSAO INDIOS QUE ESTUDAM ET NECESSITAM TRATAMENTO ESPECIALIZADO PT REFERENTE MANISFESTACAO APOIO PUBLICO OU PARTICULAR VG COMPLEXOS VG VIRTUDE FATOS ESTRANHOS OCORRERAM ESPACOS PERIODICOS QUE SE ACENTUAM SEMPRE FASE TROCAPRESIDENCIA VG SEMANA INDIO VG FESTEJOS NATALINOS VG EPOCAS CHUVAS INTERIOR VG AGOSTO EM DIANTE VG VISIVELMENTE TUMULTUAREM ORDEM NOSSAS ATIVIDADES FUNAI RIO COM TELEFONEMAS ANONIMOS VG INTERCEPTACAO // INDIOS QUE CHEGUEM ENCAMINHADOS VG ESTEJAM INTERNADOS OU VENHAM RIO CONTA PROPRIA OU CONVITE ELEMENTOS QUE NAO FACAM PARTE ORGANIZACAO FUNAI VG TRANSITO DESORDENADO INDIGENAS DESAUTORIZADOS PELOS PIS OU DRS A QUE PERTENCEM VG INSINUACOES DE FUGA MENORES RESIDENTES OCA VG ESTUDANTE VG TODO ESSE MOVIMENTO PROVAVELMENTE PROVOCADO INTEGRANTES ORGANIZACOES CONTRARIOS POLITICA FUNAI.

CONT.

TEXTO E ASSINATURA

ALGUNS DESSES FATOS VG QUANDO INSUSTENTAVEIS VG COMUNICAMOS DGO OU ESSE ASI MEDIANTE EXPEDIENTE OU TELEFONE PT APESAR EXPOSTO VG GRACAS PERMANENTE UNIAO SERVIDORES OCA ET MANUTENCAO EQUILIBRIO DISCIPLINAR ASSISTIDOS VG TEMOS CONSEGUIDO CONTORNAR SITUACAO QUE SERIA DESAGRADABILISSIMA PARA ORGAOS CASO CONSEGUISSEM CONCRETIZAR INTENTO PT SDS . OCA/RIO .

Argemiro da Silva

PSS.403/P-165/193

CÓPIA PARA CONTRÔLE DE SERVIÇO

MINISTÉRIO DO INTERIOR
SERSE
13 FEV 1980
às 14,20
TELEX RECEBIDO
OPERADOR

DEL 112 DR GOV VALADARES UUU

03/OCA/RJ 13 02 80

Lélia

SOLICITO INFORMAR ANTROPOLOGA LEILA VALE POSSUI VINCULO QUALQUER NATUREZA COM FUNAI PARA CONDUZIR INDIOS VG HOSPEDA-LOS SUA RESIDÊNCIA VG CONVIVIO COMUNIDADE ETC PT REFERIDA SRA HAH UM ANO FORÇA SITUAÇÃO RETIRADA OCA/RJ INDIO GUARANI VG ARGEMIRO DA SILVA VG QUE SE ENCONTRA TRATAMENTO PSIQUIATRICO ENCAMINHADO ATRAVES ESSA DR VIRTU DE ACIDENTE SOFRIDO FIRMA ONDE TRABALHAVA FICANDO SOTER RADO CERCA DE UMA HORA PT NÃO HOUVERAH NECESSIDADE OCA/RJ NÃO POSSUIRIA INTERESSE MANTE-LO RIGOROSO TRATAMEN TO CONFORME ATESTA DECLARAÇÃO MÊDICO ASSISTENTE INFORMANDO PACIENTE AINDA NÃO POSSUE CONDIÇÕES ALTA REFERIDO ATESTA DO ENCAMINHAMOS COM FICHA ACIDENTE TRABALHO VG VIA COR REIO VG HOJE AH TARDE PARA CONHECIMENTO ESSA DR AGUARDO RESPOSTA URGENTE PT SDS OCA/RJ

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

MARIA LÚCIA

PSS.403, p.166/193

RADIO REMI RJ⊕
SERSE RIO
RAD FUNAI /001
DE GOVERNADOR VALADARES 39 90 20/02 1630

CH OCA RJ

145/11A DR DE 20/02/80 PT RERA 03/PCA DE 13/02/80 PT
CIENTE PT ESTIVE CONTATO REFERIDA ANTROPOLOGA QUANDO VISITA AREA
ET MESMA NAO DISPOE AUTORIZACAO FUNAI PARA ATUACAO AREA INDIGENA
PT OPORTUNIDADE COMPROMETEU SE AFASTAR SE AREA ET PROPOR /////
FUNAI TRABALHO JUNTO COMUNIDADE GUARANI PT QUANTO INDIO ARGEMIRO
TOMEI CONHECIMENTO PARECER MEDICO ET CONFIAMOS PLENAMENTE TRABA-
LHO ESSA UNIDADE PT QUANTDOO EEE QUANDO MINHA PROXIMA VISITA GUARANIS
MANTEREI CONTATO FAMILIARES MESMO FIM TENTAR ESCLARECER SITUACAO PT
CARLOS ROBERTO GROSSI DEL 11A DR

NNNN0740/GZ
RADIO REMI RJ⊕
SERSE RIO

Em 21 FEV 1980 às
TELEX RECEBIDO
OPERADOR

M. N. S. DO LORETO

NOME DONIZETE MACHADO DA SILVA

5

REGISTRO 8038429

DATA 21.02.80

HOSPITAL NUNCIAL

6

P. 9.100

Dorgle

1 - Plotrin Sup - 12V — 1

1 a cada 2 6/6 h.

2 - X.D.V. — 1

2 c. 2 cl. 8/8 h.

3 - Profenid — 1

12 gt. ao dia.

4 - Rupglin Sup. Nas — 1

cada $\frac{1}{2}$ f 2 21/21 h.

245-5921

PSS. 403, p. 168/193

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

1

D E C L A R A Ç Ã O .

NIFA MACHADO DE LIMA, brasileira, de côr branca, possuidora de titulo eleitoral, carteira de identidade, certidão de nascimento (cujos citados documentos se encontram no seter de Pessoal da FUNAI), amasiada com o índio da tribo Guarany ANTONIO DASILVA, residente no P.I. Peruíbe/São Paulo declara para os devidos fim que no dia 10/02/80, foi hospedada com seu marido e seus dois filhos menores FABIANA MACHADO DE - LIMA com 02 anos de idade e DONIZETI MACHADO DA SILVA, com 7 meses de Idade (ambos mestiços);

a) que a finalidade de seu ingresso no referido Orgão, prendeu-se ao fato de seu filho DONIZETI estar acometido de crise asmatica, inicio de branco pneumonia e necessitando realizar cirurgia de volumosa HERNIA ESCROTAL;

b) Que o menor foi encaminhado pela Casa do Índio/RJ, ao pediatra do Hospital Peulimo Verneck, onde após medicado ficou sendo assistido pelo mesmo Orgão da FUNAI e após recuperação dasua enfermidade matriculado sob nº 8038429 do HospitalN.S. do Loreto, onde no dia 21/02/80, colheu sangue para exames operatório e marcada sua próxima consulta para dia 28/02/80 afim deprovidenciar-se sua cirurgia.

Rio de janeiro, 25 de fevereiro de 1980

Nifa machado lima

1º TESTEMUNHA Eunice de Castro Assis IDENTIDADE 2.152-263

2º TESTEMUNHA Maria da Guia de Farias IDENTIDADE 1.358.494 IFP.

3º TESTEMUNHA Adelgisa Barbosa IDENTIDADE 3.986.348

4ºTESTEMUNHA Jose Carlos dos Santos IDENTIDADE 3.630.820 IFP

5ºTESTEMUNHA Jurema Pereira Ribeiro IDENTIDADE 583404/9
Funcionário do Plantão.

MINISTÉRIO DO INTERIOR - FUNAI - CASA DO ÍNDIO R. J.

PSS. 403, p. 169/193

MINISTÉRIO DO INTERIOR

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

Gabinete do Presidente

27/2/80 Cel Bandeira

15.10 D. Carini

N/consegui reter o índio Antônio Silva —

P.I Peruibe -

N/tem Nada na

Casa do Índio de

Bebida.

MOD. 134

PSS. 403, p. 170/193

ERRJ
29/12/80
Os índios já regressaram

R - FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
ELEGRAMA RECEBIDO URGENTE

GVR NR 70 PLS 80 DT 28/02 HS 1200
DO DE PP134 ÀS 281352 POR PNF/GIL

SR. SUP ADM FUNAI/BSB

- MINTER -
FUNAI BRASÍLIA - DF
SETEL
2 MAR 1980
PPI 21 - BSB

CONTROLE Nº 7473

NR 175/11.DR DE 28Ø2Ø - ACABO TOMAR CONHECIMENTO ATRAVES CASA INDIO RIO DE JANEIRO VG ANTROPOLOGA LILIA MARIA BITTENCOURT GUTERRES VALLE VG RESIDENTE RUA ALMIRANTE ALEXANDRINO NR. 284Ø VG APTO 3Ø2 VG SANTA TEREZA VG CONDUZIU ET MANTEM SUA RESIDENCIA CASAL INDIOS GUARANIS PROCEDENTES PI TUPINIQUINS PT ENCARECO VSA ACIONAR POLICIA FEDERAL RIO OBJETIVANDO RETORNAR INDIOS ALDEIA MAIOR URGENCIA POSSIVEL PT REFERIDA ANTROPOLOGA PERTENCE CENTRO TRATADOS INDIGENAS ET EH PROFESSORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE PT CARLOS ROBERTO GROSSI DEL. 11A.DR

FUNAI S A
Entrada 28.02.80
Distrib: MAFaustino

PSS. 403 fl. 171/173

MINTER - FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

RADIOTELEGRAMA RECEBIDO — Decifrado — CONFIDENCIAL

DE RIO NR 130 PLS 120 DT 030380 HS 0850

RECEBIDO DE PPI20 040380 ÀS 0745 POR FA/JCF

ENDEREÇO

ASI/FUNAI/CONFIDENCIAL/BSB

-MINTER-
FUNAI BRASÍLIA - DF
SETEL
4 MAR 1980
PPI 21 - BSB
CONTROLE Nº 7754

TEXTO E ASSINATURA

004/OCA DE 28.02.80 - VIRTUDE EXTRANHO TELEFONEMA RECEBIDO ONTEM VG VINTE HORAS VG INDAGAMOS EXISTENCIA QUADRO FUNAI SERVIDOR DOUTOR ALBERTO JUNQUEIRA VILLAS PT REFERIDO CIDADAO INTITULOU- SE SUPERVISOR FUNAI VG LOTADO / PRESIDENCIA REPUBLICA VG DE ONDE ESTA DESLOCANDO POR VERBA REPRESENTACAO / PT DISSE HAVER TELEFONADO PARA INFORMAR ASSUNTO REFERENTE VERBA EM LIBERACAO PARA OCA RJ VG QUE TELEFONARIA HOJE PELA MANHAN ET VISITARIA OCA A TARDE ET QUE SEU TELEFONE DO PALACIO RRX PLANALTO SERIA 3120513 RAMAIS 1233 / ET 146 PT FACE SUCESSIVOS FATOS FINALIDADE TUMULTUAR TRABALHO FUNAI SOLICITO URGENTE CONFIRMACAO REFERIDO SERVIDOR PT OUTROSSIM PARA MELHOR AVALIACAO SUPERIOR DESSE SERVICO SOLICITAMOS JUNTAR A ESTE NOSSOS RDGS 016/OCA / DE 29.03.79 EXPEDIDO PARA DGO ET RDG 067/79 DE 09.11.79 PARA ESSA ASI PT /
)()()()()()( )(

EUNICE ALVES CARIRY SOROMINEH
CH. OCA.RJ.

MINISTÉRIO DO INTERIOR - FUNAI
Protocolo Sigiloso
Em. 4/3/80
Nº 252
ASS. DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

27/2/80

28/2/80 PSS. 403, p. 172/173

Cariri - 3962456

CASA DO ÍNDIO

DR ALBERTO JUNQUEIRA VILLA

ligou às 20 horas para a Casa do Indio dizendo-se Supervisor da FUNAI lotado na Presidência da República, estava providenciando deslocamento de verba por verba de representação para ajudar a Casa do Índio - A Dona Cariri desconhece o assunto bem com o Superintendente da FUNAI.
Deu o telefone 3120513 R 1233 e 146

Estaria relacionado com a antropológa LÍLIA MARIA BITENCOURT GUTIERREZ VALLE (filha de um General) fone 2852490 Endereço rua Almirante Alexadrino 2.840, aptº 302 (Fone D, Aurea (mãe) 2571125) que está com um casal de índios em sua residência há vários dias (índios Tupiniquim de Caieira Velha./ES) A mesma pertence ao grupo CTI - CENTRO DE TRATADOS INDÍGENAS (Rio de Janeiro)
Acionar o DPF para providenciar a devolução dos índios à sua aldeia.

Cel Leal 223 7114

14 docentes mentais

Cel Leal Oliveira - sobre o assunto, pedi p/ mandar Informe -

17 horas - Cel Leal disse não existir Dr Alberto Junqueira Villa - na Pres da Rep.

Rua Pires da Mota, 17 Ribeira
Filha do Governador URUGUAI

Em 05/3/80 D. Cariri ligou dizendo da volta dos índios.

SSP

Mario MAC Cord - DGIE/RJ

24/2010 R 508

Res 23820230

PSS. 403, p. 174/193

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
REPRESENTAÇÃO NA GUANABARA

9

NAGNES DO
CASTELO BAR
UNA

0065007924

5065 25 II 80

Despesa com uma refeição para o índio Antonio da Silva/Guarani do Posto Indigena Peruíbe - São Paulo

Recebi em 25.02.80.

Antonio da Silva/Guarani

PSS.403, p. 175/193

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

CÓPIA PARA ARQUIVAMENTO EM ORDEM CRONOLÓGICA

11ª DR CONFIDENCIAL

CONT. RD. 005/OCA/RJ DE 28/02/80

E TRANQUILAMNETE PODERMOS DAR CONTINUIDADE AOS NOSSOS COMPLEXOS TRABALHOS PT SDS OCA/RJ

EUNICE ALVES CARIRY SOROMINÉ
Chefe OCA/RJ

EACS/EACS.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

PSS.403, p. 176/193

CÓPIA PARA ARQUIVAMENTO EM ORDEM CRONOLÓGICA

11ª DR /GOVERNADOR V LADARES/ CONFIDÊNCIAL

RD 005 28 02 80 ADITAMENTO NOSSO RADIO 003 DE 13/02/80 REFEFENTE ANTROPOLOGA LILIA VALE VG INFORMAMOS ÍNDIOS GUARANY, JOANA E SEU MARIDO LUIZ VG AMBOS ENTEADA E IRMÃO DO INDIO ARGEMIRO DA SILVA QUE ESTA TRATAMENTO PSIQUIATRICO OCA/RJ APOS ESTAREM RESIDÊNCIA REFERIDA ANTROPOLOGA EMBARCARAM PARA SÃO PAULO REGRESSANDO DIA 20/2/80 VG VISITANDO ARGEMIRO OCA/RJ E DESPEDINDO-SE ALEGANDO RETORNAREM VITORIA PT TPDAVIA VIRTUDE TELEFONEMAS PARA ARGEMIRO CONSTATAMOS CASAL CONTINUAM RESIDÊNCIA CITADA ANTROPOLOGA PT NOSSA PREOCUPAÇÃO PRENDE-SE FATO TELFONEMAS ANÔNIMOS RECEBIDOS VG GRAVES REPORTAGENS ATRAVÈS RADIO TUPI, NACIONAL E GLOBO PRESTADAS PELO INDIO GUARANY DE PERUIBE ANTONIO DA SILVA DOMINGO P.P. PT PRESIDÊNCIA FUNAI VG ASI FUNAI E ASI M.INTERIOR/RJ INTEIRADOS FATO PT CONCUBINA BRANCA E DOIS FILHOS MESTIÇOS CONTINUAM OCA VIRTUDE FILHO MESTIÇO NECESSITAR TRATAMENTO CIRURGICO E INDIO DENUNCIANTE ESTAR DESAPARECIDO PT COMUNICAMOS FATO ESSA DR FINS INTEIRA=LA MOVIMENTO TUMULTUANTE PARA JUNTOS BLOQUEARMOS TAIS ACONTECIMENTOS NOCIVOS FUNAI VG NOSSOS SETORES SERVIÇO

Pasta OCA

PSS.403, p. 177/193

MINISTÉRIO DO INTERIOR - FUNAI
Protocolo Sigiloso
Em 12/03/80
Nº 233-A
ASS. DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
CASA DO ÍNDIO/RJ

Memorando nº 009/80 R.J. 28/02/80

Da Chefe da Casa do Índio/RJ
Ao Chefe da A.S.I./FUNAI-BSB
Assunto: encaminhmento (faz)

Senhor Chefe:

Encaminhamos "anexo" cópia xerográfica do relatório desta Chefia, referente ao índio ANTONIO DA SILVA, do P.I. Peruíbe/S. Paulo e cópias de vários documentos alusivos ao mesmo cidadão. Outrossim informamos que o filho do referido cidadão , digo, índio, foi hoje consultado e será internado no proximo dia 05/03/80 para realização cirurgica dia 06/03/80.

Junto a este, anexamos, também, cópia xerográfica dos radios nº 03/OCA de 13/02/80 para 11ª DR e nº 145/ 11ª DR, de 20/02/80 para OCA, e radio nº 005/80-OCARJ de 28/02/80 para 11ª DR.

Atenciosamente,

EUNICE ALVES CARIRY SOROMINE
Chefe OCA/RJ

MINISTÉRIO DO INTERIOR - FUNAI - CASA DO ÍNDIO R.J.

PSS 403, p. 178/193

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
CASA DO ÍNDIO/RJ

, , EUNICE ANÇES, CARIRY SOROMINÉ, brasileira, casada, identidade nº 1.142.496 do IFP, A.T. Indigenista da FUNAI e Chefe da Casa do Índio/RJ, em referência as denuncias acusatórias, prestadas na Radio Tupy, Radio Nacional e Radio Globo no dia 24/02/80, pelo índio ANTONIO DA SILVA - (nome indígena AUA GUAPUA), datribo Guarany, do P.I. Pemuibe/São Paulo, de que na Casa do Índio/RJ, as crianças e os enfermos doentes mentaes eram espancados com chicote, que a Chefia da OCA/RJ havia recebido verba para aquisição de cmmas ,digo, camas e adquiriu pequenos colchões ficando com o restante da verba para proveito prorpio, igo, proprio, que a mesma era dado ao vicio deingerir bebidas alccolicas, que saía com um seu amigo e regressavam embriagados para espancar os índios e obriga-los a exerce em serviços forçados, que abastecia a geladeira de bebidas alccolicas de varias espécies acondicionando-as, inclusive num grande isoper, vem pelo presente expor o seguinte:

a) Que o referido índio aculturado como outros índios da mesma tribo e do mesmo Posto Indigena, contantemente vêm ao Rio de Janeiro para venderem seus artesanatos e hospedan-se em vários hoteis do Município tais como: Hotel Avenida, no KM 5 da Av. Presidente Dutra, Hotel Metropole, no bairro do Catete etc;

b) que as despesas referentes as suas estadias, refeições e outras necessidades peesoais são efetuadas pelos proprios índios ;

c) que em face da OCA/RJ, não ser um Orgão destinado a abrigar os índios em trânsito para fins comerciais, quando procurada para atendimento médico sempre procurou assisti-los dentro das suas possibilidades;

d) que ANTONIO DA SILVA, no dia 10/02/80 estava hospedado no Hotel Metropole com sua companheira NIFA MACHADO DE LIMA / ex-servidora da FUNAI - e seus dois filhos menores FABIANA com 02 anos de idade e DONIZETI com 07 meses. Pelo fato do menor DONIZETI estar atacado de asma bronquica e incio de broncopneumonia e pelo esforço do excesso de tosse, sua hernia escrotal apresentar vestigios dee estrangulamento procuraram , a Chefe da OC /RJ solicitando socorro médico para o menor. Face ao estado grave, o menor foi conduzido a Pediatria do Hospital Paulino Verneck e ficou com seus pais, alojados na OCA/RJ onde recebeu toda a assistência prescrita pelo medico;

PSS. 403, fl. 179/193

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
CASA DO ÍNDIO/RJ

FOLHA (02)

e) que no dia 21/02/80, foi matriculado no setor de cirurgia do Hospital N. S. de Lorêto, sob nº 8038429, onde após examinada sua hernia, fizeram coleta de sangue e marcaram consulta para o dia 28/02/80;

f) que no dia 23/02/80, ANTONIO DA SILVA pediu consentimento a servidora JUREMA CARDOSO RIBEIRO/Atendente Hospitalar de Plantão, para levar os menores de 16 anos ETI TAPAIUNA e DIAURO SANABRIA CAIUÁ a fim de darem um passeio na pracinha da Ribeira e comerem umas pizzas com refrigerante;

g) que ANTONIO, regressou alcoolizado a 01,30 hs (madrugada)e que em face do exposto, a servidora JUREMA o advertiu informando que não era permitido pela Chefia que os menores andassem pela rua altas horas da noite e que esperava que o incidente referente a bebida e disciplina de horario de entrada da casa fossem respeitados e que não repetisse o ato ;

h) contrariado, ANTONIO proferiu varios impropérios e apanhando sua bagagem, retirou-se da OCA/RJ deixando a esposa e os filhos com a recomendação de que não fossem atraz dele;

i) que na tarde do dia 24/02/80 esta chefia foi informada telefonicamente por diversos amigos que estavam surpresos com as denuncias criminosas proferidas por ANTONIO;

j) que na madrugada do dia 25/02/80 (cerca de 24hs 30), ANTONIO telefonou cerca de vinte vezes exigindo que sua companheira fosse ao seu encontro com as crianças e esta negou-se terminantemente, em face de não ter condições para sair com os menores naquele horario e por não querer prejudicar o tratamento do menor DENIZETI;

k) que pela manhã, do mesmo dia 25/02/80, levou o fato ao conhecimento do Sr. Presidente da FUNAI, e seguindo ins-

3

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
CASA DO ÍNDIO/RJ

instruções deste, expediu uma declaração contendo historico do atendimento do menor, assinado por sua genitora e por testemunhas funcionários e pessôas idôneas conhecedoras do trabalho realizado pela OCA/RJ.

l) que ao voltar para a OCA/RJ, telefonou para o Escritório de Representação e tomou conhecimento de que ANTONIO DASILVA, la se encontrava pedindo passagem para Brasilia a fim de dar continuidade a sua denuncia, que desejava concluir junto ao Sr. Presidente da FUNAI.

m) que no Escritorio de Representação, persistiu em declarar que a Chefe da OCA/RJ, além de passar todo odia, ingefindo bebidas alcoolicas, também ficava em coloquios amorosos com hemens, no interior de seu quarto;

n) que traumatizada com essa declarações, esta chefia telefonou para o Sr. Cel. Caldas, Chefe de ASI/FUNAI-Brasília solicitando a visita de um representante da ASI do M. Interior/RJ a fim deque fôsse in-loco realizado uma apreciação, a titulo de averiguação, dareferida denundia;

m) que atendendo aochamado do Sr. Gal. Bandeim de Melo, Chefe do ASI/MI-RJ, compareceu ao referido Orgão, onde após retirar-se foi ao Escritório de Represntação, mas ANTONIO já havia ido embora, todavia as 17,30 hs o 3º Comando Aéreo Regional telefonou para ao Escritório de Representação, informando que ANTONIO foi procura-los a fim de solicitar passagem para Brasilia, que estava faminto, sem dinheiro e não pretendia voltar para a Casa do Indio pelo fato de ter sido espancado pela Chefe da referida Casa, nosabado 23/02/80, após ter sido forçado pela méma a ingerir bebidas alcoolica.

Concluído orelato do Tenente Saraiva/Oficial de Dia, esta

PSS.403, p. 181/193

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
CASA DO ÍNDIO/RJ FOLHA (04)

chefia identificou-se informando que o mesmo poderia apanhar sua passagem para S.Paulo para regressasse a sua comunidade e que não estava faminto em face do Escritório de Representação haver fornecido refeição para o mesmo.

Segundo instruções do Gal. Mourão, da ASI/MI-RJ, telefonou para, digo, telefonamos para a Polícia Federal, tel: 243-3265 e expomos a situação ao Dr. Edi Carvalho que nos informou que se hpuvesse necessidade de embarcar o índio, e esse se negasse, mediante ofício mandaria dois agentes para dar cobertura ao embarque.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 1980.

EUNICE ALVES CARIRY SCROMINE
Chefe CA/RJ

Documentos anexos: 01 - Declaração assinada pela concubina do índio;
02 - Certidão de nascimento do menor enfermo; (xerox
03 - Cópia xerox da receita do pediatra;
04 - Cópia xerox do Cartão de Matricula do Hospital N.S. do Lorête, e
05 - cópia xerox do recibo assinado por ANONTIO D. SILVA, referente a refeição fornecida pelo Escritório de Representação.

EACS/EACS.

PSS. 403, fl. 181/193

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE PERUIBE.
ARLETE PEDREIRA
Escrivã
LÉO ROQUE PEREIRA
Oficial Maior
Av. S. João 473 - Fone: 55395

REGISTRO CIVIL

ESTADO DE São Paulo
COMARCA DE Itanhaém
MUNICÍPIO DE Peruibe
DISTRITO DE Peruibe

A R L E T E P E D R E I R A

Escrivão _____ do Registro Civil

Nascimento N.o -2.115-

CERTIFICO que, às fls. -2-, do livro n.o A-2, de Registro de Nascimentos, foi feito hoje o assento de DONIZETE MACHADO DA SILVA.-

nascido aos dezenove (19) de maio (05) de mil novecentos e setenta e nove (1979) às 3:00 horas e 55 minutos, em Santa Casa - em Santos, deste Estado.

, do sexo masculino

filho de ANTONIO DA SILVA

natural de ste Municipio de Peruibe

e de Dona NIFA MACHADO DE LIMA

natural de Itaoca, deste Estado

Sendo avós paternos José Benedito da Silva

e Dona Luzia Samuel dos Santos

e avós maternos João Honofre de Lima

e Dona Setembrina Machado de Lima

Foi declarante o pai

e serviram de testemunhas as constantes no termo.

Observações: Registro feito hoje, 1ª via isenta de selos.-

O referido é verdade e dou fé.

Peruibe 09 de outubro de 19 79

Roseli P. dos Santos Pires
ESCRIVÃO

T. S. D. S/A - Ord. 7/3

TABELIONATO DE PERUIBE
Roseli Pedrina dos Santos Pires
ESCREVENTE

CONFIDENCIAL

PSS 403, p. 183/193

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

001-A/80

03.MAR.80

DENÚNCIA CONTRA CASA DO ÍNDIO - ÍNDIO ANTONIO SILVA-RJ

ASI/FUNAI

-

-

-

DSI/MINTER

DOCUMENTAÇÃO (09 FLS)

Para conhecimento dessa Divisão, encaminhamos, em anexo, cópia xerox do relatório da Chefe da Casa do Índio-Rio de Janeiro, referente ao Índio ANTONIO SILVA, do Posto Indígena PERUÍBE-SP, que teria feito uma série de denúncias injuriosas contra aquela titular.

2. Não se tendo conseguido o paradeiro do Índio ANTONIO SILVA, a Chefe da Casa do Índio continua apreensiva, visto que o mesmo poderá causar algum dano, apesar de seu filho continuar sendo atendido naquela casa e, no próximo dia 06.MAR.80, será submetido a uma cirurgia.

3. Acredita a Chefe da Casa do Índio que ANTONIO DA SILVA teria ligação com a Antropóloga LILIA MARIA BITENCOURT GUTIERREZ VALLE (pertencente ao Grupo CTI - CENTRO DE TRATADOS IN

TODA E QUALQUER PESSOA QUE TOME CONHECIMENTO DE ASSUNTO SIGILOSO FICA, AUTOMATICAMENTE, RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO DE SEU SIGILO (Art. 12 do Decreto nº 79.099/77 Regulamento para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos)

CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

MINISTÉRIO DO INTERIOR - FUNAI - Ass. Seg. Informações

DÍGENAS), que estaria mantendo, em sua residência, um casal de índios GUARANI da área de CAIEIRAS VELHAS-ES, que foram ao Rio de Janeiro para visitar o índio ARGEMIRO DA SILVA, que está em tratamento psiquiátrico na Casa do Índio.

- Referido casal já retornou à aldeia.

TODA E QUALQUER PESSOA QUE TOME CONHECIMENTO DE ASSUNTO SIGILOSO FICA, AUTOMATICAMENTE, RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO DE SEU SIGILO (Art. 12 do Decreto nº 79.099/77 Regulamento para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos)

Pastor OCA

PSS. 403. p. 185/193

MINISTÉRIO DO INTERIOR - FUNAI - Protocolo Sigiloso Em. 10/03/80 Nº 293 - ASS. DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
CASA DO ÍNDIO/RJ

Memorando nº 013/80 R.J. 05/03/80
Da Chefe da Casa do Índio/RJ
Ao Chefe da A.S.I./FUNAI-BSB

Assunto: comunicação e encaminhamento (faz)

Cem, 10.03.80
1/ Ciente
2/ Providenciar
Mendes

Senhor Chefe:

Em aditamento ao memorando nº009/80-OCA/RJ, de 28/02/80, estamos encaminhando anexo, declaração de desistência de cirurgia do menor mestiço DONITEI MACHADO DA SILVA, assinada por sua genitora / NIFA MACHADO DE LIMA.

Outrossim, informamos que oportunamente enviaremos cópia do registro da ocorrência referente a tentativa de subtração do menor constante na 37ª Distrito Policial da Ilha do Governador.

Atenciosamente,

EUNICE ALVES CARIRY SOROMINÉ
Chefe OCA/RJ

OBS: Anexo cópia do Atestado fornecido pelo Hospital N.S. do Loreto/Ilha do Governador.

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

DECLARAÇÃO

NIFA MACHADO DE LIMA, declara para os devidos fins que às 08,30hs, no Hospital N. S. de Loreto, desistiu de internar seu filho DONIZETI MACHADO DA SILVA, com 7 meses de idade, no setor de cirurgia conforme ficara estabelecido, de acôrdo com o cartão de matricula hospitalar do referido hospital e, tambem em face de ter sido ameaçada por seu companheiro, pai do menor, índio ANTONIO DA SILVA, conforme registro na 37ª DP/Ilha do Gov. e ainda pelo fato de referido índio, pela janela do quarto, subtrair o menor violentamente, fugir para a Preça da Ribeira, onde foi pego, digo, detido às 03m00hs (madrugada) pela Radio Patrulha do Batalhao de Policia Militar da Ilha de Governador.

Declara ainda a, que desiste da cirurgia em face da insistência de ANTONIO DA SILVA, por estar envergonhada pelos escandalos ocorridos e pelo mesmo haver declarado que mandaria fazer a cirurgia, em médico particular com recursos financeiros proprios.

Rio de Janeiro, 05 de março de 1980

Nifa Machado de Lima
NIFA MACHADO DE LIMA

1º TESTEMUNHA: Adalgisa Barroso
ADALGISA BORORO-Atendente Hospitalar da CASA DO ÍNDIO/RJ

2ª TESTEMUNHA: Luiz Carlos Ferreira da Silva
LUIZ CARLOS FERREIRA DA SILVA-Motorista da CAsa do Índio/RJ

3ª TESTEMUNHA: Eunice de Castro Assis
EUNICE DE CASTRO ASSIS -Identidade nº 2.152.2163 IFP
Praia de Jequiá nº 32 RIBEIRA-Ilha do Gov.

4º TESTEMUNHA: Newton Assis
NEWTON ASSIS - Identidade nº 6 77.140 IFP

5º TESTEMUNHA: Maria Aparecida Nogueira
MARIA APRECIDA NOGUEIRA
Atendente Hospitalar de Plantão

PSS. 403 / p. 187/193

3

PREFEITURA
DA CIDADE
DO RIO DE JANEIRO

Secretaria
Municipal de Saúde

Receituário

Unidade	N. M. N. S. DO LORETO	
Nome	DONIZETE MACHADO DA SILVA	Matrícula 8038429

Atesto para os devidos fins, que o responsável pelo menor supra citado esteve hoje neste hospital e que a mesma nos mostrou o documento que a impede de inscrever o menor.

Ciente do ocorrido, nos responsabilizamos por qualquer problema que ocorra com relação ao estado de saúde do menor.

Data	Médico — Carimbo
05/03/80	

CONFIDENCIAL

PSS.403/p.188/193

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

MEMO N) 015/80-ASI/FUNAI

Brasília-DF.,
Em 06.MAR.80

Do: Assessor Chefe da ASI/FUNAI
Ao: Sr. Diretor do DGO/FUNAI
Assunto: Ocorrências na OCA/RJ

MINISTÉRIO DO INTERIOR - FUNAI - Ass. Seg. Informações

Senhor Diretor,

Para conhecimento desse Departamento, encaminhamos, em anexo, cópia do Relatório da Chefe da Casa do Índio do Rio de Janeiro, referente às acusações feitas pelo Índio Guarani do PI PERUIBE, ANTONIO DA SILVA, em diversas emissoras de rádio daquela Cidade e outros documentos julgados relacionados com organizações contrárias à política da FUNAI, que tentam denegrir o trabalho daquela titular.

Com referência ao casal de Índios Guarani da área de Caieiras Velhas-ES, que estariam sendo mantidosna residência da Antropóloga LILIA MARIA BITENCOURT GUTIERREZ VALLE (pertencente ao grupo CTI - Centro de Tratados Indígenas, com sede no Rio de Janeiro), após entendimentos mantidos com a Chefe do ERRJ, a mesma, em 29.02.80, deslocou-se a residência da Antropóloga e tomou conhecimento de que o casal havia retornado à aldeia de origem.

Quanto ao assunto do Radiograma 004/OCA, de 28.02.80, esta ASI, após diversos contatos, constatou não existir essa pessoa nos quadros da Presidência da República.

Mod. 117

CONFIDENCIAL

PSS.403, p. 189/193

Outrossim, informamos que o Índio ANTONIO DA SILVA, foi novamente à Casa do Índio e, após ter tentado levar o garoto que seria operado, fato que o levou ao Distrito Policial, onde ficou detido por algumas horas, retirou seus familiares da OCA/RJ dizendo que ele mesmo custearia as despesas com a operação cirúrgica de seu filho. Oportunamente enviaremos documentos que resguardam a responsabilidade da Chefe da Casa do Índio.

Atenciosamente,

MINISTÉRIO DO INTERIOR - FUNAI
Ass. Seg. Informações

ÁLVARO ESTEVES CALDAS
ASS CH DA ASI/FUNAI

PSS.403, p-190/193

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
CASA DO ÍNDIO/RJ
Rua Pires da Mota nº 17/Ribeira
Ilha do Gov rnador-tel:396-2456

MINISTÉRIO DO INTERIOR - FUNAI
Protocolo Sigiloso
Em 17/03/80
Nº 345
ASS. DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

Memorando nº 020/80 R.J. 12/03/80

Da Chefe da Casa do Índio/RJ
Ao Chefe da A.S.I./FUNAI-BSB
Assunto: encaminhamento (faz)

Senhor Chefe:

Em aditamento ao nosso memorando nº 009/80, de 28/02/80, encaminhamos anexo cópia do Registro de Ocorrência referente ao índio aculturado ANTONIO DA SILVA.

Atenciosamente,

EUNICE ALVES CARIRY SOROMINÉ
Chefe OCA/RJ

EACS/EACS.

PSS. 403, p. 191/193

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO GERAL DE POLÍCIA CIVIL

REGISTRO DE OCORRÊNCIA

DEPT.º [X] DPM [ ] CSP [ ] DPE

ÓRGÃO: 37ª D.P. I. Gov.

N.º DO REGISTRO: 037 Nº 000615 /80

N.º DE CÓPIAS

1 DESPACHO

Expeça-se a SDC solicitando em 2 vias, cópias a Fundação Nacional do Índio. Mbretas

2 TÍTULO

SUBTRAÇÃO DE INCAPAZ
= Tentativa=

3 DA COMUNICAÇÃO E/OU APRESENTAÇÃO

HORA: 04,00 NOME: Cabo PM, Ubiratan, comandante da Viatura 54-0636, do 17º BPM.

QUALIFICACAO E IDENTIDADE

RESIDÊNCIA

BAIRRO | CIDADE | SIGLA ESTADO | TELEFONE

NOME DO EMPREGADOR

ENDERECO

BAIRRO | CIDADE | SIGLA ESTADO | TELEFONE

BREVE RELATO
Trata-se de tentativa de subtração de incapazes praticada pelo índio Antonio da Silva na Casa do Índio, situada na Rua Pires da Mota, nº 17 - Ribeira.

4 DO COMPARECIMENTO AO LOCAL

HORA | EQUIPE

LOGRADOURO

DESCRICAO
37ª DELEGACIA POLICIAL = ILHA DO GOVERNADOR
CERTIFICO E DOU FÉ, que a presente é cópia fiel do original. Isento de Taxa, sol. feita através do Ofício nº 007/80 de 11/3/80 da Casa do Índio do Rio de Janeiro,- Rio, 12/3/80.

DJALMA FERNANDES GALLO
Escrivão - Mat. 701.294
Chefe da S. E. Cartorária

5 DOS ÓRGÃOS TÉCNICOS E ESPECIALIZADOS

SIGLA DO ÓRGÃO					
	COMUNICAÇÃO	HORA	MEIO	MENSAGEM RECEBIDA POR	MATRÍCULA
	COMPARECIMENTO	HORA	VIATURA N.º	PERITO / LEGISTA / CHEFE DE TURMA	MATRÍCULA
SIGLA DO ORGAO	COMUNICAÇÃO	HORA	MEIO	MENSAGEM RECEBIDA POR	MATRÍCULA
	COMPARECIMENTO	HORA	VIATURA N.º	PERITO / LEGISTA / CHEFE DE TURMA	MATRÍCULA
SIGLA DO ORGAO	COMUNICAÇÃO	HORA	MEIO	MENSAGEM RECEBIDA POR	MATRÍCULA
	COMPARECIMENTO	HORA	VIATURA N.º	PERITO / LEGISTA / CHEFE DE TURMA	MATRÍCULA
SIGLA DO ORGAO	COMUNICAÇÃO	HORA	MEIO	MENSAGEM RECEBIDA POR	MATRÍCULA
	COMPARECIMENTO	HORA	VIATURA N.º	PERITO / LEGISTA / CHEFE DE TURMA	MATRÍCULA

DELEGACIA POLICIAL

PSS. 403, p. 192|193

6 DA MATERIALIDADE

PESSOA E/OU MATERIAL A EXAMINAR

NATUREZA DO EXAME

N.º DO OFICIO/MEMORANDO DE ENCAMINHAMENTO E DESTINATARIO

CONCLUSAO DO PERITO/LEGISTA

7 PARTICIPANTES E OBJETOS: QUALIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO

Às 04,00 horas compareceu nesta D.P., a Sra. Eunice Alves Cariry Sorominé, Chefe e responsável pela Casa do Indio, sita á Pires da Mota, nº 17 -Ribeira, residindo no local, para comunicar que por volta das 02,30 horas o indio da Tribo Guarani de Peruibi São Paulo de nome Antonio da Silva, brasileiro, solteiro, 26 anos natural do Estado de São Paulo, filho de José Benedito da Silva e Luzia Samuel dos Santos, residente na Reserva Guarani de Peruibi, São Paulo, em transito pelo Rio de Janeiro e atualmente hospedado no Hotel Metrópole, quarto 11 localizado na Rua Santo Amaro - Glória, tentou invadir a Casa do Indio e pela janela do quarto, onde sua companheira Nifa Machado de Lima se encontrava dormindo com seus dois filhos menores Donizete Machado de Lima com 7meses e Fabiana Machado de Lima com 2 anos e que após forte discussão com sua companheira, tentou subtrair seu filho Donizete pela janela do quarto.Foram testemunhas do fato José Auto dos Santos e Adalgisa Bororó, ambos funcionários da Casa do Indio. Afim de dirimir as dúvidas, foram apresentados nesta D.P. pelo Cabo PM, Ubiratan, comandante da Patrulha 54-0636, as partes envolvidas, ocasião em que o acusado negou todas as acusações e informou que durante dias foi impedido pela Chefe da Casa do Indio Eunice Alves Cariry Sorominé de visitar seus dois filhos. O Dr.Delegado dirigente da 2ª EJ fez retornar Nifa Machado de Lima e as duas crianças a Casa do Indio e encaminhou o acusado ao Hotel em que o mesmo esta hospedado. Esclarece que o problema principal da discurssão, prende-se ao fato de necessitar a criança menor de uma operação médica, o que não concordaria o indio Antonio, que na ocasião havia ingerido bebida alcoólica.

8 DA MECÂNICA DO EVENTO E MEDIDAS CAUTELARES

9 DATA E RUBRICAS

REGISTRADO POR

FRANCISCO DE FARIA
Detetive Inspetor
Matr. 121.681

DIA 05 | MÊS 03 | ANO 1980

RUBRICA E CARIMBO COM NOME E MATRICULA

AUTORIDADE POLICIAL RESPONSAVEL

ALVARO MARTIN
DELEGADO DE POLICIA
MATR. 700.804

RUBRICA E CARIMBO COM NOME E MATRICULA

PSS. 403, p. 193/193

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

MEMO Nº 019/80-ASI/FUNAI

Brasília-DF.,
Em 25.MAR.80

Do: Assessor Chefe da ASI/FUNAI

Ao: Sr. Diretor do DGO/FUNAI

Assunto: Registro de Ocorrência

Senhor Diretor,

Complementando nosso Memo nº 015/80-ASI/FUNAI, de 06.03.80, encaminhamos, em anexo, cópia xerox do Registro de Ocorrência referente ao Índio Guarani do PI PERUIBE, ANTONIO DA SILVA, bem como cópia da declaração de desistência de cirurgia do menor DONIZETE MACHADO DA SILVA, assinada por sua genitora NIFA MACHADO DE LIMA, isentando a Casa do Índio e o Hospital N.S. do Loreto, de qualquer responsabilidade.

Atenciosamente,

MINISTÉRIO DO INTERIOR - FUNAI - Ass. Seg. Informações

ÁLVARO ESTEVES CALDAS
ASS/CH DA ASI/FUNAI

Mod. 117